

DHEPI - Pós-graduações
(2011-2012)

Curso de Doutoramento/3.º Ciclo em História

Autor: **André Manuel Evangelista de Oliveira Marques**

Título: ***Paisagem e povoamento: da representação documental à materialidade do espaço no território da diocese de Braga (séculos IX-XI). Ensaio metodológico***

Palavras-chave: Paisagem, Povoamento, Organização social do espaço, Alta Idade Média, Entre-Douro-e-Minho

Resumo:

A presente dissertação propunha-se, de acordo com o plano inicial, estudar a organização social do espaço no Entre-Douro-e-Minho, entre os séculos IX e XI. Mas rapidamente o curso da investigação se encarregou de demonstrar que havia um conjunto de problemas prévios que importava aprofundar, sob pena de a construção do edifício assentar em fundações demasiado frágeis. Não pareceu possível avançar para a análise dos processos de apropriação, organização e articulação do território minhoto até 1100 sem antes atentar em duas questões principais, que vieram a corporizar o objecto do trabalho: (i) os modelos discursivos de base e as circunstâncias conjunturais de transmissão que moldaram a representação documental do espaço no corpus documental conservado; e (ii) a morfologia propriamente dita do espaço organizado (paisagem) e articulado (território), analisada dentro dos constrangimentos impostos pelo registo escrito ao estudo das diversas unidades espaciais cuja tipologia os redactores distinguiram nos seus textos.

Tornou-se então evidente a necessidade de aprofundar o inquérito nos planos semântico e morfológico, o que obrigou a recentrar a análise num conjunto de problemas relacionados com a representação documental e a concretização material do espaço. Percebe-se assim que o objecto deste trabalho se construa num duplo plano, sintetizado no título. No horizonte esteve sempre um objecto *global*: a *paisagem* e o *povoamento*, que entendemos como bases materiais do processo de organização social do espaço na região e cronologia escolhidas. Mas o essencial da investigação foi dominado por um objecto *imediato*: o arco que vai *da representação documental à materialidade do espaço*.

Há, portanto, nesta tese uma função exploratória e instrumental que a transforma num *ensaio metodológico*, cujo programa se distingue por um duplo objetivo instrumental: (i) apresentar uma metodologia para o estudo da morfologia das diversas unidades espaciais referidas na documentação altomedieval; e (ii), como primeiro passo dessa metodologia, desenvolver uma reflexão sobre as potencialidades das fontes escritas para o conhecimento da materialidade do espaço. Estes dois objetivos estão na origem das duas partes da dissertação: a primeira dedicada à justificação teórica e apresentação da metodologia proposta e a segunda aos problemas que a representação documental levanta ao conhecimento da materialidade do espaço no corpus documental selecionado em função de um caso concreto: o território da diocese de Braga, entre os séculos IX e XI. Se bem que o espaço efetivamente em análise seja determinado pela cobertura geográfica dos dois cartulários produzidos pelas duas principais instituições da região: a Sé de Braga (*Liber Fidei*) e o mosteiro de Guimarães (*Livro de Mumadona Dias*); donde

a concentração dos dados disponíveis na zona central da diocese, melhor organizada e sobretudo documentada (correspondente *grosso modo* ao Entre-Lima-e-Ave, com extensões pontuais aos territórios transmontanos de Chaves e Vila Real).

Porque concebida especificamente a partir de fontes diplomáticas altomedievais, a metodologia apresentada acarreta uma reivindicação heurística da relevância, mas também das limitações, deste tipo de fontes para o estudo do tema. O que tem implicações epistemológicas no debate sobre os espaços de cruzamento/ruptura entre a história e a arqueologia. Trata-se, portanto, de uma metodologia *historiográfica*, por oposição a metodologias outras, de base arqueológica, geográfica, paleoambiental, etc. A generalidade destas abordagens, e desde logo as que se aproximam mais das ciências naturais, assenta num instrumental técnico complexo e bem definido. E nisto contrastam com o impressionismo e o sincretismo dos métodos que tradicionalmente guiam os historiadores do espaço na leitura das fontes escritas altomedievais: uma *leitura* que não passa muitas vezes disso mesmo, sem sequer atingir grande complexidade no plano estritamente hermenêutico. Percebe-se assim a necessidade de avançar na concepção de metodologias especificamente desenhadas para o estudo deste tema, cronologia e realidade documental específicos.

A tal objectivo responde a *Parte I* do trabalho. Formular uma proposta de análise que se pretende capaz de abrir pistas de investigação menos trilhadas implica mais do que a apresentação de uma metodologia em sentido estrito (um conjunto articulado de ferramentas analíticas). Obriga a um trabalho prévio de elaboração teórica, definindo o *campo* a que uma tal metodologia pode ser aplicada e os limites dessa aplicação. Esta primeira parte começa assim por explicitar um conjunto de *definições* inerentes à problemática historiográfica que enquadra a concepção da metodologia proposta (§1) e à natureza do seu objecto, com vista a uma clara definição do seu exacto *campo* de aplicação: a representação documental do espaço (§2). Segue-se a apresentação da metodologia propriamente dita, cujas semelhanças operativas (mas não substantivas) com o método prosopográfico nos levaram a adoptar a designação de “prosopografia do espaço” (§3); e uma referência ao quadro mais alargado de fontes que se impõe a uma metodologia desenhada para a análise da documentação diplomática mas inequivocamente preocupada em contribuir para o quadro interdisciplinar que o estudo do espaço exige (§4). Percebe-se assim que a formulação de uma tal proposta tivesse atingido dimensão suficiente para ocupar uma parte autónoma do trabalho.

Do mesmo modo, cremos que se justifica também dedicar toda a *Parte II* à crítica das fontes e ao estudo da terminologia espacial. A reivindicação da importância da documentação escrita na análise da paisagem e do povoamento e a proposta de uma metodologia específica que sustente essa análise obrigam ao estudo tão aprofundado quanto possível da realidade documental. Num trabalho que pretende ressaltar as possibilidades oferecidas pelos textos para o estudo da realidade material, é indispensável conhecer, e delimitar bem, a sua capacidade para representarem uma realidade que os transcende. É esta a melhor forma de superar a encruzilhada a que conduziu o pensamento pós-modernista mais radical, ao pretender que os textos só poderiam falar de si mesmos. Percebe-se então que, antes de passar à análise de um qualquer problema relacionado com a materialidade do espaço, seja necessário considerar três aspectos que funcionam como

poderosos *filtros* da informação que este tipo de fontes pode fornecer (§1): (i) as circunstâncias que ditaram a génese e transmissão do *corpus* documental disponível (§1.1.), (ii) as tipologias e o discurso diplomáticos que marcam a *escrituração* da realidade espacial (§1.2.) e (iii) o léxico que suporta a representação documental do espaço propriamente dita, mediante a utilização, por parte dos redactores, de uma *terminologia* específica para designarem as múltiplas unidades espaciais a que se referiam (§1.3.).

Dando sequência ao símile da *prosopografia* do espaço, a função identificadora que o nome e o estatuto social desempenham para o indivíduo é assumida, no caso das unidades espaciais, pelo amplíssimo conjunto de nomes próprios (topónimos) que podem identificar cada unidade em particular, e pelo conjunto (bem mais restrito) de nomes comuns com que os redactores procuram classificá-las morfológicamente. Uns e outros compõem aquilo a que chamámos o léxico *toponímico* e *espacial*, respectivamente. A metodologia apresentada na primeira parte do trabalho preconiza uma análise dessas unidades conduzida de acordo com a taxonomia definida por este léxico *espacial* utilizado no discurso diplomático. O essencial da segunda parte (desenvolvido no §2) não podia deixar de aprofundar o inquérito nos planos semântico e morfológico e de, simultaneamente, apresentar os primeiros resultados a que conduziu a análise *prosopográfica* das unidades espaciais identificadas. A melhor solução para concretizar este duplo objectivo pareceu-nos ser a elaboração de um léxico dos vários termos usados pelos redactores da nossa documentação para designar e classificar morfológicamente as unidades espaciais a que se referiam.

No total, integram este léxico 184 termos, agregados para efeitos analíticos em mais de 70 tipos diferentes, por sua vez reunidos em cinco grandes categorias tipológicas: (i) unidades de organização e (ii) de articulação social do espaço, (iii) unidades eclesiásticas, (iv) unidades de paisagem e (v) formas de propriedade. Para cada termo redigiu-se um verbete de que consta um conjunto variável de informação, que podemos agrupar em quatro itens: (i) lema e respectivas variantes formais; (ii) número de ocorrências de cada tipo e respectivos limites cronológicos no *corpus* analisado; (iii) definição: quadro geral de significados possíveis de cada termo, capaz de se constituir como um espectro amplo de possibilidades, do qual deverá partir a análise morfológica das unidades assim designadas no *corpus* estudado; (iv) breve caracterização morfológica de cada tipo de unidades, a partir dos dados recolhidos especificamente no *corpus* estudado, com o objectivo (exclusivo) de corroborar ou infirmar os sentidos gerais arrolados.

Esta longa secção transforma-se assim em mais (e menos, ao mesmo tempo) do que um apartado de índole lexicográfica. O conjunto de *verbetes* relativos aos diversos termos que compõem o universo lexical estudado corresponde, de facto, ao primeiro estágio, ainda embrionário, de tratamento da informação reunida na nossa base de dados. Recordemos os números: num total de 366 documentos analisados, foi possível identificar 3073 unidades espaciais, a que correspondem 4937 menções documentais, entre as quais foi possível estabelecer um total de 11516 relações espaciais. Na impossibilidade de um tratamento sistemático do imenso corpo de dados reunido, que no limite conduziria a um conjunto de extensos trabalhos monográficos, este apartado aparece assim como um mero esboço das potencialidades da metodologia proposta.

Orientadores: Luís Carlos Correia Ferreira do Amaral (U. Porto) e José Ángel García de Cortázar y Ruiz de Aguirre (U. Cantábria).

Data de defesa: 11 de dezembro de 2012.

Autor: **Ismael Cerqueira Vieira**

Título: ***Conhecer, tratar e combater a “peste branca”. A tisiologia e a luta contra a tuberculose em Portugal (1853-1975)***

Palavras-chave: Tuberculose; Tisiologia; Profilaxia, Assistência; Luta contra a Tuberculose

Resumo:

Desenvolvido ao longo de quatro anos e através duma BD atribuída pela FCT, o nosso projecto de doutoramento consubstanciou-se numa tese cujo tema e objeto de estudo incidiram sobre o problema da tuberculose em Portugal enquanto questão médica e social no decurso dos séculos XIX e XX.

Sabido é que cada época teve a sua doença emblemática e a partir de meados do século XIX a tuberculose assumiu esse papel nas sociedades ocidentais, não sendo Portugal excepção. O desenvolvimento das ciências biomédicas por um lado e a emergência do higienismo por outro vieram permitir uma redefinição do conceito de doença tuberculosa, chamando a atenção para os fatores biológicos associados a ela, mas igualmente para os fatores socioeconómicos, que a tornaram num símbolo da cultura oitocentista e denunciadora dos problemas sociais e económicos da contemporaneidade decorrente da Revolução Industrial.

Com o intuito de debelar o então designado inimigo público n.º 1, a comunidade científica e médica articulou esforços para tentar compreender esta patologia, desenvolvendo pesquisas em áreas como a anatomia patológica, a fisiologia, a bacteriologia, o diagnóstico e a terapêutica, produzindo assim conhecimentos próprios duma área da medicina conhecida como tisiologia.

O reconhecimento da infeto-contagiosidade da tuberculose e dos mecanismos de contágio levaram os médicos e filantropos a estruturar programas de educação popular e de prevenção face a uma patologia intratável para os conhecimentos da época. Neste campo, o apoio do Estado no que concerne a programas de pesquisa ou de construção de estruturas de profilaxia e assistência foi mínima até meados do século XX, altura em que chamou a si a missão de orientar, coordenar e fiscalizar a luta antituberculose. Os saberes próprios da tisiologia ficaram confinados às instituições de ensino académico e a alguns sanatórios com vertente investigativa e pedagógica. Só com a nacionalização da ANT em 1945 é que o Estado português centralizou os serviços de luta antituberculose e passou a dar um apoio importante a uma causa que parecia desamparada durante longas décadas.

As razões para este estudo deveu-se a vários motivos. A tuberculose é uma velha mas também nova doença, porque embora seja falada deste a Antiguidade continua nos tempos coevos a fazer milhões de vítimas todos os anos e como tal despertou o nosso interesse para esta problemática.

Em segundo lugar, sob o ponto de vista histórico a tuberculose é uma doença emblemática, símbolo de um período da vida europeia e portuguesa entre os séculos XIX e XX.

Em terceiro lugar quando atendemos ao caso português verificamos uma escassez de trabalhos historiográficos em torno da tuberculose e da luta contra este flagelo.

Os nossos objetivos passaram assim por compreender e destacar as respostas médicas, científicas e tecnológicas, políticas e sociais face ao problema da tuberculose, quando este emergiu como um problema de saúde pública.

Neste sentido e como está plasmado no título da dissertação, os nossos objetivos passaram por responder às questões ligadas ao conhecimento, tratamento e combate à “peste branca”, articulando diferentes dinâmicas como:

O pensamento e doutrinas médicas ligadas à doença tisiológica

O contributo dos progressos médicos, científicos e tecnológicos para o diagnóstico e tratamento da tuberculose

A produção científica/académica sobre a doença

O reconhecimento da tuberculose como doença social

As estratégias de combate à doença como as:

Campanhas de educação e profilaxia

Estruturas assistenciais e científicas: sua organização e funcionamento

No que concerne à tipologia de fontes foram usados sobretudo:

Periódicos sobre saúde e medicina

Dissertações académicas das EMC do Porto e Lisboa

Dissertações académicas das Faculdades de Medicina do Porto, Lisboa e Coimbra

Fontes legislativas e estatísticas

O fulcro da nossa investigação teve por base uma análise sistemática de um conjunto de periódicos médicos escolhidos e analisados pela sua relevância no panorama médico nacional e pela sua periodicidade. Dum vasto conjunto de periódicos balizado cronologicamente entre meados do século XIX e último quartel do século XX, destacamos alguns como o *Jornal da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa*, o *Coimbra Médica*, *A Medicina Contemporânea* ou o *Boletim da Assistência Nacional aos Tuberculosos*.

Foram também usados e analisados um conjunto alargado de dissertações em Medicina provenientes das Escolas Médico-cirúrgicas/ Faculdades de Medicina do Porto, Lisboa e Coimbra.

Como complemento foram ainda usadas fontes legislativas como a Coleção Oficial de Legislação Portuguesa, o Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, as Estatísticas do Movimento Fisiológico da População de Portugal, etc.

O percurso investigativo baseou-se fundamentalmente num método de trabalho do tipo qualitativo e heurístico. No que concerne ao tratamento e análise dos documentos baseou-se essencialmente num trabalho de inferência sistemática e de análise de conteúdo.

Em termos cronológicos, a investigação centrou-se no período compreendido entre 1853 e 1975, por consideramos ser este o intervalo temporal onde se assistiu ao despoletar do interesse médico sobre a doença e à emergência, organização e institucionalização e por fim desmantelamento dos serviços especializados da luta contra a tuberculose em Portugal.

A escolha de meados do século XIX como baliza inicial, e particularmente os anos de 1853 e 1857, prende-se com o facto de em 1853 ter sido inaugurado no Funchal o primeiro nosocómio dedicado à assistência de tuberculosos pulmonares em Portugal, e

1857 justifica-se por ser o ano em que surgiu a primeira tese inaugural em medicina dedicada ao estudo da tuberculose, simbolizando assim o início da investigação médica no domínio da tisiologia no nosso país. Por outro lado tomamos o ano de 1975 como o final deste estudo por ser nesse ano que se procedeu ao desmantelamento do Instituto da Assistência Nacional aos Tuberculosos passando aquele a integrar os serviços de saúde existentes na Direção Geral de Saúde.

Finalizado o estudo pudemos concluir que:

1 – A luta contra a tuberculose foi um movimento enquadrado nos ditames internacionais. Quer o estudo e tratamento da tuberculose quer a organização da luta contra a tuberculose seguiu de perto os estudos e modelos europeus da época. Mas apesar do seguimento e da discussão de propostas nestas áreas não existiu na maior parte das vezes uma implementação célere das políticas e medidas antituberculose pelas autoridades. Só tardiamente o Estado chamou a si a orientação, a coordenação e a fiscalização da luta antituberculose.

2 – Houve uma secundarização da tisiologia como disciplina médica. A tisiologia, enquanto área médica centrada no estudo e tratamento da tuberculose nunca teve um espaço próprio nos *curricula* universitários nem teve um espaço dedicado e subvencionado para a investigação nesta área, em moldes semelhantes aos do IPO para o cancro. A tisiologia desenvolveu-se fundamentalmente nalguns sanatórios que enveredaram por uma vertente formativa e que reuniram um corpo de médicos e cirurgiões interessados em aprofundar esta disciplina médica. O IANT só numa fase avançada da sua existência assumiu algum destaque neste domínio.

3 – A tuberculose era uma “doença dominante” e social, que no entender de Grmek e Sourmia eram aquelas que pela sua frequência, efeitos invalidantes e letalidade comportavam graves consequências para a demografia e qualidade de vida das populações. Neste sentido, a tuberculose como doença ligada às condições do meio social ajusta-se modelarmente a este conceito. Além dos fatores biológicos como eram a atividade bacilar, a natureza infetocontagiosa ou a capacidade de resistência imunológica, a manifestação da doença tuberculosa dependia também das condições de vida dos indivíduos tais como a má habitação, a alimentação desadequada ou infetada, a falta de higiene, os hábitos e costumes depravados. Não respeitando fronteiras geográficas ou sociais, a tuberculose disseminou-se na sociedade portuguesa de forma endémica desde meados do século XIX, cabendo-lhe durante longas décadas um lugar preponderante no obituário nacional.

4 – Foi um projeto descentrado do Estado e com maior controlo por parte da filantropia. A natureza endémica, o estatuto de doença intratável e o desafio constante aos ditames do higienismo em afirmação tornaram o discurso médico e científico no único capaz de apresentar propostas para o controlo da expansão da doença. Como tal, o Estado e os poderes públicos mantiveram-se alheados da organização da luta contra a tuberculose.

A construção de preventórios, dispensários, sanatórios, as campanhas profiláticas, as conferências científicas e populares ou introdução da vacina BCG fizeram-se à margem do controlo estatal.

As formas de organização preventivas e assistenciais emergidas no final da monarquia e durante a I República estiveram ligadas primordialmente à filantropia de indivíduos ou instituições de caráter particular, até à nacionalização da Assistência Nacional aos Tuberculosos.

5 – Apesar do limitado apoio estatal a luta antituberculose em Portugal floresceu e desenvolveu-se dentro do que foi possível num país fustigado pelas crises políticas, económicas e sociais. Ao contrário de outros países onde a diminuição da morbilidade e mortalidade se ficou a dever ao sucesso das campanhas higiénicas e à melhoria das condições de vida da população, em Portugal o declínio da tuberculose só é perceptível na segunda metade do século XX já sob influência das novas terapêuticas. No entanto nem tudo foi negativo, aliás tendo em conta as particularidades da história contemporânea portuguesa muito foi feito e concretizado mesmo em alturas difíceis da vida nacional. A introdução de novos conhecimentos e a aplicação de novas invenções vindas do estrangeiro fez-se num espaço de tempo reduzido, quase sempre à custa de iniciativas particulares, que gozando das suas ligações internacionais importavam a tecnologia e o *know-how* quase simultaneamente, como foi o caso da tuberculina, da vacina BCG ou dos dispensários. Aliás os dispensários antituberculosos tal como foram concebidos e implementados em França e na Europa são de conceção portuguesa, o que prova que nem tudo foi mau, nem tudo foi em vão, nem tudo foram cópias do estrangeiro.

Conhecer, tratar e combater a “peste branca” em Portugal foi por isso um desafio para a comunidade médica e científica, para o Estado e para uma sociedade em transformação que apesar dos altos e baixos conseguiu controlar este flagelo social.

Orientador: Jorge Fernandes Alves

Data de defesa: 28 de novembro de 2012

Autor: **João-Heitor Rigaud**

Título: ***João Arroyo (1861-1930) – O Homem e a Obra. Dimensão Cívica e Atividade Musical***

Palavras-chave: João Arroyo; Parlamentarismo; Ministérios; Direito; Atividade Musical

Resumo:

O conselheiro João Marcelino Arroyo foi um portuense dotado de grande riqueza intelectual, cuja ação se manifestou no Direito, na política e na música com uma originalidade e um vigor que deram apreciável contributo para o enriquecimento do património coletivo nacional. Por vezes controverso e sempre combativo, João Arroyo caracterizou-se, na generalidade das suas realizações, por uma atitude perfeccionista que teve como resultado a profundidade e o alcance que a sua multifacetada obra apresenta.

Deste modo, em 1905, a *Ilustração Portuguesa* considerou oportuno homenagear o político dedicando-lhe a capa onde, a acompanhar uma excelente fotografia da autoria de Augusto Bobone, se inseria um pequeno mas expressivo texto que elucidava as razões que haviam presidido a esta opção do editor: Arroyo era um hábil político e um dos maiores oradores portugueses. Em 1907 voltaria à capa desta revista que prestava tributo ao talento musical que, desde o ano anterior, vinha, publicamente, revelando.

João Arroyo era conhecido pela sua incansável atividade parlamentar, pela ação ministerial, pela eficácia da atuação conjunta com Hintze Ribeiro e João Franco ao longo dos últimos quinze anos do século XIX e, a partir do início do século seguinte, ficou ainda conhecido pela preciosa coleção de obras de arte e pelas receções que dava em sua casa, onde reunia membros do Corpo Diplomático, do Parlamento e do Governo, jornalistas de todas as fações políticas e numerosos artistas. A partir de 1906 tornaram-se famosas as reuniões que organizou no palacete da Rua de Santo António dos Capuchos, verdadeiras conferências de imprensa em que o anfitrião patenteava o seu talento musical e as mais recentes obras que produzira.

Nos últimos anos da Monarquia, João Arroyo, monárquico convicto, era encarado como um caso de estudo por todos aqueles que com ele contactavam.

Nas primeiras décadas de noventa, estudar a obra e a ação de tal personalidade revelou-se uma urgência para publicistas como, entre tantos outros, Carlos Malheiro Dias, Alfredo Pinto, Paulo Osório, Augusto de Vasconcelos ou Trindade Coelho que, aliás, pouco mais fez do que repetir o que vinte anos antes D. António da Costa escrevera. Em estudos históricos, o nome de João Arroyo foi evocado por Rocha Martins na biografia de D. Carlos, tendo, por outro lado, aparecido nas clássicas obras memorialistas de Raul Brandão, António Cabral e António Maria da Silva que, ao contrário de outras e por razões diversas e complexas, contribuíram para difundir ideias que não se coadunavam com a realidade.

Note-se ainda que a obra do professor catedrático João Arroyo no campo das Ciências Jurídicas lhe valeu a eleição para a Academia das Ciências de Lisboa.

Porém, Arroyo não foi o produto ocasional de uma feliz convergência de manifestações fortuitas da natureza, mas também o resultado do meio em que nasceu. Herdou uma tradição sólida e desenvolveu-a de acordo com as suas capacidades, tendo como referência o meio de origem, ao serviço do qual nunca deixou de se sentir.

Deste modo, a partir de 1844, pelo menos, os Arroyo passaram a ser presença assídua nas páginas da imprensa periódica do Porto e Lisboa, que foram noticiando e comentando a par e passo a actividade e os acontecimentos relativos a esta ilustre família.

Assim, a leitura e análise de numerosas publicações periódicas tornou-se fundamental para investigar esta figura e entender o alcance das suas intervenções, situação que veio a ser alargada, no início do século XX, com a internacionalização do sucesso artístico de João Arroyo, primeiro nos países da Europa central e, depois, embora menos significativamente, na América do Sul.

Em Hamburgo foi possível encontrar dois documentos fundamentais. Um deles, pertencente ao espólio do que resta do arquivo do Stadttheater (Staatsoper), para além de dar a conhecer o nome de todos os artistas e técnicos que participaram nas apresentações da ópera *Amor de Perdição* nesse teatro, em 1910, responde à questão fundamental que é saber qual foi o estatuto destas apresentações, isto é, se se tratou de apresentações integradas na programação regular da temporada ou se, pelo contrário, esta ópera foi apresentada por cedência das instalações para fins privados. Pôde, deste modo, concluir-se com toda a segurança que o *Amor de Perdição* foi integrado na programação da temporada regular de assinatura e que alternou com a ópera de Mozart, *D. Giovanni*, um confronto do qual, a avaliar pela crítica, a peça do compositor português não saiu diminuída. Quanto ao segundo documento, trata-se de um recorte de jornal que integra a coleção de documentos teatrais da Faculdade de Letras da Universidade Hamburgo, e contém a importante crónica que Ferdinand Pfohl publicou sobre estas apresentações no *Hamburger Nachrichten*.

O conhecimento do texto integral desta crónica reveste-se da maior importância porque revela, circunstanciadamente, qual a ideia — partilhada por outros — que o ilustre crítico, pessoa culta e músico de grande valor, tinha de Portugal, país pelo qual não nutria consideração, e, por consequência, como encarava Arroyo em relação às suas origens.

Segundo o crítico, se Portugal era um país inexistente como nação civilizada, João Arroyo era um caso surpreendente de sucesso porque era educado, culto, talentoso e artista, qualidades cuja origem intrigavam o crítico e que atribuía ao cosmopolitismo de uma personalidade viajada. Por isso, com o objetivo de ilustrar o respeito que a obra do músico português lhe causava, recorreu ao *Tristan und Isolde*, de Wagner, e, estabelecendo uma comparação de grande ousadia para um espírito alemão da época, concluiu que um artista como Arroyo fazia viver a cultura de qualquer país, fosse ele Portugal, o que era fácil, em sua opinião, ou, até mesmo, a Alemanha, país que considerava culturalmente riquíssimo.

Quer pela extensão quer pela profundidade, este paradigmático texto é significativo do acolhimento que foi dispensado a João Arroyo na Europa de língua alemã do início do século XX, sendo, no entanto, de notar que se observa uma considerável diferença entre as crónicas publicadas no Norte e as que apresentaram os jornais do Sul, bem menos desagradáveis para com a Nação portuguesa.

Em resultado da sua obra e notoriedade, é natural que João Arroyo tivesse passado das páginas da imprensa periódica para as dos livros e dicionários enciclopédicos.

O autor que primeiro refletiu sobre João Arroyo foi D. António da Costa que, no seu livro *Auroras da Instrução pela Iniciativa Particular*, publicado no início da década

de 1880, lhe dedicou um pormenorizado capítulo, tendo como ponto de partida a fundação do Orfeão Académico de Coimbra que considerava especialmente relevante para o futuro do ensino em Portugal.

Já no início do século XX, Carlos Malheiro Dias, nas *Cartas de Lisboa*, escreveu páginas onde abordou, com grande sagacidade crítica, a oratória parlamentar de Arroyo e descreveu o panorama do colecionismo de arte lisboeta em que ele se notabilizara.

Neste início de século, outros autores se referiram a João Arroyo, sendo de destacar Brito Camacho que, surpreendentemente, no meio de uma extensa reflexão sobre a savana africana, dedicou uma página a explicar a origem do seu relacionamento com o músico, uma explicação que, aliás, é relevante para o entendimento cabal da atenção que o seu jornal, *A Luta*, lhe dedicou.

Os dicionários enciclopédicos, desde os mais antigos, fornecem informação correta e fiável acerca dos Arroyo, situação menos evidente no *Dicionário de Música*, de Tomás Borba e Fernando Lopes-Graça, e no *Dicionário Biográfico Parlamentar*, publicado sob a coordenação de Filomena Mónica, cuja entrada sobre João Arroyo contém algumas ideias influenciadas pela tradição e que se afiguram, hoje em dia, pouco justas.

De referir, ainda, a publicação de duas pequenas obras de divulgação sobre João Arroyo. Uma da autoria de Rodrigo Veloso e a outra, datada de 1941, de Júlio Eduardo dos Santos, que foi escrita no curto espaço de algumas semanas com o intuito de esclarecer o público lisboeta acerca da vida e obra de uma personalidade já então esquecida e cuja música estava em vias de voltar a ser apresentada, em Lisboa, no Teatro de S. Carlos.

Observa-se, então, que, desde há anos, os historiadores vêm sentindo a força da presença de João Arroyo nos seus estudos mas, no entanto, se excetuarmos, a *História de Portugal*, de Joaquim Veríssimo Serrão, e a biografia de D. Carlos elaborada por Rui Ramos, onde os respetivos autores procuraram interpretar o papel de Arroyo, a investigação histórica atual revela tendência para se satisfazer com a simples evocação do nome sem apresentar qualquer razão que justifique a necessidade de o fazer.

Conclui-se, portanto, que João Arroyo é uma figura incontornável dos círculos políticos e culturais no período cronológico referido. Esta tese, ao analisar a atuação de Arroyo no campo político, jurídico e musical, contextualiza a ação e aprofunda o entendimento do papel de uma personalidade polémica mas de inquestionável relevância.

Orientadora: Maria da Conceição Coelho de Meireles Pereira

Data de defesa: 16 de maio de 2012

Autor: **Sara Maria Costa Pinto**

Título: *A Companhia de Simón Ruiz. Análise espacial de uma rede mercantil no século XVI*

Palavras-chave: Redes de negócio; História Económica; Circuitos de câmbio; Spatial History; Sistemas de Informação Geográfica

Resumo

A dissertação de doutoramento teve como objecto de estudo a companhia mercantil de Simón Ruiz, um mercador banqueiro da segunda metade do século XVI. Apresenta como proposta metodológica a análise dos lugares de negócio da rede organizada pelo mercador castelhano. Pretendeu, desta forma, compreender o papel do espaço nas dinâmicas das redes mercantis, num contexto de expansão económica a nível global.

A historiografia recente tem comprovado que a economia na época moderna foi dinamizada por redes de mercadores que operaram a grandes distâncias, a partir de firmas dispersas ao longo das rotas comerciais. Para a compreensão deste fenómeno reconhece-se a necessidade de representações espaciais, dado que o espaço geográfico providencia o enquadramento físico para a criação e difusão de redes. Neste contexto, a tese de doutoramento seguiu e aplicou os fundamentos teóricos da *spatial history*, pretendendo destacar o papel do espaço na exploração e análise dos fenómenos históricos.

Num primeiro nível, procurámos caracterizar individualmente os lugares-chave da rede de negócios de Simón Ruiz, tendo em conta os seus atributos e funções, tendo sido reconstituídas as “biografias” desses lugares. Essa primeira abordagem aos lugares da rede teve como objectivo perceber de que modo o perfil de cada lugar contribuiu para as estratégias de negócio. Foram consideradas questões como a multifuncionalidade ou a especialização, e a variabilidade das funções dos diversos lugares ao longo do tempo. Foram analisadas as geoentidades Medina del Campo, Lisboa, Antuérpia, Lyon, Madrid, Florença, Valladolid, Roma, Nantes e Sevilha.

No segundo nível, foi feita uma análise dinâmica da articulação dos lugares da rede, em ordem a identificar os espaços económicos da Companhia, resultantes, em simultâneo, dos atributos, das funções e das relações estabelecidas entre os lugares. A análise recaiu aqui sobre a totalidade de lugares, sendo aí analisados os fluxos financeiros, assentes na circulação de capital, e os fluxos mercantis, que incluíram circuitos europeus e circuitos ultramarinos. Foi ainda abordada a questão das relações familiares e da sua influência na organização e evolução da rede de agentes e de parceiros de negócio.

O universo documental que suportou a investigação é composto por duas tipologias documentais, ambas do arquivo da companhia de Simón Ruiz: as letras de câmbio (análise de 9242 letras produzidas entre os anos de 1553 e 1606), e a correspondência comercial enviada pelos agentes portugueses (análise de 299 cartas escritas entre os anos de 1558 e 1577). A sua conversão para bases de dados utilizou a ferramenta informática Timelink.

A análise do enquadramento geográfico dos negócios da companhia de Simón Ruiz permitiu desenhar um “espaço-movimento” e um espaço em movimento, sobre o qual averiguámos hierarquias, funções e relações. Procurando esclarecer de que modo a localização dos agentes resultou de estratégias de domínio de mercados, de acesso a rotas e a novos produtos, da necessidade de obtenção de informação e capital, ficou claro que,

se em meados do século XVI, Simón Ruiz, natural de Belorado, era mais um dos membros da activa comunidade mercantil de Burgos, entregue à venda de panos nas feiras de Medina, rapidamente concertou a sua acção com outros espaços económicos, estabelecendo contactos com mercados externos, estratégicos à sua actividade, quer em termos de abastecimento, como Nantes, quer em termos de consumo, como Sevilha. Neste processo, o acesso a novos mercados trouxe-lhe igualmente o acesso a outros importantes recursos: novos produtos e novas parcerias. No processo de identificação dos lugares-chave para o funcionamento da rede de negócios de Simón Ruiz, verificámos que os lugares que maior peso tinham, quer em termos de ocorrências, quer em termos de relações estabelecidas com outros lugares, eram as entidades geográficas que maior multifuncionalidade apresentaram. Ou seja, as praças que ofereceram uma maior diversidade de recursos para as actividades da companhia, foram também aquelas que estabeleceram mais relações, e que maior influência tiveram no desempenho dos seus negócios. Nesta hierarquia de lugares, duas praças destacaram-se. Na segunda metade do século XVI, Medina del Campo foi o nó central de uma rede de lugares cujas relações se desenvolveram em torno das dinâmicas geradas a partir de um grande eixo: o eixo Lisboa-Antuérpia.

A correspondência mostrou-nos como a capital portuguesa constituiu um mercado diversificado para os negócios da Companhia, que aqui comerciava com o sal, as especiarias, os cereais, os têxteis, os corantes, etc. Ao mesmo tempo, a história da sua participação nos fluxos financeiros da companhia dos Ruiz mostrou-nos também como, neste período, Lisboa era ainda pouco atractiva como praça de pagamentos, revelando uma constante falta de liquidez, susceptibilidade monetária, e inexperiência no mundo dos câmbios. Interessante é verificar como Medina del Campo foi a responsável pelo colmatar desta limitação da praça portuguesa. Em certa medida, desde o início da articulação do eixo Lisboa-Antuérpia, é Medina que absorve os pagamentos remetidos pela comunidade mercantil portuguesa na praça flamenga. Este processo continua activo na década de 70 do século XVI, altura em que as actividades da companhia se concentram em torno deste eixo. As letras de câmbio movimentadas representam as remessas, quer de portugueses, quer de espanhóis, resultado do fluxo de mercadorias. Mas, como vimos também, resultam igualmente de um outro fenómeno, que se inicia por esta altura: a participação de Simón Ruiz na concretização de *asientos*, nomeadamente sobre o pagamento das tropas castelhanas na Flandres.

Quando analisámos as relações entre Simón Ruiz e os seus principais correspondentes, verificámos que, no que respeita a Lisboa e Antuérpia, a sua presença não assentava em nenhuma ligação familiar, mas em parcerias com as principais casas comerciais aí estabelecidas, como o caso dos Gomes d'Elvas, em Lisboa, e os Bonvisi, em Antuérpia. Demonstrámos como estas relações foram tão cruciais para o desempenho da Companhia, como as estabelecidas entre Simón Ruiz e o seu irmão, Andrés Ruiz, em Nantes. Neste sentido, as funções desempenhadas por um determinado lugar podem ser potencializadas na sua articulação com um outro lugar, criando-se uma relação de complementaridade, de cujo resultado sinérgico vai representar a mais-valia para o funcionamento e sucesso da rede que os ocupa. Paralelamente, esta relação resulta na inclusão de novos elementos na rede, redesenhando as relações que a suportam.

Sendo certo que a análise dos lugares-chave, dos nós centrais desta rede espacial, assim como dos fluxos financeiros e mercantis por eles dinamizados foi suficiente para descrever as características dos principais negócios a que se entregou a companhia de Simón Ruiz, o facto é que, para o sucesso destes negócios, foi essencial o papel desempenhado por lugares, que apesar de não constarem como nós centrais, revelam-se cruciais para a manutenção dos fluxos dentro da rede. Fluxos mercantis e fluxos financeiros que assentam na articulação de lugares centrais com lugares periféricos. Falámos dos portos marítimos e dos portos secos, dos centros produtores e abastecedores, das escalas e das alfândegas, estruturas de apoio que a companhia dominou. Falámos, também, de praças como Roma e Florença, igualmente periféricas, no que respeita aos circuitos financeiros, mas cruciais para a reunião de capital e circulação de crédito. Falámos ainda da rede de lugares que identificámos na Península Ibérica, os lugares dos pagadores das letras de câmbio, com ocorrências episódicas, cuja análise permitiu um vislumbre sobre a vastíssima rede de crédito de Simón Ruiz. À semelhança da geografia dos seus negócios, também o perfil dos seus clientes é heterogéneo, vasto e abrangente. Nesta medida, muitos destes lugares, apesar de não apresentarem uma grande relevância em termos de ocorrências – muitos apenas possuem uma ligação, com Medina, o nó central, são fundamentais para o funcionamento da rede, no âmbito de uma acção conjunta. Esta diversidade de mercados revela como a estratégia de Simón Ruiz foi a de identificar carências e dar-lhes resposta, convertendo-as em oportunidades. A dinâmica dos espaços, resultado da articulação entre as funções individuais de cada lugar, e os fluxos gerados e alimentados pela rede que estes constituíram, foi parte integrante das estratégias da rede de negócios de Simón Ruiz.

Em rigor, a análise dos negócios de Simón Ruiz permitiu o desenho de uma geografia, a geografia dessa Companhia, que poderá, ou não, ser específica dessa rede. Foram hierarquizados lugares, caracterizadas funções e estabelecidas complementaridades, mas estas precisam de ser comparadas com geografias de outras companhias

Orientadoras: Amélia Polónia e Monica Wachowicz

Data de defesa: 13 de dezembro de 2012

Autor/a: **Susana Isabel Marcelino Guerra Domingos**

Título: ***Portugal e Tailândia – Do fim da extraterritorialidade à entrada de Portugal na CEE (1925-1986)***

Palavras-chave: Portugal, Tailândia-Sião, Extraterritorialidade, Diplomacia, Relações Internacionais

Resumo:

O presente trabalho pretende dar continuação à investigação desenvolvida no mestrado, em que estudámos as relações entre Portugal e a Tailândia entre 1820 e 1925. Tentando aprofundar os estudos já existentes, reparar as lacunas e as omissões, e alargar o alcance das questões levantadas, propusemo-nos abordar então as relações entre ambos os países, colocando o acento sobre o singular regime jurídico-político que permitiu a Portugal manter uma presença privilegiada na região, numa nação que – inclusive sofrendo a presença de potências estrangeiras – nunca chegaria a constituir uma colónia.

Assim, do que se trata no presente estudo é de deslocar (alargar) a atenção sobre o período imediatamente posterior, até a atualidade recente, procurando – a partir do levantamento dos documentos existentes – reconstruir as especificidades políticas, comerciais, económicas e culturais da presença portuguesa e luso-asiática na Tailândia durante o século XX.

A hipótese diz respeito às relações entre Tailândia e Portugal e constata que as relações entre ambos os países estão marcadas, no século XX, por duas facetas: 1) a primeira, que vai desde a assinatura do tratado de extraterritorialidade ao início do século XX, e que se caracteriza por tratados bilaterais fortes, porém desaproveitados económica, política e geoestrategicamente por Portugal; 2) a segunda, marcada por um período de ausência de tratados relevantes, por uma pretensão de renovar os laços que apenas conduz à assinatura de pequenos tratados de pouca significação, e a uma série de encontros diplomáticos marcados por discursos grandiloquentes povoados de declarações de boas intenções, mas que não contribuem para um incremento nas relações entre os dois países, e cuja importância é basicamente a sua instrumentalização simbólica, por parte de ambos os estados.

A exploração da história contemporânea recente das relações entre a Tailândia e Portugal, em todo o caso, implica objetivos que se repartem segundo duas dimensões fundamentais: 1) a pesquisa do património documental e monumental comum, sobretudo a restituição de um arquivo primário rigoroso, inexistente até à data; e 2) a sua perspetivação histórica sobre os eixos da diplomacia, da política, da cultura e do comércio.

Por outro lado, essa análise tem por objetivo, menos a história geral das relações internacionais, que um trabalho sobre a história das relações bilaterais entre Portugal e Tailândia, muito embora na qual a consideração das relações internacionais jogue um papel importante. Nessa medida, a teoria das relações internacionais não domina nem sobredetermina a forma da investigação, mesmo se considerações teóricas sobre as relações internacionais possam ser pontualmente encontradas, respondendo a um objetivo explicativo concreto.

Acreditamos, no fundo, que a reconstrução do arquivo associado à história dos contatos e os tratados, as trocas e as negociações entre Portugal e Tailândia, isto é, a

disponibilização desse material documental, organizado criticamente, assim como a sua contextualização crítica, poderá chegar a contribuir para o desenvolvimento de outras investigações relacionadas com a presença de Portugal no Sudeste Asiático.

Na primeira parte, sobre a política externa de Portugal entre 1890 e 1986, faremos a análise do contexto político português desde finais do séc. XIX e ao longo do século XX, apresentando as linhas fundamentais que marcaram a atuação dos diversos regimes políticos nacionais.

A segunda parte contextualiza a evolução política tailandesa, desde a assinatura dos tratados desiguais até finais do século X: 1) ao modo como durante o processo político de consolidação de um estado democrático, se verificou a emergência de uma elite governativa de cariz militar, 2) ao modo como a Tailândia, logrando a saída da esfera de influência francesa e britânica em defesa da sua soberania nacional, acabando o país subordinado à política externa de Washington.

A terceira parte, baseada na sua maioria em documentos do Arquivo Histórico-Diplomático do MNE, refere-se aos contatos entre Portugal e a Tailândia durante a era dos tratados desiguais, pela análise dos tratados bilaterais estabelecidos durante esse período: o tratado de 1859, que estabeleceu o regime de extraterritorialidade português; o tratado de 1925 que o revogou; o tratado de 1938 que pôs fim ao direito de evocação português na Tailândia. Damos conta do processo de estabelecimento dos portugueses na Tailândia desde o princípio do século XVI, inserido no contexto das relações comerciais entre europeus e siameses, assim como do modo em que oscilaram estas relações e os tratados que as consagraram ao longo de diversas épocas. Este capítulo vai incidir não só sobre o processo que determinou o fim do regime de extraterritorialidade portuguesa na Tailândia, mas também na forma em que este processo ganhou forma à medida que ia sendo apresentado a todos os países que gozavam de direitos de jurisdição consular no reino. Por fim, a descrição do processo negocial do último tratado comercial luso-siamês, assinado em 1938, que erradicaria em definitivo o direito de evocação decorrente da extraterritorialidade, e todos os privilégios ocidentais detidos na Tailândia, fundando assim uma nova era siamesa de tratados em termos de equidade com as outras nações, que consagraria a posição internacional da Tailândia em bases renovadas.

A quarta parte, também ela baseada na correspondência diplomática entre o consulado em Bangucoque e o MNE em Lisboa, privilegia a imprensa nacional, para a análise dos contatos estabelecidos entre Portugal e a Tailândia durante o século XX, sob a forma de visitas de estado – a Portugal por Chulalongkorn em 1897 e por Bhumibol em 1960, de Jorge Sampaio à Tailândia, na qualidade de presidente da república, em 1999, e os últimos tratados assinados entre ambos os países (1985, 1989 e 2001).

O trabalho é completado por apêndices com o material documental associado à proposta, e apresenta mapas, cronologias, transcrições de documentos e tratados, assim como fotografias de arquivo.

As relações entre Portugal e Tailândia apresentam uma evolução cujo sentido é determinado pela passagem de uma época de relações forçadas e de tratados desiguais para outra, na qual as duas nações começam a sentar-se na mesa de negociações de uma forma mais igualitária, na tentativa de rearticular alianças comerciais e acordos jurídicos. Inscritas num contexto internacional dominado por grandes guerras, lutas emancipatórias

de povos colonizados, avanços de novas potências imperialistas na região e toda uma série de mudanças ao nível da política interna e externa de ambos os países, Portugal e Tailândia não são completamente donos desse processo, pelo que muitas vezes a contextualização de um tratado ou de uma visita dá o sentido do acontecimento de modo oblíquo.

O nosso propósito foi, neste sentido, menos que a tentativa de oferecer uma interpretação especulativa dos fatos relacionados, a reconstrução do arquivo associado, a partir dos documentos existentes, no intuito de estabelecer uma base material para futuras pesquisas relacionadas com a presença de Portugal na região. No tratamento dessas fontes, muitas vezes dispersas, incompletas, amputadas ou corrompidas, procuramos sempre acolher-nos ao registado, assinalando, quando necessário, as lacunas existentes. E, no intuito de oferecer um horizonte de sentido para os acontecimentos reconstruídos a partir do corpus documental levantado, introduzimos uma série de notas contextuais, tanto sobre as linhas gerais que marcaram a evolução da política externa portuguesa no século XX, como sobre as mudanças na política interna tailandesa que acabaram por influir as suas relações exteriores, nomeadamente no que diz respeito à sua relação com Portugal.

De forma geral, constatamos que o fato de não ter sido nunca uma colónia, mas ao mesmo tempo ter convivido (e colaborado) sempre com as potências estrangeiras na região, permitiu à Tailândia a manutenção de uma relação histórica de convivência com os governos ocidentais, de forma tal que, desde o fim dos tratados desiguais, nunca foram colocadas em causa as suas políticas internas, por menos democráticas que fossem. Desde finais do século XIX que os governos da Tailândia pretendem associar as suas administrações à ideia de progresso (leia-se ocidentalização) para se perpetuarem no poder; e, embora o povo tenha sido muitas vezes alvo da violência, ora a mãos ocidentais, ora a mãos siamesas, governos siameses e governos ocidentais pactuaram sistematicamente relegar estas questões em nome de uma história de amizade, de colaboração e de consenso.

Existe uma história das relações entre Portugal e Tailândia, mas não é a história da abertura de Tailândia ao mundo pela intercessão de Portugal – que as visitas de estado celebram em discursos repletos de lugares comuns –, nem é a história da amizade centenária entre duas potências essencialmente pacíficas, que os jornais oficialistas evocam de forma acrítica. Existe uma história que está marcada pela herança de uma série de tratados desiguais e por conversações árduas e conflituosas para serem renegociados. Uma história de significativas tensões diplomáticas sobre questões cujo peso efetivo na economia das duas nações foi em geral insignificante. E uma história de apropriações simbólicas de um passado comum inexplorado, por parte de monarquias absolutas e constitucionais, por governos democráticos e ditaduras militares.

Passados quinhentos anos da celebração dos primeiros contatos entre Tailândia e Portugal, o presente trabalho propôs-se apenas trazer à luz alguns elementos fundamentais para a reconstrução dessa história.

Orientador: Jorge Fernandes Alves

Data de defesa: 5 de maio de 2012

Autora: **Suzana Margarida Dias dos Santos Cavaco**

Título: ***Mercado Media em Portugal no Período Marcelista***

Palavras-chave: Marcelismo, Estado Novo, Jornalismo, Assessoria de Comunicação, Mercados Media

Resumo:

O panorama da propriedade da imprensa portuguesa, tradicionalmente detida por empresas familiares, alterou-se nos últimos anos do Estado Novo. Durante os governos de Marcello Caetano (1968-1974), seis diários foram adquiridos por grandes grupos económicos privados. Deste intenso movimento de concentração, resultou a ideia generalizada de que tais aquisições foram sugeridas, apoiadas, incentivadas, ou impostas pelo Presidente do Conselho. Terá sido assim? O regime marcelista, para controlar o poder dos media, não se limitou a recorrer à censura/exame prévio? De que forma(s) o procurou fazer? Estas questões associam-se a outras: Num regime autoritário, o que tornava o negócio dos media atrativo aos grandes grupos económicos (à escala portuguesa)? Como é que estes grupos “não puros” (organizações não especializadas em media, ou seja, cujo *core business* não era os media) encaravam o negócio dos media?

Seguindo a metodologia de análise histórica, cruzámos várias técnicas de pesquisa (análise documental, análise textual e entrevistas), para testar as seguintes hipóteses: a) No Estado Novo, a influência do poder político na atividade media não se limitou à regulação legal do sector e sua burocratização; b) A aquisição de empresas media por grupos económicos privados nem sempre foi apoiada pelo líder do regime autoritário, Marcello Caetano; c) Em Portugal, no período marcelista, a obtenção de benefícios da aquisição de um órgão de comunicação social por um grupo económico privado “não puro” passou mais por apoiar e/ou pressionar o poder político do que pelo (real ou potencial) desempenho económico da empresa (lucro).

Estudar os media apela ao conhecimento e compreensão da complexidade que caracteriza esta indústria, quer em termos endógenos e de microambiente (processos de produção, produtos, e mercados), quer em termos de forças externas que compõem o macroambiente (nomeadamente forças políticas, económicas, socioculturais e tecnológicas). Os relatórios e contas das empresas media (e de empresas a elas relacionadas) mostraram-se fonte valiosa de informação quanto à evolução do desempenho económico de cada empresa, assim como em relação a receios, anseios e expectativas. Ajudaram-nos a identificar oportunidades e ameaças. Depois de um período favorável em investimento publicitário (estimulado pelo crescimento da economia e pela emergência do consumismo), a indústria media viveu tempos difíceis. A crise petrolífera de 1973 refletiu-se quer na quebra de volume de receitas proveniente dos anunciantes, quer no encarecimento e na escassez da principal matéria-prima dos media impressos (papel).

Interessada em empresas jornalísticas frágeis e/ou reverentes, o poder político soube potenciar o risco deste negócio através da regulação e da co-regulação. Exemplo: protelou o quanto pôde o seu aval às subidas de preço de venda avulsa de jornais. A censura prévia constituiu um dos maiores constrangimentos à atividade dos media: coartava-a de satisfazer as necessidades dos clientes; impedia a justa concorrência; provocava desperdícios (tempo e material) e prejuízos. Os atrasos nos serviços de censura

colocavam o jornal no dilema: ou prescindia de informação interessante (atual e oportuna) para o leitor; ou esperava e corria riscos de não vender o produto (por chegar tarde ou não chegar às bancas). Relativamente aos jornalistas, o poder político impedia-os de se comprometerem com a verdade, especialmente em assuntos relevantes ao país. Feria os jornalistas no âmago, na sua dignidade e brio profissional. Para compensar a “rolha”, promoveu bons vencimentos e regalias laborais. A entrada nos bastidores através do estudo da correspondência de Caetano (guardada por ele e hoje depositada na Torre do Tombo, no Arquivo Marcello Caetano) mostrou-se essencial para descortinar as relações complexas (cumplicidades, conflitos, interdependências, contradições) que se estabeleciam: por um lado, entre o Governo e os atores media (entendidos aqui como redatores, chefes de redação, diretores, administradores e proprietários) e, por outro lado, entre o Governo e os grupos económicos.

Compreender o marcelismo, enquanto projeto político antes e durante o exercício do poder, impôs-se como um dos primeiros passos desta investigação. O estudo das convicções expressas por Caetano em público (em livros, discursos, palestras, programas de televisão, entrevistas e artigos de jornal) e em privado (através da atividade epistolar) permitiu-nos concluir que Caetano, quando assumiu a chefia do Governo, não pretendia transformar o regime (que ele próprio ajudou a construir desde o início), mas renová-lo. Não acreditava na viabilidade de uma democracia pluripartidária em Portugal. Em termos políticos, as mudanças foram essencialmente nominais, meras manobras de cosmética. As prioridades de Caetano passavam pela defesa das possessões ultramarinas, pela abertura da economia e pelas reformas sociais. Caminhos que se entrecruzaram e que o levaram a um crescente isolamento e a um beco sem saída.

As eleições de 1969 afiguram-se-nos como um dos momentos mais decisivos da governação marcelista. Diferente de Salazar, Caetano procurou “força moral” no assentimento das massas populares. Apesar do combate desigual, ensaiou-se uma abertura política. Atraíram-se jovens progressistas para as listas da União Nacional (“partido” único). O Parlamento foi renovado em mais de 75%. Com uma visão mais moderna do uso dos media do que o seu antecessor, apostou na assessoria de comunicação, para controlar o conteúdo mediático (informação, opinião e entretenimento), concentrando especial atenção nos órgãos de comunicação menos situacionistas. As expectativas de Caetano face à campanha eleitoral e ao desempenho da assessoria de comunicação saíram goradas. De pouco valeram: o desempenho oculto da assessoria (encoberto sob o manto do negócio da publicidade); a censura económica (através da publicidade e do assumir posição acionista numa empresa jornalística); as manobras para manipular jornalistas (através da agência de notícias *Informa*, expressamente criada para esse efeito); a colaboração de dirigentes media que se prestavam a atos de censura interna a montante (prevenção) e a jusante da censura oficial (após a atuação desta); o conluio do presidente do Sindicato Nacional dos Jornalistas (para não se debater a liberdade de imprensa). Caetano optou por não prescindir da censura, tendo para isto contribuído o conselho dos serviços do regime para que ela não fosse abolida dado o “grande número de bons redatores” opositores ao regime que acederam à profissão, nos anos recentes. Tratava-se de jovens mais escolarizados, mais politizados e com sensibilidade deontológica, ou seja menos/não manipuláveis ou reverentes.

Nem a censura, nem a crise provocada pelo “choque petrolífero”, nem as altas taxas de iliteracia num país de pequena dimensão, inibiram o interesse de grandes grupos nesta indústria. Preferiram adquirir empresas jornalísticas por quantias exorbitantes (para a época), do que criar novos projetos editoriais. Não aproveitaram o fim da autorização prévia (avaliação da “idoneidade intelectual e moral dos responsáveis”) e da caução. Duas exigências impostas pelo Estado às publicações periódicas e que funcionaram, entre 1936 e 1972, como barreiras à entrada de novos agentes, impedindo a diversidade dos media (já que o pluralismo era proibido). O fim da autorização prévia possibilitou o lançamento do semanário *Expresso* por um deputado da Assembleia Nacional, que, integrado na chamada “ala liberal”, estava nessa altura em rota de colisão com o chefe do Governo.

A série de entrevistas que realizámos, cruzada com várias fontes, põe em evidência as teias de interesse que se desenhavam entre poder político e poder económico. Mostra que as relações (de proximidade ou de afastamento) entre estes poderes e as rivalidades entre grupos económicos foram catalisadoras do movimento de aquisição de jornais. Foi por altura da campanha eleitoral de 1969 que um jovem banqueiro, Miguel Quina (patrão do assessor de comunicação de Caetano), ousou adquirir jornais sem a habitual anuência do Presidente do Conselho. Conhecida a importância atribuída por Caetano à imprensa na formação da opinião pública, esse empresário encarava os jornais como “instrumentos de pressão” sobre o Governo, esperando que este fosse especialmente favorável aos seus negócios (caso dos estaleiros navais e caso das autoestradas). Percebendo o perigo de ficar nas mãos de um empresário que não lhe inspirava total confiança, Caetano resistiu a pressões. Mas, acabou por jogar um jogo perigoso de difícil controlo, ao tentar moderar poderes de grupos económicos rivais, usando órgãos de comunicação social e tirando partido da dependência de decisão do Estado que certos negócios continuavam a ter. Caetano “abençoou” as aquisições de jornais por Manuel Queiroz Pereira (empresário amigo) e por Jorge de Brito (empresário colaborador): o primeiro adquiriu empresas média falidas e recebeu licença para nova cimenteira, desagradando a António Champalimaud; o segundo venceu o concurso das autoestradas, após comprar o grupo do *Século* por meio milhão de contos, desagradando Quina. Dado a escolher entre autoestradas e refinarias, os Mello da CUF optaram pela petroquímica de Sines, desagradando Champalimaud. Este último preparava-se para adquirir um jornal quando caiu o regime. Neste “jogo”, os dois empresários (Quina e Champalimaud) reagiram publicamente com uma dureza verbal inédita no Estado Novo. Tais conflitos fragilizaram uma das bases que se pressupunham de apoio ao poder político estabelecido.

Este estudo, que contribui para o aprofundamento do conhecimento do mercado media nos últimos anos do Estado Novo, traz luz acerca das motivações escondidas que envolveram a aquisição de jornais por parte de grandes grupos económicos. Conclui que usar a imprensa como “instrumento de pressão” sobre o Governo não trouxe os benefícios esperados; e que adquirir jornais como estratégia de apoio a Caetano e seu Governo não foi suficiente para segurar o regime autoritário, que perdurava há quase meio século.

Orientadores: Jorge Fernandes Alves (U. Porto) e Marcelo Rebelo de Sousa (U. Lisboa).

Data de defesa: 3 de fevereiro de 2012

Mestrado em Ensino de História e Geografia no 3.º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário

Autora: **Ana Isabel de Freitas Rodrigues**

Título: *Reflexões sobre a minha prática docente enquanto professora de História e Geografia: contributo das vozes dos meus alunos*

Palavras-chave: Aprendizagem Significativa; Professor reflexivo; Diário de aula; Modos de trabalho pedagógico

Resumo

O presente estudo concretizou-se através da elaboração de diários de aula, por parte dos alunos, nas aulas por mim lecionadas na disciplina de História e na disciplina de Geografia, na Escola Básica de Arrifana, onde realizei o estágio à prática profissional docente, de forma a tentar perceber se era possível o professor melhorar a sua prática pedagógica ouvindo as vozes dos alunos.

É fundamental o professor ter consciência que desempenha um papel, cada vez mais, importante na educação. É importante consciencializar-se que a sociedade lhe deposita responsabilidades com os jovens de hoje e cidadãos de amanhã. O professor não é mais um “mero” transmissor do conhecimento, mas sim um orientador dentro da sala de aula, que lança desafios aos alunos para que estes descubram o conhecimento, através de recursos disponibilizados pelo professor.

Neste sentido, é urgente que o professor se torne reflexivo, capaz de questionar a sua prática e se colocar em causa, de utilizar novos métodos e técnicas na sala de aula, de perceber como pode melhorar a sua prática, de forma a proporcionar aprendizagens significativas aos alunos.

Assim, o meu objetivo passou por perceber como é que os alunos vêem as minhas aulas de História e de Geografia, se as estratégias pedagógicas permitiram a aprendizagem dos conteúdos previamente identificados por mim, qual a opinião dos alunos sobre os recursos/métodos de trabalho utilizados, como me vêem enquanto professora de História e de Geografia.

Enquanto docente e educadora trabalho para os alunos e pretendo que estes obtenham sucesso, logo é sensato ouvir o que estes têm para me dizer acerca dos meus métodos e estratégias. Ao mesmo tempo, ninguém melhor do que os alunos para me dizerem se estão a perceber ou não os conteúdos abordados na sala de aula, quais as minhas virtudes e os meus defeitos.

A minha amostra de conveniência é constituída por 21 alunos do 8º ano na disciplina de História e por 26 alunos do 9.º ano na disciplina de Geografia. Apesar da metodologia de análise – análise de conteúdo – ser a mesma para ambas as disciplinas, o mesmo não acontece com a técnica de recolha de informação. Na disciplina de História apliquei um guião orientador para os alunos elaborarem o diário de aula. Esta orientação consistiu em dois guiões distintos. Na primeira aula em que os alunos elaboraram o diário, foi-lhes entregue o primeiro guião que iria ao encontro do que pretendia recolher em

relação ao contexto de sala de aula, mas também ao ambiente escolar, nomeadamente, na relação com a escola e com os colegas. Este guião continha questões orientadoras relativas aos campos de trabalho já mencionados, de forma a orientar os alunos na atividade.

Na segunda aula entreguei o segundo guião aos alunos, que serviu de orientação para os diários de aula seguintes. Esta orientação estava mais limitada, pretendendo apenas obter informação relativa aos conteúdos temáticos e aos modos de trabalho pedagógico, considerados indispensáveis para o objetivo central deste trabalho.

É importante referir que em ambos os guiões informava os alunos acerca do objetivo da atividade que lhes estava a ser solicitada e que esta não tinha qualquer finalidade avaliativa. Além disso, também informava os alunos que poderiam focar os vários assuntos consoante a ordem que quisessem, assim como lhes dava liberdade de abordar outros assuntos além dos que se encontravam nas questões, desde que os considerassem relevantes e necessários para o diário.

Na disciplina de Geografia não houve qualquer tipo de orientação, tendo sido unicamente pedido aos alunos que elaborassem o diário de aula. No entanto, foi necessário explicar-lhes o que eram diários de aula e qual a finalidade dos diários que iriam elaborar.

Convém salientar que na disciplina de História os alunos elaboraram o diário de aula em casa e não nas aulas, pois o programa da disciplina é extenso e a carga horária diminuta. No entanto, como professora estagiária e principiante no campo da investigação, não me apercebi de como esta situação poderia levar à perda de informação ou obter informação manipulada. Isto porque, os alunos poderiam elaborar o diário de aula em grupo não expondo a sua verdadeira opinião. Assim como, ao identificarem os conteúdos temáticos abordados na aula, alguns limitaram-se a copiar o sumário de aula.

As conclusões deste estudo são que a orientação proporcionada aos alunos na disciplina de História, não foi sinónimo de mais informação. Pois, os alunos limitaram-se a responder às questões orientadoras. Enquanto na disciplina de Geografia os diários de aula podem ser mais pequenos em texto informativo, mas igualmente ricos em informação.

Através da análise de conteúdo dos diários de aula dos alunos, foi possível perceber uma série de questões que para mim eram verdadeiros problemas e não sabia como os resolver. Pois, inicialmente, não compreendia como é que planeava aulas, do meu ponto de vista, tão dinâmicas e interessantes, mas que na prática resultavam em aulas expositivas e cansativas. Foi então, que comecei a ter em conta as sugestões dos alunos expressas nos diários de aula, tentando melhorar/aperfeiçoar a minha prática pedagógica, o que acabou por ter resultados positivos e os alunos referiram que gostaram bem mais da atitude e da postura da professora.

Com a sucessão dos diários, consigo perceber como a minha prática pedagógica foi evoluindo, mas não sou só eu que me apercebo desta situação, também os alunos referem que acharam a professora mais á vontade e que o seu trabalho apresentou melhorias de aula para aula.

Assim, posso concluir que os diários de aula dos alunos me deram mais segurança, o que me ajudou a melhorar o meu desempenho na sala de aula. Pois, ao sentir-me mais

segura tornei-me mais entusiástica, marquei a minha presença na sala de aula impondo-me perante a turma. Ou seja, com a reflexão dos alunos e com a nossa própria reflexão podemos melhorar e evoluir em conformidade, adequando o processo ensino aprendizagem ao perfil dos alunos.

Neste contexto, posso dizer que ouvir as vozes dos alunos, através dos diários de aula, foi uma mais valia, pois consegui evoluir e melhorar a minha prática pedagógica, podendo, deste modo, afirmar que é possível o professor melhorar a sua prática ouvindo os alunos.

Orientadores: Maria Felisbela de Sousa Martins e Luís Antunes Grosso Correia.

Data da defesa: 15 de novembro de 2013.

Autora: **Ana Isabel Sousa Dias**

Título: ***A fotografia no ensino da História***

Palavras-chave: Fotografia, Ensino da História, Fotojornalismo, Pesquisa Autônoma

Resumo

O ato de fotografar uma paisagem, um objeto, ou uma pessoa, significa que queremos registrar algo ao qual conferimos importância. Encaramos este relatório como uma “revelação” embora parcial de tantos registros que fomos efetuando ao longo da sua realização.

Desde a sua invenção, a fotografia, passou de mera curiosidade técnica ou atração de feira, para se converter numa linguagem. Foi ela própria o motor de uma revolução, a da imagem, com a democratização de um tipo concreto de criação quando ficou ao alcance de toda a sociedade. Terminava a era da exclusividade. No entanto, teve sempre dificuldade em distanciar-se da pintura, com a qual partilhou temas, perspectivas e motivações.

Diariamente, somos confrontados com representações fotográficas nos ecrãs, na televisão, nos livros, nos museus, na publicidade e na maioria das vezes são ignoradas ou consumidas furtivamente no seu primeiro sentido. E é normal que assim seja, ninguém conseguiria analisar todas essas imagens, sob o risco de deixar de viver ou agir. Face a esta civilização da imagem em que estamos inseridos a Escola não pode ficar alheia ao que se desenrola à sua volta e também deve aproveitar as vantagens decorrentes da utilização de novos recursos/documentos se daí decorrerem vantagens para o processo de ensino-aprendizagem. Sabemos que as fotografias são uma representação do real, que os fotógrafos enquanto produtores de imagens são intérpretes do passado e as suas fotografias não foram produzidas com o objetivo de serem utilizadas como documento histórico ou recurso didático nas aulas de História.

A fotografia não é de modo algum um meio neutro, a sua reprodução do real nunca é completamente fiel. Quer nos demos conta disso ou não, a máquina fotográfica altera a aparência das coisas, a fotografia reinterpreta o mundo à nossa volta fazendo com que o contemplemos com olhos novos.

Apesar de não ser nossa pretensão aprofundar as teorias da interpretação da fotografia, gostaríamos, no entanto, de aqui lembrar que a análise iconográfica situa-se ao nível da descrição e não da interpretação, enquanto que a iconologia se refere ao método de interpretação que advém da síntese mais que da análise. A análise iconográfica, no caso das fotografias, situa-se a meio caminho da busca do significado do conteúdo, pelo que o ver, descrever e constatar já não são suficientes. Peter Burke refere que a prática da iconografia também implica uma crítica da pressuposição do realismo fotográfico na nossa *cultura de instantâneos*. Assim como existem diversos tipos de imagens, existem inevitavelmente diversos tipos de interpretações. Nenhuma mensagem, seja ela qual for, se pode arrogar uma interpretação unívoca. Inversamente, ainda que cada leitor ou espetador seja único e possua a sua própria grelha interpretativa, que pode ela própria variar de acordo com as circunstâncias, a interpretação de uma obra nem por isso é ilimitada, pois tem limites e regras de funcionamento.

A partir da década de 1960, com o aparecimento da Semiologia, determinado número de trabalhos começou a abordar outros textos que não os verbais, como aqueles relacionados com a pintura, o cinema ou a televisão. A interpretação das imagens situa-se assim no âmago da interrogação semiológica que, embora comece por se inquirir quanto ao significado das imagens enquanto intenção da obra, chega necessariamente ao ponto de se interrogar sobre o que se passa com esta significação, quando filtrada pela leitura e pela interpretação, ou seja, pela interpretação do leitor.

Considerar a imagem como uma mensagem visual composta de diferentes tipos de signos equivale a considerá-la como uma linguagem e, portanto, como um instrumento de expressão e de comunicação. Quer ela seja expressiva ou comunicativa, podemos admitir que uma imagem constitui sempre uma mensagem para o outro, mesmo quando esse outro é o próprio autor da mensagem. É por isso que uma das precauções necessárias a tomar para melhor compreender uma mensagem visual é procurar para quem ela foi produzida. No entanto, identificar o destinatário da mensagem visual não é suficiente para compreender o objetivo que ela é suposta servir. A função da mensagem visual é, com efeito, também ela, determinante para a compreensão do seu conteúdo. Toda a mensagem requer primeiramente um contexto, também designado como referente, para o qual ela remete; requer seguidamente um código pelo menos parcialmente comum ao destinatador e ao destinatário; é também necessário um contacto, canal físico entre os protagonistas que permitem estabelecer a comunicação.

Estamos cientes das limitações da utilização da fotografia pelas problemáticas que encerra nomeadamente, ao nível da sua interpretação. Mas será provavelmente uma forma de contribuir para desenvolver nos alunos a linguagem visual e intrinsecamente a literacia visual. A visualidade colabora com a perceção da representação do tempo histórico e constitui uma forma de produção de conhecimento alternativa ao domínio da linguagem verbal.

Se as fotografias registam factos, acontecimentos, situações vividas num tempo presente que logo se torna passado, permitem ao aluno situar-se num espaço e num tempo que não é o dele. O facto de termos lecionado níveis de ensino cujo período histórico em análise recaiu na época contemporânea permitiu aceder a um vasto acervo fotográfico dada a coincidência cronológica com a invenção da fotografia, na primeira metade do século XIX. As fotografias que serviram para a elaboração de recursos didáticos utilizados nas aulas (as de Dorothea Lange e de Gérald Bloncourt, entre outros), permitiram privilegiar uma conceção construtivista do processo ensino-aprendizagem, enfatizando o papel do aluno na estruturação de aprendizagens significativas. Possibilitaram a utilização de estratégias de indagação, problematização e debate crítico, organizadas em torno de atividades, abertas, mais ou menos precisas, que os alunos levaram a cabo sob a nossa orientação.

Sabemos que em qualquer tema, é indispensável a análise de documentos e a fotografia ao ser considerada como um documento iconográfico, permitiu-nos promover esta estratégia a partir da qual se desenvolveu o espírito de pesquisa, se exerceu o sentido crítico, se apurou a sensibilidade estética e se construiu o conhecimento histórico. A sua abordagem contemplou sempre a interpretação do seu sentido global, a partir da identificação do autor, da data, local e dos seus elementos essenciais de informação.

Também promovemos a utilização das novas tecnologias de informação que despertaram o interesse dos alunos e constituíram um excelente meio de aprendizagem, nomeadamente através do processamento e tratamento gráfico de informação e da utilização de bases de dados de agências internacionais de fotojornalismo (Corbis/Bettmann, Magnum e World Press Photo).

Do conjunto de intervenções realizadas nas aulas de regência destacamos o trabalho de pesquisa de uma fotografia, pela possibilidade que conferiu aos alunos de realizarem as suas escolhas de acordo com os seus gostos e conhecimentos prévios, e respeitou-se o ritmo de aprendizagem dos mesmos.

No nosso relatório reportamos o trabalho realizado no âmbito do estágio pedagógico, na área disciplinar de História, realizado na Escola Secundária de Paredes, no ano letivo 2011/2012. O nosso pressuposto inicial era compreender o papel que a fotografia pode desempenhar enquanto recurso educativo, compreender a viabilidade das fontes fotográficas no processo de ensino-aprendizagem, na prática docente do ensino de História e na construção do conhecimento histórico escolar.

O relatório foi organizado em duas partes: a primeira de enquadramento teórico e a segunda de apresentação do estudo empírico. A primeira parte estrutura-se de acordo com dois eixos fundamentais. O primeiro incide sobre algumas questões em torno da fotografia. O segundo eixo remete-nos para a relação dos historiadores com a fotografia e para o ensino de História utilizando a fotografia. Na segunda parte apresenta-se o enquadramento metodológico e expõem-se os resultados do estudo empírico realizado junto de alunos do 9º e 12º anos de escolaridade, de acordo com as duas fases em que o mesmo se realizou: primeiro, a utilização da fotografia enquanto recurso didático e/ou documento histórico nas nossas aulas de regência; e, segundo, a realização de um trabalho individual de pesquisa por parte dos alunos das referidas turmas. Realizamos a recolha de dados através de inquéritos por questionário e os alunos realizaram as pesquisas para o trabalho individual em sítios em linha (sites) de agências internacionais recomendados. O tratamento dos dados recolhidos permitiu comparar as respostas globais de diferentes categorias e analisar as correlações entre as variáveis.

Numa análise global dos resultados empiricamente colhidos, os alunos sentiram à vontade na identificação do autor, objectivo, local data, título e/ou temática da fotografia. Já o mesmo não se pode afirmar quanto à sua capacidade de justificação e de interpretação da fotografia seleccionada. Para os alunos o objetivo dominante do fotógrafo foi “mostrar” e “dar a conhecer” uma determinada realidade, ou seja, as suas intenções visam informar, sensibilizar e, em alguns casos, denunciar. Os alunos destacaram ainda como vantagens da pesquisa fotográfica realizada o seguinte: o interesse que a pesquisa lhes suscitou; por não se tratar de uma aula “normal” de História; terem a possibilidade de escolher os conteúdos de aprendizagem; poderem confirmar o que aprenderam nas aulas; e perceberem melhor a realidade que a fotografia retratava.

No que concerne às limitações estamos cientes que a fotografia é uma representação da realidade e que muitos são os fatores inerentes ao disparo da máquina fotográfica. Por ser de uma linguagem visual coloca algumas dificuldades na sua análise e interpretação. No entanto, os resultados obtidos a partir da análise dos dados permitiram constatar que

os alunos se sentem motivados para trabalhar com fotografias e que as consideram significativas para a aprendizagem da disciplina de História.

Pelo exposto, afirmamos que a fotografia deve ser utilizada nas aulas de História, como recurso didático e como fonte histórica, afastando-se daquela que era a sua principal função, a de simples ilustração, ou como reforço de uma ideia expressa na aula pelo professor ou pelo texto do manual adotado.

À guisa de conclusão, somos levados a questionar se não conseguimos pelo menos em parte dar resposta ao tema inicial do nosso relatório, quando queríamos compreender o papel da internet no ensino da História. Na medida em que os nossos alunos desenvolveram um trabalho a partir de pesquisas na internet e que esse mesmo meio nos permitiu colocar em contacto os autores das fotografias e os seus agentes, que poderiam ter interagido com os alunos, tal como aconteceu connosco, confirmando a expressão de que vivemos numa aldeia global.

Orientador: Luís Antunes Grosso Correia

Data de defesa: 17 de novembro de 2012

Autora: **Ana Luísa da Silva Brito**

Título: ***O contributo dos Jornais no ensino da História e Geografia***

Palavras-chave: Imprensa; Didática; História; Geografia; Jornal

Resumo:

Procurando percorrer um ensino que desenvolva no aluno um olhar crítico e reflexivo sobre o mundo que o rodeia, torna-se imperativo desenvolver nos alunos habilidades e competências que permitam, entre outras coisas, a interpretação de textos e comunicações das mais diversas áreas da Ciência, de tal forma que torne possível o posicionamento crítico em relação a esses temas presentes no seu quotidiano.

Neste sentido, com este trabalho pretendemos demonstrar que um dos meios de comunicação social que pode ser utilizado em contexto de sala de aula, a fim de constituir um recurso motivador e facilitador do processo ensino-aprendizagem, ou ainda um instrumento promotor de uma literacia científica por parte dos alunos, é o jornal.

A fim de comprovar estes nossos pressupostos teóricos, desenvolvemos uma metodologia que assentou na lecionação de uma temática recorrendo, numa primeira fase ao tratamento de notícias e em um momento posterior à produção de uma notícia, tudo isto através de fichas de trabalho devidamente orientadas neste sentido. Desta feita, validamos os jornais enquanto fonte de riqueza de material importante para o estudo das Ciências, mas também enquanto instrumentos potenciadores de aprendizagens significativas. Com efeito, pelas respostas dos estudantes dadas sobre as notícias trabalhadas, ficou evidente que a partir das mesmas compreenderam de forma proficiente as temáticas em abordagem. Além disso, a produção de notícias permitiu-nos perceber que os discentes se baseavam em conhecimentos anteriormente tratados nas notícias, facto que comprova a eficiente assimilação e compreensão da informação temática. Estas notícias elaboradas por todos os elementos das turmas continham ainda as opiniões e deduções retiradas dos alunos sobre os assuntos em análise, facto que revela que estas atividades foram, sem dúvida alguma, bastante motivadoras e proveitosas. Procurando percorrer um ensino que desenvolva no aluno um olhar crítico e reflexivo sobre o mundo que o rodeia, torna-se imperativo desenvolver nos alunos habilidades e competências que permitam, entre outras coisas, a interpretação de textos e comunicações das mais diversas áreas da Ciência, de tal forma que torne possível o posicionamento crítico em relação a esses temas presentes no seu quotidiano.

Neste sentido, com este trabalho pretendemos demonstrar que um dos meios de comunicação social que pode ser utilizado em contexto de sala de aula, a fim de constituir um recurso motivador e facilitador do processo ensino-aprendizagem, ou ainda um instrumento promotor de uma literacia científica por parte dos alunos, é o jornal.

Orientadoras: Cláudia Sofia Pinto Ribeiro de Castro e Elsa Maria Teixeira Pacheco

Data de defesa: 12 de Novembro de 2012

Autor: **Armando Duarte Martins Figueiredo**

Título: ***Ruínas e a Experiência do Lugar: contributos do filme documentário e da saída de campo no desenvolvimento das aprendizagens em História e Geografia***

Palavras-chave: Filme documentário, Saída de campo, Geografia, História.

Resumo

A temática deste trabalho tem como objeto de estudo a obra *Ruínas* de Manuel Mozos e que, a partir dele, nos foi possível abordar as imagens, o filme documentário produzido em Portugal e determinados lugares (ou espaços) no território português, enquadrando a instituição escolar e as intervenções educativas e curriculares a ele inerentes.

Se, por um lado, o *Ruínas* é o ponto de partida para o desenvolvimento das aprendizagens dos alunos, por outro lado, a saída de campo realizada a um dos lugares visualizados nesta película foi o culminar de todo um processo educativo realizado nas áreas curriculares de História e Geografia, numa clara promoção da interdisciplinaridade.

O presente relatório envolveu os alunos de uma turma do décimo e décimo primeiro anos do Curso Profissional de Técnico de Turismo, no ano letivo de 2011/2012, na Escola Secundária Dr. Joaquim Gomes Ferreira Alves, localizada na freguesia de Valadares, concelho de Vila Nova de Gaia, sendo desenvolvido no contexto de iniciação à prática profissional do Mestrado em Ensino de História e Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

No sentido de avaliar a proficuidade deste documento / recurso didático no ensino da História e da Geografia, procurou-se obter respostas às seguintes questões de partida: este recurso audiovisual – o filme documentário *Ruínas* – é potenciador do processo ensino-aprendizagem? Quais e como utilizar estratégias educativas para o desenvolvimento deste recurso à luz da nossa pretensão? É possível perceber (compreender) o filme documentário *Ruínas* à luz da experiência educativa que foi a saída de campo como metodologia na Geografia e na História, potenciando nos alunos a experiência de um lugar, o entendimento daquele lugar como fenómeno e enquadrá-lo nos conteúdos programáticos das duas disciplinas? Qual o relacionamento entre a Geografia e a História no processo ensino-aprendizagem e até que ponto foi possível estabelecer e aprofundar essa interdisciplinaridade?

Neste trabalho procurámos direcionar os alunos para a reflexão sobre o uso deste género cinematográfico no âmbito de um maior aprofundamento das relações espaço (do lugar), tempo, memória, paisagem e património e, concretamente, da importância do património edificado e natural no sentido de promover uma visão cultural e educativa histórico-geográfica nos alunos, sensibilizando-os e desenvolvendo capacidades e conhecimentos intelectuais através das experiências educativas realizadas, sendo alicerçadas numa operacionalização mais prática e situada.

A fundamentação teórica foi baseada nas características do filme documentário em geral e do *Ruínas* em concreto, assim como nas características da saída de campo que serviram como metodologia utilizada numa das experiências educativas, focalizando e explanando o Sanatório Marítimo do Norte como o lugar “escolhido” de entre todos os outros lugares visualizados na película.

Neste trabalho enquadraram-se o contexto institucional e curricular onde se explorou e se situou este recurso didático: quais as suas potencialidades no ensino da Geografia e da História da Cultura e das Artes e, em concreto, no curso profissional de técnico de turismo.

Foram patenteadas as intervenções educativas elaboradas, os instrumentos de recolha de dados utilizados, desenvolvendo um caminho estrutural desde a visualização do *Ruínas* até à realização da saída de campo onde, na parte final, se inseriu a análise dos resultados, assim como as considerações finais relevantes para complementar a problemática deste trabalho.

A imagem é um meio para compreender melhor os diferentes fenómenos espaciais, sociais e ambientais, assim como difunde o saber histórico, fomentando a cidadania. O uso da imagem serve também para democratizar as paisagens (o seu acesso é mais global), serve como fonte, como memória ou doutrinação. No ensino é importante olhar a imagem numa conceção mais profunda e mais crítica para que os alunos desenvolvam culturalmente o que lhes é mostrado, numa forma simples, que pensem a imagem.

O filme documental, como género cinematográfico, tem um importante papel no desempenho educativo que, considerámos ser superior a outros géneros cinematográficos (a ficção, por exemplo) e porquê? Porque é mais objetivo e fiel nas representações que faz da realidade, inserindo várias tipologias (expositivas, de observação, interativas ou reflexivas), podendo direcionar o processo ensino-aprendizagem para caminhos mais ricos e diversificados.

Do filme documental direcionamo-nos para o documento de Manuel Mozos, *Ruínas*. Contextualizando-se à luz do cinema independente nacional, foi apresentado no *IndieLisboa* (Festival de Cinema Independente) em 2009, no qual recebeu o prémio de melhor longa-metragem e, posteriormente, vários prémios em competições internacionais.

Sendo um filme documental contemplativo, reflexivo e expositivo, observa-se no seu desenrolar imagens de fragmentos de espaços e tempos, assim como a funcionalidade dos lugares e, de forma constante, as ruínas do património de um país condenado ao abandono da memória.

Considerámos que as intervenções educativas realizadas estabeleceram uma relação imagética de todos os lugares visualizados na película e uma relação mais prática que possibilitou um conjunto de atividades com os alunos no processo ensino-aprendizagem estimulando a cooperação entre os alunos, uma atitude ativa, motivando a sensibilidade para o património edificado e natural dos diferentes espaços numa relação homem-meio e vice-versa, assim como a interdisciplinaridade numa relação situada no espaço e no tempo: locais com um passado, transformados no seu significado e importância. Um destes locais teve também um cunho pertinente, visto que a instituição escolar tem como patrono a mesma personalidade que fundou o Sanatório Marítimo do Norte, localizado na freguesia de Valadares, onde se realizou a saída de campo, portanto também a relevância da ligação entre a instituição escolar, o património local (distam escassos quilómetros entre si), as disciplinas e a experiência educativa como fator potenciador da aprendizagem.

Considerámos que o enquadramento curricular e respetivas orientações programáticas foram de encontro às potencialidades do recurso didático utilizado, senão vejamos: interiorizar a defesa do património não terá uma conexão direta com as imagens apresentadas no *Ruínas* como formadoras da cidadania mostrando a riqueza – em ruínas – desse mesmo património? Ou a necessidade de ver e compreender o objeto artístico como testemunho do seu tempo histórico com a intenção de dignificar os lugares na sua importância? Ou, ainda, desenvolver a curiosidade geográfica tendo como pano de fundo o Portugal geográfico aquando da visita ao sanatório e a sua envolvente?

Assim como as orientações programáticas, também os objetivos elaborados pelo Ministério da Educação destinado aos cursos profissionais, mencionam a necessidade de valorizar o património natural e cultural, assim como o ensinar a ver, ouvir, interpretar e contextualizar onde o *Ruínas* se encontra como um meio audiovisual para a concretização das diversas atividades, ou seja, um objeto para alertar consciências na receção das imagens, evidenciar uma atitude crítica ou ainda no reconhecimento de situações relativas ao uso do espaço geográfico, valorizando também a dimensão local.

Os alunos tiveram a possibilidade de contactar com a autenticidade do lugar, com as reais dimensões do edifício, recebendo impressões ao nível estético e funcional, assim como se motivou a compreensão das inter-relações dos fenómenos físicos e humanos com o espaço onde estes ocorrem.

Os resultados mais significativos deste trabalho invocam vários fundamentos para entender toda a sua problemática:

- Mediante a questão de partida onde se questionava se este recurso audiovisual é potenciador do processo ensino-aprendizagem considerámos que, através da fundamentação teórica e da metodologia utilizada, é possível utilizar este género cinematográfico e, concretamente o filme documentário *Ruínas*, enquanto documento/recurso didático potencializador das aprendizagens dos alunos no processo ensino-aprendizagem e ensinar (educar) para uma outra cultura cinematográfica.

- A segunda questão de partida propunha saber quais as estratégias a utilizar e se estas possibilitaram o desenvolvimento de potencialidades deste recurso ao nível da aprendizagem. Considerámos que foi possível saber as potencialidades do *Ruínas* para a leção das disciplinas de Geografia e de História, assim como o relacionamento com o curso profissional de técnico de turismo. Foi possível constatar que os alunos atribuíram causalidade e relações entre o objeto, a sua envolvente e, conseqüentemente, nas disciplinas de História e Geografia. Foi ainda possível perceber a necessidade de aprofundar impressões e expressões cartográficas nas aulas, no sentido de familiarizar os alunos com as diversas formas de representação da superfície terrestre.

- A terceira questão de partida procurava saber como foram percecionados a película *Ruínas* e a saída de campo pelos alunos. Considerámos que contribuíram de forma significativa para sensibilizar e consciencializar os alunos para um olhar mais geográfico e histórico sobre a paisagem encarada como património comum, de tempos e memórias que foram fixadas pelas imagens e pelo conhecimento direto com a experiência do lugar.

- Por fim, a última questão visou entender qual a relação entre a Geografia e a História. Considerámos que o filme documentário *Ruínas* mostrou que é possível a

existência de uma forte interdisciplinaridade, presente em todo o relatório, quando se associou o tempo e o espaço nas suas significações e o entendimento histórico e geográfico como um todo indissociável, como um sistema de relações holísticas.

Este relatório procurou mostrar que desenvolver o processo ensino-aprendizagem englobando as premissas abordadas, torna possível aprofundar e potenciar um olhar mais atento ao que nos rodeia no território português, na cultura, na educação, na História e na Geografia.

Orientadores: Luís Antunes Grosso Correia e Maria Felisbela de Sousa Martins

Data de defesa: 22 de novembro de 2012

Autora: **Cristina Alexandra Ribeiro Coelho**

Título: ***A avaliação atitudinal no processo de ensino-aprendizagem da História: da gestão da sala de aula à consciência cívica***

Palavras-chave: Avaliação, Atitudes, Currículo, Educação, Ensino-Aprendizagem de História.

Resumo:

O presente trabalho de investigação centrou-se na avaliação das atitudes. O ato de avaliar, apesar de presente em todos os domínios da atividade humana, é no contexto escolar que assume um estatuto privilegiado.

A avaliação por ser inseparável do processo pedagógico encontra-se integrada no próprio currículo escolar. Avaliar implica o diagnóstico, a recolha e análise de dados com vista a uma reflexão e subsequente reformulação de estratégias/ intervenções pedagógicas. Por outras palavras, avaliar significa fornecer informações sobre o desempenho dos alunos e simultaneamente “criar” aprendizagem. Mas um aluno só julgando (avaliando) o que faz é que conseguirá situar-se relativamente às suas aprendizagens, ou seja, para que os alunos aprendam com significado têm de estar “envolvidos” em todas as fases do processo educativo. A avaliação não é exceção, sendo que a participação dos mesmos no ato de avaliar/ ser avaliado torna-se fulcral para o sucesso do ensino-aprendizagem.

A avaliação deverá assumir uma função formativa e formadora, contribuindo para a regulação do ensino e da aprendizagem. Neste sentido, tendo em conta que avaliação enquanto atividade que exige um esforço conjunto de todos os atores envolvidos (professores, alunos, pais) na educação, principalmente, quando se pressupõe que ela existe para promover a valorização dos alunos, terá de inevitavelmente incidir sobre os conhecimentos, competências, atitudes e valores, ou seja, implica avaliar conteúdos concetuais – assimilação e conhecimento (saber); procedimentais – aplicação e experimentação (saber-fazer); e atitudinais (saber-ser).

O enfoque deste relatório de investigação aponta para a avaliação do domínio atitudinal. A escolha do tema surgiu da “radiografia” tirada a uma turma de nono ano de escolaridade, logo, na primeira aula por nós observada. Neste sentido, no primeiro contacto com a turma onde iríamos lecionar as aulas de regência, detetámos alguns aspetos que poderiam condicionar o processo de ensino-aprendizagem, isto é, observamos um grupo de discentes pouco pontuais que ora perturbavam o decurso da aula com comentários descontextualizados ora estabeleciam entre si conversas divergentes dos assuntos lecionados, sendo que a participação oral era desorganizada e demonstravam pouco empenhamento na execução das tarefas escolares.

Apresentada a fundamentação do tema da nossa investigação, importa referir que a reflexão sobre a temática a trabalhar conduziu-nos a algumas questões que serviram de ponto de partida e que, no final do trabalho intentaremos dar respostas ou pelo menos pistas: *Qual o interesse em ensinar atitudes? Como e porquê avaliá-las? Será que se conseguem mudanças atitudinais através de intervenções sistemáticas nas aulas?* Perante o exposto, afirmamos que o objetivo global do nosso trabalho é tentar mostrar a relevância

da avaliação das atitudes com vista à melhoria do processo de ensino-aprendizagem nas aulas de História.

No que concerne à estrutura do relatório, este divide-se em três partes: uma mais teórica, outra metodológica e, por fim, estabeleceremos a ponte entre a primeira e a segunda.

O primeiro capítulo integra duas secções distintas, sendo que na primeira cuidamos das questões da avaliação curricular, efetuando uma breve resenha sobre a evolução do conceito de avaliação bem como sobre os elementos que a compõem (funções, objeto, critérios, modalidades, técnicas e instrumentos). O ponto dois remete-nos para a temática central do nosso trabalho, a avaliação das atitudes. Assim, enunciaremos uma definição do termo atitude, seguindo-se uma explanação sobre o “lugar” das atitudes no currículo, em geral, e no programa de História, em particular. Terminaremos com uma fundamentação sobre a posição a favor de uma intervenção pedagógica no domínio socioafetivo, sublinhando-se neste sentido a relevância da avaliação das atitudes na sala de aula.

Ao capítulo 2 destinamos duas secções, na primeira faremos uma descrição do desenho do trabalho, explicitando os objectivos, os procedimentos metodológicos adoptados na construção, recolha e tratamento da informação e ainda uma descrição pormenorizada dos instrumentos de avaliação utilizados.

No intróito, formulámos a questão *Qual o interesse em ensinar atitudes?*, neste sentido, cremos que qualquer pessoa – aluno – é dotado de grande capacidade em aprender conhecimentos, aptidões, emoções ou motivações (atitudes). Nesta linha de raciocínio, as atitudes, uma vez compreendidas, transformam-se em recursos importantes para a aquisição de outras aprendizagens, perante isto, defendemos que estas, possibilitam, ou pelo menos, favorecem todas as aprendizagens subsequentes. Ao olharmos para o perfil da “nossa” turma, percebemos a importância em trabalhar as atitudes, visto que, quer uma eficaz gestão da sala de aula quer o contornar de situações de indisciplina só seriam possíveis se entrássemos pela “porta” do domínio socioafetivo. Assim sendo, é nossa convicção que o ensino-aprendizagem, nesta turma ou em qualquer outra, não poderá continuar a incidir em determinadas dimensões, ou seja, não podemos dar primazia aos aspetos reprodutores em detrimento do espírito crítico, da solidariedade, da autonomia e da responsabilidade.

Como e porquê avaliá-las? Atendendo à função estruturante da avaliação em todo o processo de ensino-aprendizagem, é manifesto que ao trabalharmos o domínio socioafetivo não poderíamos deixar de verificar (avaliar) a respetiva eficácia, pois caso contrário não teríamos feedback das aprendizagens. Mas se o *porquê avaliá-las* está explicitado, o *como* leva-nos a refletir sobre as técnicas e os instrumentos de recolha de informação. Assim, a intervenção do professor deve passar pela “confeção” de experiências de aprendizagem tão ricas quanto possível, recorrendo paralelamente aos meios mais adequados à turma com vista ao melhoramento do ensino-aprendizagem e foi neste sentido que desenvolvemos a nossa intervenção pedagógico-didática, engendrando várias estratégias de ensino que nos permitiram recolher informações, tratá-las e analisá-las.

Será que se conseguem mudanças atitudinais através de intervenções sistemáticas nas aulas? Esta leva-nos até à resposta mais complexa, primeiramente, temos de referir que uma atitude leva tempo a desenvolver-se por isso torna-se necessário multiplicar as intervenções pedagógicas por períodos bastante longos. Pensemos no caso específico desta turma, nomeadamente na questão da avaliação socioafetiva, aplicámos em cada uma das aulas um instrumento, seguindo-se o respetivo tratamento e a reflexão conjunta (professora-alunos) dos resultados. Toda esta ação implica tempo... e nós não tínhamos! Os conteúdos programáticos a lecionar no nono ano de escolaridade eram extensos, a carga horária semanal da disciplina de História era de 90 minutos. Mas tendo em conta que é através da observação de comportamentos verbais e não verbais dos alunos que deduzimos que aprendizagem socioafetiva foi realizada, podemos retorquir, com a devida moderação, que *se conseguiram mudanças atitudinais através de intervenções sistemáticas nas aulas*. Os nossos alunos foram manifestando significativas alterações das atitudes, claro que num total de dez aulas não seria expectável grandes transformações, mas fomos assistindo a progressos, visíveis na forma dos alunos se relacionarem com os seus pares, na maneira como começaram a perceber o significado de *respeito*, ou seja, que este é mais do que não “agredir verbalmente ou fisicamente professores e colegas”.

Na prossecução das nossas cogitações, importa ainda reforçar o elo entre o enquadramento conceitual e os resultados empíricos apresentados.

Assim sendo, se no primeiro capítulo mostrámos a relevância do domínio socioafetivo no processo de ensino-aprendizagem e consequente processo avaliativo, no segundo, procedemos à operacionalização através da implementação de oito instrumentos de avaliação. E tal como já frisámos, estes versaram num primeiro momento a gestão da sala de aula, a convivência escolar/ social e, posteriormente, através dos conteúdos temáticos do programa da disciplina de História, direcionaram-se para os temas políticos e para os valores humanos como a paz, a tolerância, a igualdade, a justiça. Estamos perante o papel do ensino da História na formação integral dos alunos, no desenvolvimento do seu sistema de valores, na criação de um imaginário comum, na construção de uma identidade coletiva. *Préparer l'élève à ses futures responsabilités de citoyen* (Desquesnes, 2011:7) é, sem dúvida, a principal responsabilidade de quem leciona a disciplina de História. Queremos assim destacar que a disciplina de História oferece um campo específico para o desenvolvimento de determinadas capacidades essenciais à formação do aluno-cidadão que compreende a realidade social e participa na vida colectiva, permitindo-lhe a vivência de tensões, conflitos, sentimentos e valores. Por outras palavras, ensinar/aprender História dá-nos a possibilidade de entendermo-nos como pessoas, compreender a sociedade em que vivemos e de nos posicionarmos com uma atitude crítica, curiosa e interessada. É unânime o facto da disciplina de História ser uma das mais importantes do currículo para o desenvolvimento de competências de cidadania dos alunos.

Reconhecendo a importância de ensinar atitudes, de formar cidadãos, não esquecemos que o tema central deste relatório reside na avaliação. Por conseguinte, o recurso a uma metodologia avaliativa que privilegiou a modalidade formativa através da criação de mecanismos de auto e heteroavaliação dos alunos e coavaliação da docente (a

autoavaliação dos alunos foi sempre confrontada com a heteroavaliação da professora) permitiu a obtenção de alguns progressos, ou seja, fomos observando algumas melhorias face aos problemas diagnosticados.

Face a todas as reflexões que fomos tecendo, só nos resta reafirmar o contributo da avaliação das atitudes na melhoria no ensino-aprendizagem da História. Em suma, na nossa prática pedagógica, testemunhámos que as atitudes aprendem-se, ensinam-se e avaliam-se, contribuindo em última instância para o melhoramento do processo de ensino-aprendizagem.

Orientador: Luís Antunes Grosso Correia

Data de defesa: 10 de novembro de 2012

Autora: Joana Isabel Dias Moreira

Título: *A aprendizagem cooperativa: Aplicação ao 8.º ano de escolaridade na disciplina de História*

Palavras-chave: Didática da História, Aprendizagem cooperativa.

Resumo:

Atualmente defende-se um ensino que, para além da aprendizagem dos conteúdos científicos específicos, deve proporcionar a formação integral dos alunos, desenvolvendo competências e atitudes que permitam a sua intervenção e transformação na sociedade de que fazem parte.

O professor, ao refletir sobre a sua prática profissional, tem consciência que, para habilitar os jovens com competências que lhes possibilitem trabalhar em equipa, intervir de uma forma autónoma e crítica e resolver problemas de uma forma colaborativa, não pode servir-se de uma metodologia tradicional. Para tal, o professor tem ao seu dispor um conjunto de métodos e técnicas que possibilitam aos alunos ter uma maior responsabilidade e participação na sua aprendizagem. Desta forma, o professor, nas suas aulas, deve utilizar métodos de ensino-aprendizagem tendo como objetivo que os seus alunos aprendam da melhor forma possível, de forma significativa e que desenvolvam as competências estabelecidas para atingirem o sucesso.

Partindo destes pressupostos, pretendeu-se refletir sobre a implementação da aprendizagem cooperativa em uma turma de História do 8.º ano como metodologia alternativa às práticas tradicionais de ensino.

Orientadora: Cláudia Sofia Pinto Ribeiro de Castro

Data de defesa: 12 de novembro de 2012

Autora: Joana Lia Alves da Cruz

Título: *A aplicação do jogo didático nas aulas de História e Geografia*

Palavras-chave: Jogo; Pedagogia do jogo; Lúdico; História; Geografia; Didática.

Resumo:

O presente relatório foi elaborado a partir de investigações teórico-práticas relacionadas com a utilização do jogo no processo ensino-aprendizagem das disciplinas de História e Geografia.

Neste sentido, surgiu o interesse em avaliar e propor a aplicação do jogo nas aulas de Geografia e de História, no Ensino Básico como recurso didático de consolidação de conteúdos.

A proposta dos jogos em contexto de sala de aula visa constituir um instrumento diversificado, atrativo e interessante da aprendizagem dos conteúdos escolares, estimulando o interesse, a criatividade, a autonomia e o diálogo entre professor e o aluno e aluno-aluno.

A metodologia de investigação utilizada foi a observação direta e os alicerces para a análise que resultam de exemplos recolhidos no meu ano de estágio, não só com os meus supervisores, mas também da minha experiência prática como docente. Os dados foram analisados quantitativamente. Os resultados mostraram o processo de sucesso da consolidação dos conteúdos de ambas as áreas em situações de jogo.

A análise dos resultados reforça a importância da aplicação do jogo como recurso didático nas aulas nestas duas disciplinas. Desta forma, visa uma aprendizagem eficaz, provando que os alunos podem adquirir conhecimento através de atividades lúdicas. Um jogo educativo pode propiciar ao aluno um ambiente de aprendizagem rico e complexo.

Orientadoras: Cláudia Sofia Pinto Ribeiro de Castro e Elsa Maria Teixeira Pacheco

Data de defesa: 12 de Novembro de 2012

Autor: **Miguel Angel do Couto da Silva**

Título: ***Aprender História pelo espaço: o caso da Baixa pombalina, em Lisboa***

Palavras-chave: Espaço; Espacialidade; Consciência Histórica; Baixa Pombalina em Lisboa

Resumo

A concepção do espaço enquanto sujeito de construção e de significado histórico, apresenta-se como um vector inter-conexo do saber histórico e, conseqüentemente, como objecto de análise no âmbito da educação histórica, ampliando-a na sua finalidade formativa.

Tal pressuposto constitui o quadro teórico do presente estudo, desenvolvido no contexto de iniciação à prática profissional do Mestrado em Ensino de História e Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, de modo a se aferirem as potencialidades do espaço no processo de ensino e da aprendizagem da História, já que, numa primeira análise, o conceito de espaço está intrinsecamente ligado ao objecto de estudo da Geografia e à sua essência enquanto disciplina científica.

Procura-se assim, reflectir sobre uma concepção epistemológica do espaço que proporcione novas leituras, outros prismas de abordagem e metodologias para a sua interpretação e compreensão no quadro do processo de ensino-aprendizagem da História.

A operacionalização prática da espacialidade, entendida no quadro teórico acima descrito, concretizou-se numa intervenção educativa realizada na Baixa pombalina, em Lisboa, com alunos do Agrupamento de escolas do Bairro Padre Cruz, da mesma cidade. Este espaço constitui-se como o eixo nuclear do processo educativo e investigativo, encetado com a realização de duas visitas de estudo ou experiências histórico-espaciais, que aqui se reportam.

O estudo da Baixa pombalina circunscreve uma abordagem educativa que visa um duplo objectivo: ensinar História no espaço e simultaneamente proporcionar aos alunos a tomada de consciência espacial, no quadro da história da cidade pensada e edificada por Pombal.

O desenvolvimento dos objetivos enunciados, no desenvolvimento do processo de formação histórica, subentende os seguintes núcleos de acepção do espaço como uma unidade total e totalizante em todo o seu conteúdo, forma e sentido histórico:

- A paisagem como elemento mutável e dinâmico decorrente das realizações humanas que se vão metamorfizando num processo temporal de (des/re)construção das suas formas-conteúdo, levando a uma territorialização da sua historicidade;

- O espaço com uma espessura antropológica que se vai sedimentando, arqueologicamente em sucessivos planos de inteligibilidade histórica, que se assumem como categorias discursivas de entendimento e explicação dos quadros políticos, mentais, ideológicos, económicos, sociais, culturais dos sucessivos períodos históricos;

- O espaço produto histórico com uma matriz criadora de base politico-ideológica e mental;

A Baixa pombalina figura assim um espaço de significação histórica, aqui descodificado, nas simbologias e significados dos seus elementos urbanísticos e arquitetónicos, concretizando um espaço de experiência histórica, e, de formação de uma

consciência histórica do seu movimento no tempo, que circunscreve a percepção e apreensão de uma gramática espacial diferenciada e de leitura histórica contrastante num contexto ante-terramoto de 1755 – a cidade orgânica – e pós-terramoto – a cidade racional.

Pretendeu-se assim, mediante a mobilização de estratégias e instrumentos didáctico-metodológicos estruturadores do pensamento espacial e da consciência histórica dos alunos desenvolver linhas interpretativas e contextualizadoras da sua morfologia e estrutura urbana com o objetivo de se elaborarem eixos de compreensão histórica dos sentidos da sua espacialidade, antes e após o grande terramoto.

A intervenção educativa à Baixa pombalina de Lisboa proporcionou uma efectivação de uma experiência sobre a inteligibilidade do espaço enquanto objecto de estudo histórico e, portanto, passível de interpretação e compreensão pela História ciência e de esta poder ser experienciada espacialmente.

O âmbito transdisciplinar que o conceito de espaço apresenta, reportando-o para o plano histórico, intrínseco à problemática aqui desenvolvida, permitiu-nos lançar um novo olhar sobre as paisagens e o território, no entendimento das suas mutabilidades temporais, proporcionando outras leituras e abordagens, no caso específico, históricas, da sua relação dialéctica com o tempo.

A Baixa pombalina de Lisboa dimensiona esta acepção do espaço como sujeito de significação histórica, na medida em que o processo de descodificação da sua gramática, concretizada nos planos sedimentares deixados por sucessivas transformações, que o foram (des/re)construindo ao longo do tempo, levaram-nos a constatar a sua dimensão de território- palimpsesto.

Com efeito, a leitura histórica deste espaço permitiu-nos o estabelecimento de vectores inteligíveis para a compreensão do espaço enquanto entidade de interpretação e compreensão histórica, ao considerar a génese da sua forma-conteúdo figurada num plano mental, político-ideológico, de base iluminista. Portanto, o espaço também possui uma matriz histórica, que nos permite entender a espacialidade no movimento e nas dinâmicas territoriais, consubstanciadas nas acções e processos dos agentes históricos, no quadro dos seus valores e conjunturas históricas, que o desconstroem num movimento temporal contínuo, permitindo-nos a partir das suas materialidades, conjetar vários planos, económicos, sociais, políticos, ideológicos, culturais enquanto categorias discursivas espaciais dos seus valores históricos. Assim, a leitura histórica do espaço da Baixa pombalina, em Lisboa, permite estabelecer algumas ideias-chave, de âmbito histórico-espacial, que se apresentam de uma forma sequencial e complementar, nomeadamente:

- A sobreposição do plano mental ao espacial, subentendendo este processo, uma génese espacial, na sua forma-conteúdo, de cariz antropológico, clarividente de planos pluridimensionais das sociedades humanas, no seu contexto histórico;

- Este plano mental, enquanto meio de (des/re)construção espacial substancia-se em instrumentos de representação espacial, que subentendem uma significação histórica, na medida em que os mesmos, revelam, por um lado, processos de pensamento humano que não são directamente perceptíveis na sua forma-conteúdo e por outro, esta circunscreve significados e simbologias, que exigem um processo intelectual de descodificação da sua significação histórica;

- A representação cartográfica do espaço constitui-se no âmbito da educação histórica, além de um meio de representação histórica do espaço, (permitindo a análise de quadros evolutivos espaciais), de um meio de localização e representação geográfica, constitui-se também como uma representação perceptível dos interesses, desejos, pensamentos, ideias das sociedades humanas;

- A espacialidade no quadro da ciência histórica complementa-se na relação da sua essência geográfica de localização e na dinâmica das sucessivas temporalidades territorializadas;

- Integrando as ideias-chave referidas, o espaço pensado na sua epistemologia de sujeito histórico e vivenciado/percebido na sua historicidade territorializada enquadra-se como um eixo inter-conexo do saber histórico e, portanto, passível de se constituir como objecto de estudo no desenvolvimento do processo de formação histórica.

Com efeito, o que se propõe neste estudo é uma abordagem da dimensão de espacialidade, concebendo-se o espaço como uma unidade total e totalizante, com uma historicidade territorializada na sua forma-conteúdo, como um território-palimpsesto, como sujeito histórico e não apenas como mero palco de operações.

Esta perspectiva convoca uma outra abordagem, epistemológica e metodológica, de pensar, sentir e vivenciar o espaço na sua historicidade, abrindo novas perspectivas na relação e construção com o saber histórico, assim como na definição de novos caminhos no desenvolvimento da educação histórica.

Orientador: Luís Antunes Grosso Correia

Data de defesa: 10 de Novembro de 2012

Autora: **Mónica Cristina Oliveira Costeira**

Título: ***Concepções de História e de aprendizagem da História: a consciência histórica***

Palavras-chave: Educação Histórica; Teoria da História; Consciência Histórica; Narrativa Histórica.

Resumo:

A formação do pensamento histórico dos alunos é um dos desafios que se coloca à didática da História. Compreender como se desenvolve a sua consciência histórica pode ajudar a responder às questões colocadas frequentemente acerca de “*o que ensinar*” e “*como ensinar*”.

Foi este e outros desafios que motivaram a elaboração deste trabalho de investigação. Desta forma, procurou-se compreender os processos de formação da consciência histórica dos alunos, a partir das concepções que apresentam acerca da História e da aprendizagem da disciplina. Mesmo reconhecendo que o ensino da História não é o único processo que contribui para o desenvolvimento da consciência histórica, é inegável a sua importância na formação do pensamento histórico dos alunos.

Para sustentar teoricamente a investigação, fez-se uma análise da evolução do pensamento histórico, a partir das várias fases da afirmação da História enquanto ciência. Ao mesmo tempo, cruzou-se cada fase com a didática da História, sendo evidente a influência que cada uma das correntes científicas teve no ensino da disciplina. Portanto, desde o final do século XIX, com o positivismo científico, passando pelo Marxismo e pela “*Annales*”, todas estas correntes foram analisadas à luz da influência que exerceram na afirmação da História enquanto disciplina.

Na atualidade, centramos a investigação em torno do conceito de consciência histórica desenvolvido por Rüsen, apresentado como a solução para resolver a crise paradigmática que se instalou na confluência do pensamento histórico moderno e pós-moderno.

Com efeito, esta dualidade de pensamento apresenta-nos um conjunto de visões, muitas vezes contraditórias entre si, que causam alguma desconfiança e descrédito, resultando na perda de consciência que muitas sociedades desenvolvidas revelam de si próprias.

O problema passa por esta crise de orientação do mundo atual, em que o homem moderno sente que está a perder as fontes de sentido. Segundo Rüsen, a resposta para esta crise de orientação passa pelo desenvolvimento da consciência histórica, apresentado numa perspetiva de reorientação das vidas práticas no presente, a partir do conhecimento das experiências do passado, possibilitando a sua projeção no futuro.

De acordo com Rüsen, é fundamental dar poder histórico aos alunos para que interpretem e reorientem as suas vidas práticas no presente, fazendo-os sentir agentes ativos da História. Assim, ao considerar-se a conexão entre passado, presente e futuro, estamos a desenvolver a consciência histórica dos alunos, para que deixem de reproduzir o passado, mas sim passem a interpretá-lo, refletindo no presente e reorientando-o para o futuro.

Partindo destes pressupostos e reconhecendo a importância que a consciência histórica assume na formação do pensamento histórico, desenvolveu-se a investigação

empírica com o intuito de se compreender os processos de formação da consciência histórica dos alunos, a partir das seguintes questões:

- que concepções de História apresentam os alunos?
- os alunos valorizam a concepção passado/presente na aprendizagem de História?
- os alunos relacionam acontecimentos atuais com acontecimentos passados?
- quando confrontados com situações concretas, de que forma estabelecem essa relação entre o passado e a atualidade?
- os alunos exploram a utilidade do conhecimento do passado para reorientarem a sua vida prática no presente?
- que tipo de narrativa é utilizada pelos alunos para expressarem a consciência histórica?

Em primeiro lugar procurou-se compreender de que forma as concepções que apresentam acerca da História e da aprendizagem de História influenciam a maneira como constroem o seu pensamento. Em segundo lugar, procurou-se que os alunos manifestassem a sua consciência histórica através de narrativas, a partir do tema da crise económica. Com efeito, reconhecendo que as narrativas são a expressão da consciência histórica, decidiu-se utilizá-las neste estudo, a fim de possibilitar o posicionamento dos alunos em diferentes perfis de pensamento. Para isso, inspiramo-nos em Isabel Barca, que se tem dedicado a estudar as ideias dos adolescentes acerca do carácter provisório da explicação histórica.

A população da amostra é constituída por duas turmas, uma de 9ºano e outra de 12ºano, num total de 44 alunos, que frequentaram a Escola Secundária de Paredes, no ano letivo 2011/2012. Aplicou-se três instrumentos de recolha e análise de dados: dois inquéritos, a fim de serem tratados estatisticamente e um questionário, a partir do qual se efetuou uma análise de conteúdo. A opção de se cruzar a abordagem quantitativa com a abordagem qualitativa relacionou-se com a tipologia dos instrumentos de recolha de dados. Por um lado, o inquérito estatístico possibilita a quantificação dos dados recolhidos, favorecendo a análise de correlações. Por outro, a abordagem qualitativa permite, através da análise de conteúdo, categorizar as respostas, a fim de encontrar tendências e traçar perfis.

Assim, os alunos preencheram um inquérito estatístico com o intuito de se compreender as concepções que apresentam acerca da História e da aprendizagem de História. Para isso, tinham de se posicionar relativamente a um conjunto de afirmações, utilizando uma escala de 1 a 9, sendo da maior para a menor concordância, respetivamente.

A primeira questão relacionou-se com a forma como definem História. Por isso, apresentaram-se várias concepções de História, a partir de citações de diferentes historiadores. Os alunos selecionaram as afirmações que coincidiam com as suas perceções acerca do que é a História. A amostra de 9º ano selecionou citações que identificam a disciplina como a ciência que estuda o passado. Pelo contrário, a amostra de 12º ano selecionou citações mais elaboradas do ponto de vista científico, em que as questões da temporalidade, identidade e relação passado/presente se enquadram na definição da História.

Relativamente às outras questões do inquérito, relacionadas com as estratégias de aprendizagem que os alunos valorizam na disciplina, utilizou-se um conjunto de situações acerca da forma de ensinar e aprender História. Mais uma vez, utilizando uma escala de valoração, os alunos tinham de se posicionar relativamente às estratégias que consideravam mais ou menos adequadas. Pelas respostas dos alunos, mais uma vez se constata a divergência entre a amostra de 9º ano e a de 12º ano. Os alunos de 9º ano privilegiam estratégias que lhes permitem aceder ao conhecimento finalizado, a partir de uma História narrativa. Já a amostra de 12º ano valoriza uma aprendizagem problematizadora, em que se estabeleçam relações entre o passado e a atualidade.

No outro questionário, os alunos tinham de se expressar relativamente a um conjunto de questões sobre a crise económica atual, com o intuito de evidenciarem a sua consciência histórica, a partir do tipo de relações que efetuavam entre o passado, presente e futuro. As suas respostas foram expressas através de narrativas o que nos permitiu analisar os processos de pensamento utilizados pelos alunos para responder às questões. Dessa análise pode-se constatar que existem diferentes padrões de pensamento, diferenciando a forma como estabelecem relações entre o passado, presente e futuro, isto porque, nem todos os alunos mostraram a mesma capacidade em efetuar as referidas relações. Assim, mediante as respostas estabeleceu-se um perfil de organização de dados, categorizando-as em função do grau de profundidade e argumentação com que estruturavam o seu pensamento. Estabeleceu-se para as categorias de análise das respostas dos alunos as designações de:

Perfil 1 – Compreensão fragmentada, quando o alunos mostra falhas na compreensão e grande dispersão na resposta dada.

Perfil 2 -Compreensão restrita, quando o aluno mostra um entendimento geral da mensagem, reformulando a narrativa, mas centrando-se num único indicador de diferença.

Perfil 3 – Compreensão global, quando o aluno revela um entendimento global das mensagens, reformulando a narrativa, mas de forma pessoal.

Perfil 3+ – Compreensão global problematizante – quando o aluno já consegue reformular a informação de forma pessoal e crítica, reorientando-a para a sua vida prática no presente.

Os resultados apontam para a predominância do Perfil 2, na amostra de 9º ano e o Perfil 3, na amostra de 12º ano. Cruzando esta informação com os resultados obtidos a partir da análise das conceções que os alunos apresentam acerca da História e do ensino da História podemos concluir que, enquanto os alunos de 9º ano manifestam preferência pela receção do conhecimento finalizado, os alunos do ensino secundário valorizam a sua participação ativa na construção do conhecimento histórico.

Com efeito, os alunos de 9ºano apresentam uma conceção mais fixista da disciplina, condicionando-a ao estudo do passado e valorizando metodologias assentes na memorização. Trata-se da opção de uma aprendizagem de influência positivista, marcada pela receção do conhecimento.

Talvez o reduzido número de tempos semanais atribuídos à disciplina podem condicionar o trabalho de uma aprendizagem por descoberta, a partir da exploração de situações-problema e de interpretação de fontes.

Pelo contrário, a amostra de 12º ano revela concepções de História e da aprendizagem de História que se aproximam de uma História-problema. Com efeito, valorizam a sua participação ativa na construção do conhecimento, com uma atitude reflexiva perante os desafios propostos.

Relativamente às relações passado/presente, os resultados sugerem que as concepções mais fragmentadas desta perspetiva temporal estão ligadas a um pensamento histórico menos elaborado, como acontece com a amostra de 9º ano. Por outro lado, os alunos que revelam um pensamento histórico mais sofisticado, como é o caso do 12º ano, apresentam uma objetividade crítica que lhes permite avançar com maior facilidade para a problematização passado/presente. Portanto, o grau de escolaridade parece condicionar o seu posicionamento nos níveis de progressão. De qualquer forma, destaca-se que a reorientação da vida prática dos alunos em função do passado histórico, não foi observado na generalidade das situações.

Por isso, apesar da didática da História valorizar o desenvolvimento da consciência histórica dos alunos, este estudo revela que a maneira como a relação temporal é apropriada por eles é muito variável. Para desenvolver a consciência histórica dos alunos é importante que adquiram uma visão mais dinâmica da disciplina, baseando-se numa História-problema, não a relegando para o estudo do passado. Nesta medida, é importante continuar a investigar a formação do pensamento dos alunos sobre a sua compreensão histórica, na forma como assimilam a relação temporal passado, presente e futuro, para entender como se processa o desenvolvimento da sua consciência histórica.

Orientador: Luís Grosso Antunes Correia

Data de defesa: 13 de novembro de 2012

Curso de Mestrado em História Contemporânea

Autor: **Filipe Agostinho Pinto da Costa Galvinas Piedade**

Título: *A caminho do Estado Novo e do Terceiro Reich. a “Lição de Hitler” e a “Lição de Salazar” na Imprensa portuguesa (1930-1933)*

Palavras-chave: Salazarismo; Nacional-Socialismo; Nazismo; *Estado Novo*; Terceiro Reich.

Resumo

Atendendo à coincidência cronológica que se verificou entre a ascensão e consolidação do salazarismo, em Portugal, e do nacional-socialismo, na Alemanha, procurou analisar-se a forma como, a partir de Portugal, se foi percecionando a rápida emergência do partido nazi. Particularmente, procurou-se, através da análise de órgãos da imprensa portuguesa, perceber qual a influência que a emergência do nacional-socialismo poderá ter tido na própria institucionalização da ditadura salazarista. Este trabalho surge como uma tentativa de identificação do peso que a evolução política da Alemanha no sentido da ditadura nazi-fascista, poderá ter tido sobre as elites portuguesas no sentido do seu apoio, ou oposição, à construção de uma ditadura *nacional* que se definisse pelos moldes propostos pelo salazarismo.

Tendo em conta que a emergência do nacional-socialismo não poderia deixar de criar sobre si uma pluralidade de opiniões, até mesmo dentro da própria coligação que apoiava a ditadura portuguesa, procurou fazer-se contrastar essas diferenças, no sentido de ser possível identificar focos de, mais ou menos evidente, *germanofilia*, ou, até mesmo, de um possível apoio ideológico dado ao nazismo.

Tendo em consideração o importante papel que os católicos viriam a desempenhar na emergência de ditaduras de cariz fascista por toda a Europa, o peso dos católicos portugueses dentro da coligação de apoio à ditadura e, finalmente, a influência que os católicos alemães viriam a ter na ascensão e consolidação da ditadura nazi, procurou analisar-se, com particular interesse, a forma como os católicos portugueses foram vendo, não apenas o próprio programa nacional-socialista, mas também as relações que se foram estabelecendo entre o Vaticano, a Alemanha e a Itália fascista.

Não esquecendo a política expansionista que o nacional-socialismo alemão sempre defendeu, procurou-se nas fontes selecionadas possíveis sinais de preocupação relativamente a esse aspeto do programa nazi. Tentou identificar-se quais os principais “medos” que o nazismo despertava entre as elites jornalísticas portuguesas, particularmente, se estas receavam, já por essa altura, que os nazis pudessem vir a despoletar uma nova guerra mundial, ou se, sendo Portugal uma potência colonial, se temia que a Alemanha nazi pudesse vir a representar uma ameaça para o Império colonial português.

Analisando a forma como a imprensa representativa de forças políticas que iam dando o seu apoio à ditadura portuguesa (*Diário da Manhã*, *Novidades* e *Revolução*), bem como de um jornal porta-voz da oposição republicana moderada (*República*) ia acompanhando a rápida ascensão até ao poder do movimento liderado por Adolf Hitler,

não poderia deixar de se tentar perceber qual o posicionamento que cada um dos órgãos da imprensa analisados adotava sobre pontos particularmente “sensíveis” do programa nacional-socialista. Em particular, tentou perceber-se qual a opinião que em cada um desses jornais se veiculava sobre o feroz anti-semitismo nazi, tentando, com tal análise, perceber se entre as elites político-jornalísticas desse período existia, ou não, um efetivo preconceito anti-semita.

Para a abordagem a toda esta problemática, definiu-se um período temporal que, integrando-se na década de 30, se não incluisse no período da Guerra Civil de Espanha (1936-39). Nesse sentido, apresenta-se ao leitor os resultados de um trabalho de pesquisa que se centrou no período que se inicia em setembro de 1930, por ter sido no dia 14 desse mês que, depois da realização de eleições legislativas, os nazis veriam a sua representação parlamentar disparar de 12 para 107 deputados no *Reichstag*, e termina em novembro de 1933, por ter sido no dia 12 desse mesmo mês que, através da realização simultânea de um plebiscito sobre a retirada da Alemanha da Sociedade das Nações e de eleições legislativas, se viria a tornar evidente que o nacional-socialismo se tinha, definitivamente, consolidado no poder alemão.

Através desta análise verificou-se que grande parte das elites portuguesas não só viam na ditadura nazi alemã uma evolução política natural, como acreditavam que essa se inseria nessa onda de sinal vincadamente autoritário que alastrava, nesse período, pela Europa. Nesse sentido, para os apoiantes do salazarismo, o nazismo significou a emergência de uma solução política análoga àquela que Salazar ia pondo em prática em Portugal.

A análise do discurso jornalístico produzido durante este período pelos vários órgãos da imprensa nacional permitiu ainda contrariar, em parte, a ideia de que o nacional-socialismo alemão pouco terá contribuído para a instituição e consolidação da ditadura salazarista. Na realidade, o momento político alemão foi permanentemente utilizado pelos jornais que apoiavam a ditadura portuguesa no sentido de demonstrar a necessidade da continuação da mesma, na base de uma ideologia com as mais variadas nuances características do fascismo. Tal não invalida, no entanto, que essas mesmas correntes políticas se tenham esforçado por reforçar um suposto carácter único e original do regime, e correspondente ideologia política, que se ia afirmando em Portugal.

Apesar da constatação da existência de focos de *germanofilia* substanciais entre as elites jornalísticas deste período, a verdade é que, quanto à possibilidade de uma futura ditadura nazi na Alemanha poder vir a provocar uma reorganização do mapa colonial vigente, o nacional-socialismo representou um fator de permanente ansiedade para as elites portuguesas. O discurso expansionista característico do nazismo levou a que essas elites, mais do que se preocuparem com a possibilidade de rebentamento de uma nova guerra na Europa, se preocupassem, acima de tudo, com os possíveis apetites coloniais dos nazis.

Finalmente, o estudo do discurso produzido pelos quatro órgãos da imprensa nacional referenciados, permitiu identificar a existência de um forte preconceito anti-semita entre salazaristas, católicos e nacional-sindicalistas. Nos três jornais que os representavam, respetivamente: *Diário da Manhã*, *Novidades* e *Revolução*, foram recorrentes as declarações contra os judeus, na maior parte dos casos, tendo essas como

base pressupostos racionais e não religiosos ou sociais. A existência desse tipo de preconceito entre as forças que viriam a servir de base para a instituição e consolidação do regime do *Estado Novo*, constitui, defende-se, um elemento explicativo para a ação que esse mesmo regime viria a adotar, anos mais tarde, relativamente à questão da entrada em território português de refugiados judeus que iam tentando escapar da perseguição que o regime nazi, já em expansão, lhes ia movendo.

Orientador: Manuel Vicente de Sousa Lima Loff

Data de defesa: 14 de dezembro de 2012

Autor: **Franco Santos Alves da Silva**

Título: ***O Jornal Portugal Livre: buscando uma identidade da oposição ao salazarismo no exílio brasileiro (1958-1961)***

Palavras-chave: Exílio, Estado Novo, Portugal, Brasil, Oposição.

Resumo

Esta dissertação de mestrado é sobre a fundação, manutenção e encerramento do jornal *Portugal Livre*, editado por portugueses exilados do Estado Novo, na cidade de São Paulo, Brasil, entre os anos de 1959 e 1961. O periódico durou apenas dezesseis edições e contou com a colaboração de nomes, como Victor da Cunha Rego, Miguel Urbano Rodrigues, Humberto Delgado, Paulo de Castro, Henrique Galvão, entre outros. Foi fundado na cisão desse grupo com o jornal *Portugal Democrático*, então com um corpo editorial sob forte influência comunista e igualmente editado no Brasil, cuja duração foi de mais de dezesseis anos. Sob a influência da campanha para presidência de 1958 e do exílio do general Delgado em terras brasileiras, o jornal apresentava uma linha mais ativa e revolucionária, com fortes características anticomunistas. Os temas propostos foram muito variados, mas pode-se destacar o colonialismo, as relações entre Brasil e Portugal, as denúncias e os problemas sociais portugueses, como os mais abordados, por meio de artigos escritos por brasileiros, portugueses e estrangeiros espalhados por diversas partes do mundo.

A colaboração exercia uma função importante: de conectar diferentes pessoas ou núcleos oposicionistas situados em diferentes partes do mundo, tais como França, Venezuela, Argentina, Argélia, Angola, Estados Unidos e o próprio Portugal. As colaborações vinham sob nomes reais, quando esses residiam fora de Portugal, anônimos ou sob pseudônimos, principalmente de correspondentes especiais em Lisboa ou no Porto, que precisavam manter sua identidade longe do crivo da PIDE. Lamentavelmente não foi possível descobrir todos os nomes secretos envolvidos com o *Portugal Livre*, lacuna criada em virtude de uma clandestinidade necessária pela qual passavam os colaboradores. Entre os colaboradores pode-se destacar Basil Davidson, Marvin Harris, Yvone Felman e Eduardo Lourenço

Os documentos utilizados para a realização desta dissertação são variados: inicia-se com a coleção completa do *Portugal Livre*, além de outros periódicos como os *Avante!*, *Portugal Democrático*, *O Estado de S. Paulo* e *Diário da Manhã*. As cartas também são utilizadas, entre a redação do jornal e assinantes ou ainda entre colegas de oposição. Entre as demais fontes primárias, têm-se os depoimentos de História oral já realizados por outros pesquisadores, fotografias e imagens e, por último, os livros de memórias, biografia e compêndio de documentos escritos por testemunhas oculares e participantes envolvidos diretamente com a oposição no exílio brasileiro.

A metodologia adotada na elaboração desta pesquisa foi o cruzamento de análises quantitativas e qualitativas, baseadas em bibliografias pertinentes sobre cada tema. Inicialmente, foi elaborada a ficha hemerográfica sobre a coleção completa do *Portugal Livre*, fonte principal para esta pesquisa, para assim identificar as possíveis falhas de informação e onde pesquisar para completá-las. Como passo seguinte, elaborou-se um plano de pesquisa empírica esboçado em cinco etapas que foram realizadas obedecendo

esta ordem: (1) Preparação das informações. (2) Unitarização ou transformação do conteúdo em unidades. (3) Categorização ou classificação das unidades em categorias. (4) Descrição. (5) Interpretação

A dissertação está dividida em quatro capítulos, o primeiro faz um vôo raso apresentando o Estado Novo e a ascensão de Salazar; ainda revisita o antigo, e sempre necessário, debate sobre a natureza ideológica do regime, notadamente para os envolvidos no jornal. Há elementos e instituições do regime que influenciaram diretamente na escolha desses indivíduos pela vida no exílio, como a censura, a PIDE, a relação entre clandestinidade e partidos políticos. Na última parte do primeiro capítulo, há uma introdução ao longo do estudo das oposições para com Salazar. Já avisaremos de antemão que tal leitura está destinada a todos os públicos: estudantes das Ciências Humanas, outras áreas ou apenas curiosos; portanto, a primeira parte tem o objetivo de cercar o tema para uma melhor compreensão da problemática proposta.

O segundo capítulo traz novamente a questão do exílio na História, mas agora com a relação entre Portugal e Brasil, identificando a primeira geração de exilados para este país, sobretudo em terras brasileiras. Há também o estudo de dois fatores que são fundamentais na fundação do exílio e na nova reorganização da oposição: o jornal *Portugal Democrático* e a chegada polêmica de Humberto Delgado, juntamente com o Movimento Nacional Independente (MNI), que inicialmente fez do *Portugal Livre* o órgão oficial do movimento.

A fundação do jornal e as desavenças políticas que a antecederam são o tema central do terceiro capítulo, bem como a linha editorial e o posicionamento ideológico os quais o jornal propõe seguir. Para tal igualmente é fundamental identificar todos os envolvidos diretos com a redação e os colaboradores, que se mostraram peça fundamental, não somente na escrita de artigos e matérias para o jornal, como também nas tarefas burocráticas e necessárias para a manutenção da publicação.

O último capítulo busca as diferentes opiniões que existiam dentro da redação que corroboraram, juntamente com demais fatores, para o fechamento do jornal. Entre esses temas, destacam-se a divergência quanto à questão colonial, e, mais especificamente, as propostas neocolonialistas de alguns opositores, bem como os caminhos que as diferentes correntes e partidos políticos buscavam percorrer na oposição ao Estado Novo, que ganhou um enorme impulso com as ações do Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL) e o assalto ao navio Santa Maria. O capítulo traz ainda a colaboração de Henrique Galvão com suas “cartas abertas” e poesias até então inéditas.

O que um jornal, editado no exílio e de vida tão curta, pode revelar-nos acerca da oposição ao Estado Novo? Inicialmente defendemos a tese de que o seu tempo de duração não pode ser o parâmetro para mensurar sua importância, ao contrário disso, um dos significados do jornal reside justamente na sua mudança, no seu movimento, seja para fundá-lo ou para encerrá-lo. Também não concordamos que seu maior valor está nas pessoas que o fundaram, especialmente Humberto Delgado e Henrique Galvão, personagens amplamente estudadas neste trabalho, em virtude dos eventos fulcrais por eles protagonizados.

A riqueza, e mesmo o contributo do *Portugal Livre*, está nas dúvidas, desacordos e incertezas a propósito da própria função de uma oposição no exílio, naquele contexto.

Nesse sentido, a oposição não possuía um discurso coeso sobre vários pontos, como a questão colonial, uma das partes mais sensíveis do regime e, portanto, fundamentais para a derrubada do Estado Novo, isso às vésperas da guerra colonial e quando a opinião internacional já havia condenado o colonialismo. O contributo reside no contraditório debate em torno da unidade, que, na verdade, mais dispersava, do que unia. Os exilados viam-se a si próprios como periferia, uma vez que, para eles, a verdadeira oposição deveria acontecer dentro de Portugal. Contudo, acreditamos que esse seja um discurso retórico, pois do contrário, os portugueses não se doariam tanto para funções nas quais não acreditassem surtir efeito.

Acreditamos na tese de que o jornal e seus colaboradores, representaram o movimento por dois pontos de vista: primeiramente a ação proposta pelo próprio periódico, especialmente na busca por uma fórmula de atuação efetiva e prática. Desiludido, o grupo não acreditava mais na abertura gradual do regime ou na participação pelas vias eleitorais e propôs uma tática para além da exclusiva impressão e divulgação de páginas. Flertando com grupos revolucionários como o MNI e o DRIL, o jornal fomentou outras discussões e encontros como a “I Conferência Sul-Americana pró-anistia dos presos e exilados políticos Espanhóis e Portugueses”. O segundo prisma é o movimento da própria evolução no exílio, que balizado pelo terremoto das eleições de um lado, e pelo assalto ao Santa Maria e guerra colonial de outro, teve uma mudança brusca na sua própria postura e objetivos.

Com isso em vista, propomos, novamente, uma visita à introdução e ao próprio título desta dissertação de mestrado: *O Jornal Portugal Livre: buscando uma identidade da Oposição ao Salazarismo no exílio brasileiro, (1958-1961)*. Sabe-se que o uso de gerúndio por portugueses, não é tão comum quanto fazem, muitas vezes equivocadamente, os brasileiros. Mas afóra os usos e abusos da língua portuguesa, o gerúndio representa um verbo em ação, ou inacabado, e é exatamente isso que representa o *buscando* deste título. Assim a busca pode ser em diversos prismas, a busca por uma forma de ação, por um ídolo a ser seguido, pela unidade, enfim, a busca por uma identidade. Mas, é importante observar que ele representou a busca, e não uma resposta ou um fim; sabe-se que a oposição trilharia ainda um longo percurso até a queda do regime.

Orientador: Jorge Fernandes Alves

Data de defesa: 19 de dezembro de 2012

Autora: **Joana Miguel da Costa Moreira**

Título: ***O Teatro no Porto no período entre guerras. Os Teatros Carlos Alberto e São João (1914-1945)***

Palavras-chave: Teatro no Porto; Teatro São João; Teatro Carlos Alberto; I República; Estado Novo

Resumo

Ao longo dos tempos, o teatro refletiu as necessidades e preocupações dos indivíduos e das sociedades, reproduziu os comportamentos e os ideários dominantes, pelo que a análise da produção dramática e da representação teatral se converte num instrumento útil para o conhecimento de uma determinada época sob o ponto de vista cultural e social. Este estudo debruça-se sobre um tempo de mudanças. A I Guerra Mundial marcou o início da “era dos extremos”, constituindo um período complexo a nível internacional mas também em Portugal. Elegendo como arco cronológico o período entre 1914-1945, esta dissertação pretende detetar as mudanças ideológicas e comportamentais ocorridas na transição da I República para a Ditadura Militar e Estado Novo, através da análise dos textos dramáticos de autoria nacional e respetivas representações nas salas de espetáculo selecionadas, bem como as críticas obtidas. Pretende-se, desta forma, a análise e reflexão do papel do teatro na sociedade e sua ação como instrumento dos regimes políticos para educar as consciências.

Assim, mostrou-se pertinente o estudo dos géneros dramáticos como dramas, comédias, farsas, autos e revistas, levados à cena nestes dois teatros da cidade do Porto que representam a heterogeneidade dos públicos. O Teatro Carlos Alberto exibiu uma programação que pretendia captar um público de carácter mais popular, enquanto o Teatro São João demonstrou uma preocupação por uma programação de índole erudita, dirigida a uma elite que procurava espetáculos com mensagens mais elaboradas. Através desta análise, procuraram-se as principais tendências teatrais e as temáticas que pudessem ser portadoras das preocupações políticas, morais, sociais, uma vez que a dramaturgia documenta estes aspetos sociológicos, espelha o quotidiano, expõe inquietações, indica até caminhos e soluções.

Para além de assinalar o ano do início da I Guerra Mundial, 1914 refletia já as transformações que o programa republicano disseminava. O aumento das redes de comunicação permitia que a sociedade estabelecesse contacto com o estrangeiro, adaptando-se gradualmente às inovações, aos novos costumes que criavam modas arrojadas no vestuário, géneros musicais e surpresas como a do animatógrafo. A arte cénica mostrava-se renovada, e começavam a emergir autores que ficariam para sempre ligados ao teatro que a República impulsionou. Por sua vez, o ano de 1945, para além de assinalar o final da II Guerra Mundial, apresenta-se como um marco cronológico de consolidação do Estado Novo e, simultaneamente, de início de transformação do regime condicionada por fatores externos e internos, isto é, um período de abertura controlada com relativo abrandamento da censura e maior organização das manifestações oposicionistas.

A nível bibliográfico, para além das obras gerais, tornou-se indispensável a consulta de obras específicas sobre teatro a nível europeu e, sobretudo, relativamente ao caso

português. Apesar de valiosos contributos para a história do teatro em Portugal, nomeadamente de Luís Francisco Rebello, Duarte Ivo Cruz, Graça dos Santos, entre outros, continuam a verificar-se lacunas, especialmente no que respeita ao teatro fora da capital, concretamente no Porto. O *corpus* documental deste trabalho é constituído pelos reportórios teatrais representados nos teatros de S. João e Carlos Alberto no Porto pelo que a primeira fase da investigação consistiu no levantamento dos ditos reportórios a partir do periódico *O Comércio do Porto* que, para além da programação teatral, continha breves críticas dos espetáculos. Após o levantamento desta fonte hemerográfica, foi efetuada uma localização de todos os títulos de textos impressos que foram encontrados no Centro de Documentação do Teatro Nacional São João, na Biblioteca Municipal do Porto, na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no Arquivo Distrital do Porto (“Coleção das Artes Cénicas”, espólio documental de textos de teatro, programas de espetáculo e literatura teatral que se mostrou mostrou-se bastante completa). Posteriormente procedeu-se à leitura e análise dos textos, estando alguns deles e respetiva crítica teatral publicados no periódico *De Teatro: Revista de Teatro e Música* publicado entre 1922 e 1927. Para maior informação acerca das produções teatrais, respetivas companhias e atuações revelou-se útil a consulta à base de dados on-line *Cetbase*, do Centro de Estudos de Teatro, embora esta apresente algumas lacunas por se encontrar ainda em construção.

O universo estético da cronologia em estudo apresenta-se caracterizado pela literatura destinada ao entretenimento através do teatro de revista, drama social e comédia de costumes, permanecendo, todavia, a representação de autores clássicos. As temáticas principais desta cronologia apresentam-se diretamente influenciadas pelos assuntos que constituíam a “ordem do dia”: a implantação da República, a Grande Guerra Mundial, a Revolução Russa de 1917 e consequentes alterações político-sociais e ainda as aparições de Fátima em 1917 que contribuíram para o reforço do catolicismo após a laicização da República, estimulando a religiosidade popular.

Os palcos de teatro passaram a levar à cena enredos inspirados nestas questões que se apresentavam como novidade num país ainda muito arreigado às tradições. O cenário teatral no período da ditadura militar foi marcado por espetáculos produzidos por companhias dirigidas por atores que lhes davam o nome, situação que se prolonga no Estado Novo, apontando para o facto de que a ideologia e ética salazaristas, bem como os objectivos educativos e normas comportamentais encontravam eco nos textos representados, o que levou os empresários a assumir a produção dos espetáculos, apresentando, na sua maioria, originais portugueses.

Desde o início da sua atividade, em 1897, o Teatro Carlos Alberto revelou uma acentuada diversidade no que diz respeito à programação. Após a implantação da República, a programação prosseguiu, nesta sala, sem interrupções significativas durante os primeiros anos, entre operetas, revistas, comédias, zarzuelas e espetáculos de variedades. A atividade teatral apresentava-se bastante heterógena, na sua maioria de autoria nacional mas também estrangeiras. A partir de 1918, com a abertura das sessões de cinematógrafo e nos primeiros anos da década de vinte, a programação sofre uma redução bastante significativa neste teatro, recuperando a tradição teatral no final da década. Ao longo dos anos, o Carlos Alberto sofreu grandes obras de adaptação do espaço

aos diferentes espetáculos que se propunha realizar: teatro, circo e cinema. O teatro foi perdendo espaço nas programações, passando a ser apenas apresentado de forma esporádica, nas interrupções das temporadas de cinema. De uma forma geral, pode-se concluir que durante o período entre guerras, esta sala sofreu notórias transformações a nível de estrutura e de programação. Relativamente aos géneros teatrais mais representados, dentro das balizas temporais selecionadas, regista-se uma maior atividade no período da I República com uma acentuada programação de teatro de revista, dramas e comédias. Entre 1940 e 1945, o Teatro Carlos Alberto recebeu, de forma pontual, as habituais companhias de teatro da capital, apresentando, no entanto, estadias mais curtas e reportórios reduzidos.

Após as obras de recuperação do incêndio ocorrido em 1908, o Teatro São João apenas reabriu as portas ao público em 1920. Relativamente ao reportório apresentado nesta sala, verifica-se uma vincada afluência de companhias líricas e de declamação estrangeiras, apresentando-se, então, como a única do Porto a exhibir de forma regular óperas produzidas na sua maioria por companhias estrangeiras, e espetáculos de música com orquestras portuguesas e internacionais. Uma vez que não existia reportório dramático português suficiente, em quantidade e mesmo qualidade, representaram-se nesta sala diversos clássicos estrangeiros, alguns adaptados e outros apresentados como “traduções”, que também foi palco de companhias dramáticas francesas, italianas e uma inglesa.

Relativamente às peças de autoria nacional representadas neste teatro pelas companhias lisboetas em *tournee*, verifica-se um gosto historicista em matéria dramática com a preservação dos históricos literários que continuaram a ser representados para um público vasto. Distinguindo-se na cidade como um espaço de cultura mais requintada e elitista, esta sala recebeu as grandes companhias líricas estrangeiras e nacionais para representação de clássicos, captando, assim, um público de gosto mais exigente.

De uma forma geral, o teatro português no período entre guerras criticou e reproduziu os principais acontecimentos sociais, contendas políticas, questões éticas, funcionando, desta forma, como um instrumento de documentação das ideologias dominantes e principais transformações da primeira metade do século XX. O público foi confrontado pela visão artística dos “fazedores-de-teatro” que detetavam e anunciavam as metamorfoses sociais e as possíveis repercussões através da experimentação, como fator de consciencialização, suscitando a reflexão, para além do entretenimento.

Este estudo possibilitou algumas conclusões acerca do ambiente teatral na cidade do Porto no período de entre guerras, embora muitos domínios permaneçam por investigar, nomeadamente no que toca à programação das restantes salas de espetáculo portuenses, os públicos do teatro, ou a atividade das associações recreativas de teatro amador cujo papel foi de grande relevância durante o período cronológico analisado.

Orientadora: Maria da Conceição Coelho de Meireles Pereira

Data de defesa: 25 de julho de 2012

Autor: João da Silva Torres Lima

Título: *MOJAF – Movimento Juvenil de Ajuda Fraternal (1963-1970)*

Palavras-chave: MOJAF; Movimentos Católicos; Movimentos Juvenis; Estado Novo

Resumo

Esta dissertação de Mestrado em História Contemporânea procurou conhecer o Movimento Juvenil de Ajuda Fraternal – MOJAF, desde as suas origens, em Coimbra, em 1963, até à sua extinção, em 1970. Apesar de ter mobilizado milhares de pessoas, este movimento tem sido desprezado pela historiografia, incluindo a que se tem debruçado sobre os movimentos juvenis e católicos dessa época.

Neste trabalho, utilizámos um conjunto variado de fontes de informação: documentação do Arquivo da PIDE/DGS referente ao movimento e a alguns dos seus protagonistas; imprensa periódica da época, com notícias sobre as actividades do MOJAF e a adesão das populações, bem como o *Boletim* do MOJAF; fontes orais, através de entrevistas realizadas com diversos responsáveis e participantes no movimento; fotografias das actividades do MOJAF cedidas por alguns dos entrevistados.

Para contextualizar o aparecimento do MOJAF, procurámos, num primeiro momento, compreender a sociedade portuguesa dos anos sessenta e as causas que motivaram a ação da juventude portuguesa, em especial a juventude estudantil que então se colocava na vanguarda, com posições que desafiavam o regime salazarista. Particular atenção mereceram-nos os movimentos católicos, numa época de reorganização das posições da Igreja, sob o impacto do Concílio Vaticano II.

Neste contexto, o MOJAF, iniciado por um jovem padre, integrou-se nesse espírito de abertura da Igreja, lançando-se num projeto de solidariedade para com os mais pobres. Porém, este movimento juvenil de fraternidade acabaria por enfrentar atitudes de suspeição e, depois, de perseguição da polícia política sobre as suas atividades, quando estas evoluíram da construção de casas para pobres para outras formas de intervenção, em especial no âmbito da cultura.

Orientador: Gaspar Manuel Martins Pereira

Data de defesa: 25 de julho de 2012

Autor/a: **Vivina Amorim Sousa**

Título: ***Comércio entre Portugal e Brasil no transcorrer do século XX: A Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro***

Palavras-chave: Relações bilaterais, Comércio, Câmaras portuguesas, Tratados, Balança comercial.

Resumo:

O presente trabalho tem como proposição analisar o fenômeno das trocas comerciais mantidas entre a República de Portugal e a República Federativa do Brasil. Em termos diacrónicos, a análise incide, particularmente, sobre o período de 1930 a 1974, isto é, desde a ascensão política de Getúlio Vargas ao poder (1930) e a ascensão do Salazarismo em Portugal, ao abrandamento da ditadura militar no Brasil à Revolução dos Cravos em Portugal (1974). Tudo isto dentro de uma evolução das relações bilaterais Portugal-Brasil durante o século XX, esse marco temporal aqui delimitado coincide com um grande crescimento de ambas as economias, sobretudo em termos de sua industrialização e tendo como observatório privilegiado a Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, pois esta cidade era a capital do Brasil até o final da década de 1950 e constituía o principal centro das trocas comerciais entre os dois países, nela residiam a maior parte da grande colônia portuguesa, concentrando ainda os principais e influentes comerciantes portugueses.

Esta tese teve como objetivo principal, analisar o percurso das trocas comerciais entre Brasil e Portugal no transcorrer do século XX, por meio da documentação produzida pelos representantes dos comerciantes portugueses dos dois lados do Atlântico – Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro (CPCIRJ) e as Associações do Comércio de Lisboa e do Porto. Desta forma, elege-se como objeto de análise as Atas da Câmara de Comércio Portuguesa no Rio de Janeiro e em Lisboa/Porto.

Nessa perspectiva, tiveram-se como eixos norteadores da análise os seguintes questionamentos: 1) Como o surgimento da CPCIRJ no início do século XX, (1911) no Brasil contribuiu para as atividades comerciais entre os dois países? 2) Por que mesmo após uma queda brusca das trocas comerciais entre Brasil e Portugal nos finais da década de 30, e um relativo afastamento político-econômico entre os dois países durante grande parte do século XX, ocorre um ressurgimento da aproximação tão intensa no que respeita aos investimentos portugueses no Brasil na década de 90? 3) Como se comportaram Portugal e Brasil dentro da dinâmica do sistema de formação de blocos econômicos e que influência trouxe a formação destes para as relações bilaterais entre esses dois países?

Dentro do conceito de pluridisciplinaridade no campo da história deu-se preferência pelo referencial teórico-metodológico a ser aplicado na presente dissertação ao método da história econômica e social. Esta escolha deu-se porque necessitávamos de ferramentas capazes de nos auxiliar nas análises do tema por nós proposto, no que diz respeito às trocas comerciais entre Portugal e Brasil (no período de 1930-1974). Desta forma buscou-se adquirir arcabouço metodológico para uma análise do período estudado de maneira mais heurística. Isso porque para analisarmos nosso período não queríamos estar contidos em parâmetros herméticos somente da história, ou ainda, da história econômica. Desta forma adotou-se por desenvolver este trabalho dentro do parâmetro de história econômica

e social, que segundo Philippe Wolff (1961)¹ existia uma íntima ligação entre as duas ciências – história econômica e história social – pois “*«Quer se trate de estudar, no passado, a repartição das riquezas no seio de um determinado meio, a delimitação das classes sociais e as relações entre si, ou o comportamento de grupos sociais mais restritos, a história social deve ser ao mesmo tempo econômica, sob pena de lhe faltar base sólida»*” (Wolff 1961: 851 *apud* Mendes, 1993: 33).

Desta forma percebemos que ao estudarmos as relações/trocas comerciais entre Portugal e Brasil durante o século XX necessitamos da contribuição ativa de mestres dos saberes nesta duas áreas, pois ao se tentar fazer uma análise aprofundada de um período longo e com duas vertentes de qualquer modo tão distintas, História e Economia, nos defrontaremos com nossos limites. “*Não há, então, outro remédio senão substituir a multiplicidade das competências reunidas num mesmo homem por uma aliança das técnicas praticadas, por eruditos diferentes, não obstante tenderem todos elas para a elucidação de um único tema.*” (Bloch s.d: P. 64)

Esta dissertação aqui trabalhada tem como objetivo geral identificar e sistematizar informações a respeito do declínio das trocas comerciais entre os dois países, contribuindo para um maior conhecimento daquilo que denominamos de ciclos das relações comerciais bilaterais entre Brasil e Portugal, com destaque para o século XX. Usamos como documentos de base, material levantado especialmente na Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro e da ACL – Associação Comercial de Lisboa.

Sobre a questão da análise das fontes para a construção do saber histórico Gardiner afirma que a história, dado que é feita por homens, só pode ser compreendida por estes, e para se chegar a uma análise o mais próximo possível da neutralidade devemos utilizar estas fontes de forma mais pragmática possível, pois segundo este autor somente “*(...) através de esforço imaginativo e de discernimento crítico é possível tornar transparentes as provas e as fontes históricas, recuperando-se e reprecendendo-se as formas de pensar e de sentir que elas encerram.*” (Gardiner, 2004:13)

Partindo destes pressupostos foi escolhido o corpus documental que se elegeu como objeto de estudo para este esboço, que compreende distintos blocos de fontes, são elas:

Fontes manuscritas

Atas de reuniões da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro.

Fontes Impressas – Almanques, estatísticas, legislação e relatórios.

Atas das reuniões da Associação Comercial do Porto

Trocas de correspondências entre as Associações de Comércio de Lisboa e Porto com a Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro.

Anuários estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE,

Anuários de estatística de Portugal do Instituto Nacional de Estatística – INE.

As legislações elaboradas para o aprimoramento ou melhoramento das trocas comerciais entre os dois países, como: os tratados de comércio, acordos comerciais, tratados de amizade bilaterais.

¹ Philippe Wolff, « L'étude des économies et des sociétés avant l'ère statistique », in Encyclopédie de la Pléiade, vol. XI, L'histoire et ses méthodes, Charles Samaran (dir.), (Bélgica, Ed. Gallimard, 1961).

Ao desenvolver esta investigação pautada na análise das relações comerciais entre Portugal e o Brasil, especialmente sintetizadas nos discursos oriundos dos documentos das Câmaras de Comércio do Rio de Janeiro, Porto e Lisboa, compendiadas nas Atas de reuniões destas instituições conclui-se que: após quase meio século de um contínuo mas estagnado comércio entre Portugal e Brasil, aonde as exportações/importações chegaram a números pouco expressivos, este fato não atrapalhou as relações diplomáticas. Resultado é que entre os governos de Portugal e do Brasil no decorrer do século XX foram assinados, ao todo, quarenta e nove atos bilaterais nas mais diversas áreas de interesses, permitindo desta forma a criação de um aparato jurídico-diplomático que fortalecia a construção de uma cooperação entre os dois países.

O declínio do comércio entre Portugal e o Brasil se deveu a vários fatores. Portugal não conseguiu aproveitar as remessas de emigrantes nem se especializou no setor agrícola para impulsionar a sua indústria. Seguindo a tendência secular lusa, o dinheiro ganho na área do *import/export* foi em grande parte utilizado para a aquisição de produtos industriais estrangeiros e quase nada era investido para a industrialização do país, o que acabou por redundar na perda dos seus mercados tradicionais exteriores.

Portugal viu-se substituído em mercados ditos como tradicionais como o Brasil. No fundo a verdade é que as economias dos dois países se dissociavam cada vez mais, apesar da agitação das associações comerciais.

Ao longo dos 40 anos estudados nesta investigação de uma forma mais detalhada, Portugal e o Brasil mantiveram uma profunda e tradicional amizade entre seus governos. Isto se dava porque além das similitudes existentes entre os dois povos, esse sentimento era mantido pelos defensores do luso-brasileirismo existente nos dois lados do Atlântico.

Embora nos grandes embates mundiais, hoje vê-se um Brasil mais distante das medidas adotadas por um Portugal cada vez mais europeizado nas suas demandas externas, pois a partir do “25 de Abril” a política exterior portuguesa deixou de procurar a sua tradicional aliança com o Brasil no cenário mundial, uma vez que Portugal está cada vez mais atrelado ao sistema europeu, onde não há lugar para uma política externa independente como havia na época de Salazar. Mais recentemente, e já fora do nosso período central de análise, a crise financeira despoletada em 2007-2008 e seus desenvolvimentos posteriores, em particular a crise das dívidas soberanas Europeias em 2010-2011, bem como as novas realidades geopolíticas mundiais (por exemplo, a afirmação dos BRICS), podem levar no longo prazo a uma certa quebra destes laços, e à busca de um novo reposicionamento internacional por parte de Portugal. Já o Brasil, que até ao governo de Fernando Henrique Cardoso ainda tinha uma vertente europeísta muito forte – exemplo disto foi a declaração deste presidente ainda enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 1993, sobre a lusofonia na política externa brasileira – atualmente, desde o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010) tem abandonado o paradigma europeísta e passou a ser um dos grandes incentivadores da política econômica na esfera de cooperação Sul-Sul, sendo na realidade um dos seus idealizadores e principal prossecutor.

Orientadores: Jorge Fernandes Alves e Joaquim Ramos Silva.

Data de defesa: 26 de outubro de 2012.

Curso de Mestrado em História Medieval e do Renascimento

Autora: **Carmen Dolores Marques da Silva**

Título: ***Povoamento e organização de um território transmontano: O Julgado de Panoias nas Inquirições de 1258***

Palavras-chave: Povoamento, Organização territorial, Senhorios, Jurisdição administrativa, Economia agrária.

Resumo:

Constantim de Panoias, mercê da sua localização estratégica e da outorga de foral pelo conde D. Henrique e D. Teresa foi sede administrativa de um vasto território, durante quase duzentos anos, tendo o seu poder e importância sucumbido com a criação do concelho medieval de Vila Real. A conjuntura político-administrativa do Portugal nascente e as características geográficas e climáticas pouco atrativas seriam determinantes para o processo de povoamento, organização e aproveitamento económico da região.

A análise preliminar do acervo documental disponível, as inquirições gerais e outros diplomas régios emanados sobretudo da administração central, determinou o estudo da organização de uma importante área geográfica da região transmontana e duriense, designada nas Inquirições de 1220 e 1258 como *Terra e Julgado de Panoias*, respetivamente.

A informação constante nas Inquirições de 1258, relativa à organização humana e à extensa rede de topónimos e microtopónimos com os quais elaboramos a cartografia da região, apesar de fragmentada e lacunar, alicerçou e estruturou a nossa investigação. Por isso, o nosso objetivo primordial assentou na reconstituição do espaço do *Julgado de Panoias*, em meados do século XIII, através da interpretação das dinâmicas responsáveis pela sua formação, organização e crescimento, nomeadamente no que respeita à organização fundiária e direitos senhoriais, ao processo de implantação humana, à organização e transmissão do poder do rei e seus oficiais, ao incremento da organização senhorial na região, com o alargamento dos domínios eclesiásticos e da nobreza senhorial do Entre-Douro-e-Minho e, não menos importante, à produção agrícola e recursos económicos, uma vez que estes refletem muito o *modus vivendi* de uma população rural.

Uma vez delineado o nosso espaço de observação e definido o acervo documental, procedemos, tanto quanto possível, à elaboração de uma base cartográfica, à contextualização histórica do Concelho de Constantim e sua jurisdição administrativa e à reconstituição da paisagem agrária do *Julgado de Panoias*.

Neste processo foram surgindo diversas perspetivas de análise e múltiplos problemas, criando espaço para questões em aberto ou de interpretação duvidosa. No entanto, e apesar do caráter provisório e incompleto dos resultados alcançados, o estudo detalhado do património fundiário e seus detentores permitiu-nos traçar um retrato aproximado da paisagem agrária de Panoias, em meados do séc. XIII, e conhecer alguns aspetos ligados à malha dos diversos poderes instituídos.

As terras de Panoias abrangiam, em 1258, uma extensa área geográfica que, grosso modo, estava limitada pelos rios Tua e Douro e por várias cristas montanhosas, de que se destacam as serras do Alvão e Marão. Constantim de Panoias, apesar da sua feição rural, constituía um polo económico estratégico, uma “povoação de mercadores e artífices”, onde se realizava uma feira e, por conseguinte, se promovia o desenvolvimento do comércio e a economia monetária nesta fração do reino.

As inquirições gerais e os sucessivos forais e cartas de povoamento outorgados às terras além Marão comprovam a particular atenção dada pelos nossos primeiros governantes ao povoamento e organização administrativa da região trasmontana, cujo início nos leva até ao período condal. Tais documentos refletem a extrema necessidade de povoar as terras conquistadas, organizar o território e dele tirar proventos económicos e afirmar a autoridade do monarca sobre o reino através da consolidação das suas fronteiras.

No que respeita ao processo de colonização humana, verifica-se que o povoamento trasmontano, próprio de planaltos de solo pobre, moderadamente secos e frios, se estruturou a partir de unidades de povoamento aglomerado, as *villae*. O isolamento e a aspereza planáltica destas terras e as necessidades prementes de povoamento e proveito económico ditaram a concessão de terras *ad forum* ou *ad populandum ad forum* a pequenos proprietários, através de contratos agrários de índole enfiteutic, sob a forma de contratos perpétuos e hereditários.

As Inquirições de 1258 dão-nos conta de uma enorme variedade de tipos de propriedade, designadas de acordo com as suas aptidões específicas. A unidade básica da exploração agrária era o casal, que se estruturava a partir do centro da localidade. A população tendia a concentrar-se nas *villae*, muitas vezes repartidas entre o rei e outros senhores, onde se instalavam vários poderes que propiciavam numerosas e sucessivas disputas de terra e conflitos entre os vários grupos sociais.

O património rural do *Julgado de Panoias* achava-se repartido pelo rei, instituições eclesiásticas, nobreza e pequenos proprietários alodiais, verificando-se constantes transferências de propriedade agrária provocadas, muitas vezes, por vendas forçadas e usurpações que permitiam a ampliação dos bens dos grupos privilegiados, em prejuízo direto do fundo dominial da coroa e dos pequenos proprietários. A paisagem agrária estava em constante transformação, visível nas ações de povoamento levadas a cabo em muitos locais, com o correspondente arroteamento dos terrenos.

As inquirições informam que a crescente degradação dos bens da coroa envolveu circunstâncias político-administrativas. Os diferentes monarcas concederam grandes coutos e honras a instituições religiosas e aos “cavaleiros”, em especial, às sés de Braga e de Lamego e ao mosteiro de Pombeiro, que muito contribuíram para a organização do território. Sabemos que os mosteiros, as dioceses e as igrejas locais, no seu conjunto, eram os maiores proprietários da região e possuíam extensos domínios, os quais, além de não sofrerem a ação erosiva das partilhas, eram ampliados à custa de abundantes doações piedosas.

O envolvimento ativo no povoamento da região de algumas famílias da velha nobreza senhorial, designadamente, as de Sousa, Bragança, Baião e Maia, permitiu-lhes a implantação de núcleos patrimoniais que progressivamente foram ampliando por meio

de compras, doações, alianças matrimoniais, usurpações e permutas, necessárias à reorganização das suas terras. Esta expansão dominial não foi alheia à detenção de cargos públicos na corte e a nível regional, pelos *ricos-homens* e cavaleiros.

Quanto à propriedade vilã, as inquirições de Panoias enunciam apenas as alienações feitas pelos foreiros do rei. No entanto, é revelada organização comunitária e autonomia dos homens do concelho de Constantim na defesa das terras do concelho. A vida comunitária fortalecia o poder dos pequenos proprietários, além de aliviar a rudeza do trabalho agrícola de que dependiam para fazer face às imposições senhoriais. Nos foros e rendas a solver pelos pequenos proprietários encontram-se produtos agrícolas, serviços individuais e comunitários, o ferro e uma quantia fixa em numerário.

O quadro que acabámos de sintetizar esboça, em termos gerais, a organização patrimonial do território e os seus principais detentores, o qual está diretamente relacionado com as transformações político-administrativas ocorridas na centúria de Trezentos.

Da análise comparativa das inquirições afonsinas sobressaem diferenças significativas quanto ao rastreio dos bens fundiários. A natureza dos inquéritos de 1258 e a confrontação de dados com os instruídos em 1220 permitiu-nos considerar que as inquirições de D. Afonso III não levantaram sistematicamente a propriedade fundiária de Panoias, régia ou privada, tendo-se limitado apenas a denunciar a transferência de património, por venda ou doação, mas, sobretudo, por usurpação dos bens e direitos da coroa, mercê de pressões senhoriais e pela falta de cumprimento das normas estabelecidas. Além das usurpações violentas de bens, são denunciados contratos agrários danosos para a coroa e a crescente fuga ao pagamento dos foros e rendas. Isto demonstra que D. Afonso III tinha conhecimento da crescente degradação do seu património, da consolidação do processo de senhorialização nas terras transmontanas, à custa dos bens régios, e dos abusos cometidos pelos grupos privilegiados sobre os pequenos proprietários, foreiros e seus oficiais.

O propósito de controlar aquela região estava já patente na reorganização administrativa da antiga *Terra de Panoias* que surge, em 1258, fragmentada em cinco julgados, frações administrativas de menor dimensão, o que propiciava uma maior redistribuição dos poderes locais.

Estas reflexões levam-nos a entender as inquirições como um instrumento jurídico, de grande abrangência, que permitiu avaliar o nível a que tinha chegado a degradação dos domínios da coroa e, ao mesmo tempo, perceber a dimensão dos poderes instituídos. Comprovados, de forma inequívoca, a diminuição progressiva dos seus direitos e o enfraquecimento do poder local, o rei justificava a sua intervenção direta na região, a qual se materializou na criação do concelho medieval de Vila Real, processo complexo que se iniciou com a outorga de um foral em 1272, mas que só viria a consolidar-se no reinado de D. Dinis, depois da concessão de dois novos diplomas régios. Este novo centro político-administrativo haveria de decretar o esvaziamento dos poderes e prerrogativas dos concelhos e comunidades circundantes.

As numerosas cartas de foral, aforamentos coletivos ou, simplesmente, meros contratos agrários individuais citados nas inquirições comprovam a importância do documento escrito e a preocupação do rei em ordenar o território e rentabilizar as terras

sob sua jurisdição. Neste sentido, impõe-se destacar a evidente afirmação do poder régio sobre as terras de Panoias, que, numa primeira fase, concedeu patrimónios e prerrogativas diversos aos diferentes colonizadores, para, mais tarde, recuperar a sua soberania que justificou com os sucessivos abusos cometidos.

Orientador: Luís Carlos Correia Ferreira do Amaral

Data de defesa: 18 de outubro de 2012

Autora: **Filipa da Silva Lopes**

Título: ***O Domínio Fundiário do Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa (séculos XI-XII)***

Palavras-chave: Domínio fundiário ; Mosteiro ; Paço de Sousa ; Séculos XI e XII

Resumo

A dissertação de mestrado intitulada *O Domínio Fundiário do Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa (séculos XI-XII)* foi apresentada, em provas públicas, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2012. A investigação desenvolvida teve como principal objetivo a reconstituição e a análise do processo de formação, organização e desenvolvimento do domínio fundiário desse mosteiro durante os séculos XI e XII, bem como a identificação dos principais atores e poderes responsáveis pela sua expansão e consolidação.

O estudo dos patrimónios que sustentavam a vida religiosa de diferentes instituições monásticas medievais já tem uma longa tradição quer na historiografia portuguesa quer na estrangeira. Pretendeu-se, no entanto, dar relevo não apenas à constituição do seu domínio patrimonial, mas também às relações sociais estabelecidas e aos poderes envolvidos no processo histórico que transformou Paço de Sousa num importante agente de senhoriação na região da sua implantação durante as centúrias em análise.

Procurou-se selecionar um *corpus* documental coerente que incluiu os diplomas constantes do *Liber Testamentorum* de Paço de Sousa — na versão transcrita e publicada por Maria Teresa Monteiro e J. J. Rigaud de Sousa² —, aqueles que foram editados nos *Diplomate et Chartæ*³ e os que se encontram copiados ou sumariados nas *Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa* de Fr. António da Assunção Meireles⁴. Metodologicamente, efetuou-se o registo — numa base de dados no Microsoft Office Access — e privilegiou-se o exame quantitativo das informações sobre a forma de aquisição, a natureza e a localização das propriedades de Paço de Sousa, assim como daquelas que diziam respeito aos intervenientes nos vários atos escritos; não se negligenciou, todavia, uma análise qualitativa, atentando na forma e na linguagem da documentação.

Foi com base num total de 174 atos escritos que se procedeu à reconstituição do domínio fundiário do mosteiro de S. Salvador, cuja implantação se iniciou na área delimitada pelos rios Sousa e Tâmega, provavelmente em meados do século X. Em 1200, este cenóbio possuía um conjunto patrimonial relativamente coeso nessa região, assim como algumas possessões mais ou menos concentradas: nos vales do Arda e do Paiva;

² *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, ed. de Maria Teresa Monteiro e J. J. Rigaud de Sousa (Braga: Livraria Cruz, 1972). Trata-se de um cartulário constituído por 157 diplomas, com datas compreendidas entre 938 e 1222, e cuja composição se terá iniciado em finais do século XII, cf. José Mattoso, “Apresentação,” in *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, ed. de Maria Teresa Monteiro e J. J. Rigaud de Sousa (Braga: Livraria Cruz, 1972), 7.

³ *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Diplomata et Chartae*, vol. 1, fasc. III (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1870).

⁴ *Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa & Índex dos documentos do arquivo composto por Frei António da Assunção Meireles*, publicação e prefácio de Alfredo Pimenta (Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1942).

em redor de Arouca; na margem direita do Sousa — em Paredes, Lousada, Gondomar, Porto; na Maia, na Trofa e em Guimarães; a leste do Tâmega — em Marco de Canaveses, Baião e Amarante; a sul do Douro — em Vila Nova de Gaia, Cinfães, Resende, Lamego, Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra e S. Pedro do Sul⁵. Tratava-se de um conjunto de patrimónios descontínuos e fragmentados, constituído maioritariamente por *hereditates*, por vários casais e igrejas, assim como por algumas *villae*, parcelas de mosteiros e outras propriedades que resultaram da segmentação ou da especialização de unidades agrícolas.

A doação foi, sem dúvida, o principal mecanismo de aquisição de bens fundiários e, entre os doadores, destacaram-se os membros da família patronal, descendentes de Trutesendo Galindes, o presumível fundador do mosteiro. O patrocínio da nobreza local, nomeadamente dos Ribadouro e dos Paiva, através da realização de amplos legados, foi decisivo para o crescimento e a consolidação do património da instituição. Do mesmo modo, a proteção que deles recebeu terá potenciado ou exercido alguma influência no início da reforma que levou a comunidade a adotar a regra beneditina, na sua versão cluniacense. Estes magnates ter-se-ão ainda aproveitado da sua autoridade, no exercício de altos cargos na governança local, para realizar pressões e canalizar outras doações para Paço de Sousa. Protegeram igualmente os interesses da instituição, conseguindo que ficasse isenta do pagamento de direitos e rendas ao bispo do Porto, assim como muito provavelmente garantiram que D. Henrique (ou D. Teresa) lhe outorgasse uma carta de couto⁶.

Os patronos não atuaram, porém, sem contrapartidas, pois exerceriam sobre o mosteiro um certo controlo, podendo influenciar a escolha do abade — que, em alguns casos, poderá ter pertencido à própria família patronal —, bem como criar clientelas e estabelecer relações com as populações locais, garantindo o domínio dos homens e do espaço por intermédio do cenóbio. Por outro lado, a canalização de parte — ou ocasionalmente, se não tivessem descendência, da totalidade — do seu património para o mosteiro poderia ser uma forma de assegurar a sua melhor gestão e/ou de evitar a sua excessiva fragmentação devido à prática da transmissão cognática. Para esta nobreza em ascensão, fundar e/ou patrocinar casas monásticas era, por isso, fonte de prestígio social e de engrandecimento económico. Do mesmo modo, os serviços espirituais e culturais, a preservação da memória através do registo escrito da transmissão da propriedade ou da sepultura e os apoios materiais em caso de necessidade eram recompensas que os patronos e outros benfeitores procuravam ao legarem propriedades ao mosteiro.

Se, por um lado, o poder, o prestígio e o património dos *heredes* do mosteiro, em particular dos membros da linhagem dos Ribadouro, constituíram o maior sustentáculo do seu protagonismo crescente; por outro lado, os superiores e alguns membros da comunidade de S. Salvador desempenharam um papel fundamental na organização e consolidação do seu domínio fundiário, sobretudo a partir do século XII. A prática de políticas de concentração das unidades agrárias em torno de determinados núcleos está

⁵ Foi utilizada a malha administrativa atual do território (concelho, freguesia, lugar) para identificar a localização aproximada dos bens fundiários do mosteiro de Paço de Sousa.

⁶ Se este diploma existiu, não chegou até aos nossos dias. Conhecemos apenas uma referência indireta ao couto deste instituto monástico num documento de 1123.

comprovada pela realização de investimentos significativos em compras, pela concretização de escambos, pela fixação de contratos que garantissem aquisições futuras e pelo exercício de pressões que levaram à doação ou à venda de bens fundiários em áreas onde esta instituição já era proprietária. Deste modo, entre os finais do século XI e a primeira metade do século XII, o cenóbio reuniu uma base material considerável e atraiu outros doadores, que não identificámos como patronos, mas que, em alguns casos, parecem estar sob a esfera de influência destes magnates ou com eles manter relações de proximidade.

Concluimos, assim, que este mosteiro desempenhou um papel importante no enquadramento da terra e dos homens e no processo de senhorialização e de consolidação de um sistema feudal no Condado e depois no reino de Portugal, em particular na região entre os rios Sousa e Tâmega, pelo menos, até ao final do século XII.

Fontes citadas:

Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa & Índice dos documentos do arquivo composto por Frei António da Assunção Meireles, publicação e prefácio de Alfredo Pimenta. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1942.

Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa, ed. de Maria Teresa Monteiro e J. J. Rigaud de Sousa. Braga: Livraria Cruz, 1972 (Separata da Revista *Bracara Augusta* vol. XXIV, fasc. 58-59 (69-70), 1970).

Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Diplomata et Chartae, [organização de Alexandre Herculano]. Vol. 1, fasc. III. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1870.

Orientador: Professor Doutor Luís Carlos Correia Ferreira do Amaral

Data de defesa: 20 de Novembro de 2012

Autora: **Filipa Maria Ferreira da Silva**

Título: ***Os Forais Manuelinos do Entre Douro e Minho (1511-1520): Direito e Economia***

Palavras-chave: D. Manuel I, Forais, Entre Douro e Minho, Direito, Economia.

Resumo

O reinado de D. Manuel I (1495-1521), é caracterizado por ser um período em que se procedeu a uma ampla reforma de diversos aspetos da sociedade medieval. Uma das mais importantes teve como principal foco o poder local com a reforma das cartas de foral. Outorgadas desde o tempo da Reconquista, estes documentos padeciam de diversas lacunas que levaram, por diversas vezes, a uma forte contestação em Cortes a fim de se proceder à sua atualização. Nomeada uma comissão para esse efeito, procede-se à tão aguardada reforma no reinado de D. Manuel. É com base nestas novas cartas de foral que se estrutura esta dissertação. Tendo em vista uma melhor análise de conteúdos, restringimos a sua abrangência territorial ao Entre Douro e Minho num período compreendido entre 1511 e 1520, por serem as datas limite de concessão dos referidos forais. O acervo documental em causa é composto por um total de 63 documentos publicados por Luís Fernando de Carvalho Dias.

Para além de todo o enquadramento teórico da reforma dos forais, a dissertação tem como principal objetivo a análise das temáticas presentes no conteúdo de cada foral, tendo em conta a economia, a fiscalidade e a sociedade como principais guias de orientação. A sua leitura atenta levou ao levantamento de dois vetores importantes para o cumprimento dos pontos a que nos propusemos cumprir. Para além do conhecimento dos encargos a que a sociedade quinhentista estava sujeita, estes diplomas evidenciaram também a complexa convivência das distintas jurisdições que coabitavam num mesmo espaço. Assim, os direitos que se encontram consagrados nos forais novos são de âmbito régio, concelhio e senhorial, tanto a nível da nobreza como do clero, destacando-se em alguns dos casos as Ordens Militares. A leitura das fontes selecionadas, como previsível em qualquer trabalho de investigação, levantou algumas dificuldades de compreensão, devido, em grande medida, à distância temporal que decorre entre a elaboração da fonte e o período em que o investigador se debruça sob a mesma. Os principais constrangimentos com que nos deparamos prenderam-se, sobretudo, com a interpretação de alguns encargos do âmbito económico e fiscal, que, em alguns casos, traduziam também certas dificuldades sentidas na época. Um outro obstáculo residiu na caracterização da sociedade, bem como da justiça local. Na verdade, estas dificuldades são compreensíveis, tendo em conta o próprio âmbito de elaboração dos novos diplomas, os objetivos que os orientaram, a sua cronologia, bem como o contexto legislativo corrente na época, fatores, estes, que dispensavam a inclusão de certos detalhes no articulado.

A análise dos diferentes documentos para a região do Entre Douro e Minho remete para questões do foro económico, fiscal, social e judicial. A dimensão económica e fiscal é a que mais peso tem nestes diplomas, o que se justifica pela clara finalidade que presidiu a toda esta reforma, uma clara e definida cobrança de impostos. Em oposição, a dimensão social e judicial está em minoria, o que em certa medida é justificável, uma vez que as

comunidades locais teriam as suas normas de convivência estabelecidas, bem como todo o corpo jurídico estaria estabelecido pelas Ordenações Manuelinas.

O estudo dos forais novos para a região do Entre Douro e Minho permitiu a definição de um quadro sucinto da estrutura governativa das comunidades locais, sem esquecer o papel fundamental que os primeiros forais desempenharam como reguladores da vida local. Permitiu a elaboração, em articulação com a variada bibliografia existente sobre o poder local, o esboço dos principais elementos em discussão na reforma dos documentos. A sua análise mais profunda permitiu a perceção da intrínseca malha de jurisdições a que o homem medieval estaria submetido, que na maior parte dos casos, se traduz na difícil compreensão de quem detinha o quê e em que moldes o tinha.

O conhecimento histórico não é de todo um conhecimento estanque, e talvez por este motivo, o culminar de qualquer investigação, não é o ditar o fim do saber de uma temática, mas sim o abrir portas a novas perspetivas e até mesmo interpretações diferentes. O estudo que elaboramos é apenas o olhar e as respostas a que inicialmente nos propusemos, fruto em grande parte das escolhas e tempo que dispusemos para as cumprir. Novas questões foram surgindo, o que nos permite avaliar a potencialidade desta fonte em articulação com outros elementos fornecidos por outro tipo de fonte. Seria ainda valorativo a aplicação deste modelo de análise, com as adaptações necessárias, a outras regiões, a fim de se estabelecer um conhecimento mais aproximado da realidade sentida nas comunidades locais.

Orientadora: Paula Maria de Carvalho Pinto Costa

Data de defesa: 29 de dezembro de 2012

Autor: **Filipe Manuel Dias Neto**

Título: ***Os Prelados de Braga, Porto e Coimbra nos séculos XIV e XV: estudo Bibliográfico***

Palavras-chave: Braga, Porto, Coimbra, Bispos, Arcebispos.

Resumo

Vem este resumo dar a conhecer a dissertação de mestrado em História Medieval e do Renascimento defendida por nós a 27 de Novembro de 2012 e intitulada *Os Prelados de Braga, Porto e Coimbra nos séculos XIV e XV: Estudo Bibliográfico*. O nosso trabalho abordou o episcopado nestas dioceses nos séculos finais da Idade Média, pretendendo esboçar um panorama bibliográfico e fazer um estudo comparativo, estritamente baseado na bibliografia publicada mais relevante. Nesta época específica, é imediatamente notória a relevância do episcopado, em virtude dos contextos em que se moveu e do papel que desempenhou. Os bispos e arcebispos destas dioceses tiveram papel singular nas questões que marcaram o final da Idade Média, desde os conflitos em redor do Cisma de Avinhão às lutas entre o poder eclesiástico e monarcas cada vez mais centralizadores. Torna-se, por isso, útil saber quem foram estes prelados, de onde provieram, com quem contaram e onde estudaram para compreendermos os seus hábitos, opções e posições políticas e eclesiásticas. A nossa análise concentrou-se em três temas bem presentes na bibliografia: a vida pessoal dos prelados, a sua ação pastoral e a intervenção nos campos político, militar e administrativo. Cada um originou um capítulo, capítulos que foram subdivididos em subcapítulos por diocese, possuindo ainda, no final, algumas conclusões a reter.

O primeiro capítulo da dissertação abordou a origem e vida pessoal dos prelados, concluindo que a maioria vinha da nobreza, não forçosamente das famílias mais gradas, e tinha muitas vezes parentes notáveis ou já bem colocados na hierarquia religiosa, em quem se apoiavam para, gradualmente, encetarem o seu percurso eclesiástico, iniciado muitas vezes em canonicatos e reitorias menores mas proveitosas financeiramente. Estas fontes de rendimento eram muitas vezes usadas para financiar a formação individual dos jovens aspirantes a prelados, permitindo-lhes obter graus académicos tanto em Portugal quanto no estrangeiro. Aliavam ainda a esta formação a frequência da corte régia ou da cúria, em Roma, onde começavam a desempenhar diferentes cargos nos quais mostravam o valor e conhecimento obtido, granjeando apoios e alianças nas quais se apoiavam para continuar a ascender hierarquicamente, e onde também procuravam ajuda sempre que se sentiam acoçados. Não é, por isso, de admirar que vários prelados tenham estado pouco tempo nas suas respectivas dioceses, seja por opção ou por força de cargos que ocuparam. Poderosos e orgulhosos, na vida como na morte, tiveram na pompa dos seus funerais o epílogo das lutas vividas, tanto pela manutenção e ampliação dos seus direitos, como pelo engrandecimento da Igreja e das dioceses que presidiram.

O segundo capítulo aborda a acção pastoral dos prelados. Por muito que tenham sido políticos influentes, a bibliografia mostra não terem descurado, regra geral, a gestão das suas dioceses. De facto, foram muitos os prelados que deixaram memória de grandes e zelosos pastores e que se preocuparam seriamente com a moral dos clérigos, a lealdade dos cônegos e a gestão financeira dos bens e rendas diocesanas. Por outro lado, a relação hierárquica com a Santa Sé afigura-se geralmente calma e leal, mesmo durante o Cisma

do Ocidente, o que não impediu, contudo, alguns atritos graves entre prelados fiéis a Roma e cabidos ligados a Avinhão, como sucedeu em Braga, onde a questão veio empolar conflitos já existentes entre os arcebispos e os cónegos. De facto, os cónegos possuíam ambições e interesses pessoais que podiam colidir com a vontade e conveniência dos prelados e gerar conflitos, que se podiam desenrolar com menor ou maior violência. Braga e Coimbra assistiram a grandes lutas entre estes poderes, que se desenvolveram de modo curiosamente oposto: ao passo que em Braga se optou pela força, em Coimbra tudo se resolveu pelos canais formais da Igreja. Mas se alguns prelados tiveram fama de bons gestores, para tal muito contribuiu a acção dos seus coadjutores, cuja acção por vezes foi tão discreta que a bibliografia apresenta várias limitações no que respeita ao percurso de muitos deles. De facto, quase todos os prelados tiveram auxiliares que, em seu nome, faziam aplicar no terreno, por via das visitas pastorais que faziam às paróquias, a vontade do bispo ou arcebispo. Esta vontade foi forte e vigorosa, mormente na defesa de direitos e prerrogativas episcopais. Contudo, por muito que fulminassem excomunhões e interditos, não puderam estes homens ir contra a evolução dos tempos e reter os seus direitos perpetuamente.

O terceiro e último capítulo da nossa dissertação abordou a acção política, administrativa e militar dos prelados em estudo. E como se depreende, muito rico se revelou, tanto pelo papel desempenhado pelos prelados como pela conflitualidade a que se assistiu. À partida, parecia-nos o ponto mais estudado pela bibliografia, seja pela “apetência natural” do tema, seja pela abundante documentação que sobreviveu. Pela sua relevância enquanto cabeça da Igreja no Portugal medievo, a arquidiocese de Braga mostrava-se a mais política e a que daria aos prelados maior papel político. E estas concepções prévias não se mostraram erradas: à medida que desenvolvemos a nossa análise, a bibliografia deu-nos um retrato dos prelados das três dioceses como homens que, pela sua origem, percurso e posição, tinham uma propensão natural para uma forte intervenção política, sendo Braga o coroar da sua ascensão hierárquica, política e pessoal. O Porto também se revelou importante, apesar dos seus bispos terem contado sempre com a forte oposição dos homens-bons da câmara, a quem não agradava a jurisdição episcopal na cidade, num conflito que só começou a ser sanado nos inícios do século XV, com a transferência do senhorio portuense para a Coroa, por intervenção de D. João I. Coimbra também apresentou uma singular particularidade, devido à atribuição de um título nobiliárquico ao bispo no reinado de D. Afonso V, concessão que se deveu à participação de D. João Galvão nas campanhas militares do monarca, nomeadamente na tomada de Tânger, Arzila e na Batalha de Toro. Por aqui se observa que a acção dos prelados não se ficou só pelo desempenho de cargos políticos na corte, pelas quezílias que tiveram com os monarcas que se opunham aos seus direitos e prerrogativas, pelo seu papel enquanto embaixadores junto da Santa Sé ou pela sua presença em cortes, funerais e casamentos régios. O serviço prestado no campo político foi para além disso e levou-os ao campo de batalha, onde parecia improvável vê-los. Contudo, o seu papel enquanto senhores de terras acaba por lhes dar um papel militar relevante, pois podiam comparecer em combate com hostes mantidas por si e dar um contributo substancial ao rei na guerra. Assim, concluímos que, apesar de todos os conflitos e interesses opostos, a relação dos prelados para com os sucessivos reis portugueses foi quase sempre de lealdade e de serviço.

Este trabalho encerra com a apresentação das conclusões gerais, que já expusemos parcialmente. Não tendo a ambição de se tornar num exaustivo ponto de situação temático, procurou esta dissertação apresentar, *grosso modo*, o que de mais significativo se conhece e o que falta saber sobre estes prelados nos pontos analisados, que correspondem aos mais visados pela bibliografia estudada. Para a elaboração desta dissertação consultámos a bibliografia que consideramos mais relevante para o estudo do tema, e da análise desta podemos concluir vários pontos que entendemos pertinentes. O primeiro, e que se revelou um dos problemas que mais nos preocupou neste trabalho, foi a grande dispersão da informação em mil e um artigos, monografias e contribuições avulsas. Considerando as dificuldades que esta dispersão traz, julgamos ser urgente e útil a elaboração de uma obra que congregue a informação dispersa e promova uma síntese que possa constituir-se em obra de referência, tanto para historiadores, como para estudantes e, porque não, para curiosos que queiram ampliar o seu saber com a leitura de uma obra rigorosa, abrangente e completa. Podemos ainda concluir que alguma da bibliografia consultada é antiga e está ultrapassada pelas recentes investigações em pontos específicos. Um caso evidente é a *História da Igreja em Portugal*, de Fortunato de Almeida, que não obstante a idade ainda é indispensável para os estudos destas áreas. Mas o problema mais importante, que mais urge resolver e que mais dificuldades nos trouxe foi a falta de estudos publicados para algumas temáticas. De facto, Coimbra revelou-se a diocese com menos informação publicada, o que dificultou o nosso esforço de comparação entre as três dioceses. No extremo oposto, Braga tem uma série de estudos publicados que faz da arquidiocese a mais estudada, muito em virtude do trabalho desenvolvido por José Marques, cujas obras citamos abundantemente. Ficam por isso, nesta dissertação, não apenas as conclusões sobre o que sabemos sobre estas dioceses e prelados, mas também (e nunca menos importante) as questões, dúvidas e problemas que se nos depararam ao longo das horas de leitura, estudo e análise que despendemos para realizar com sucesso a nossa investigação.

Orientador: Luís Carlos Correia Ferreira do Amaral

Data de defesa: 27 de novembro de 2012

Autor: **Olegário Nelson Azevedo Pereira**

Título: ***Em torno da pesca, na costa Norte de Portugal, nos séculos finais da Idade Média (1292 – 1493)***

Palavras-Chave: Pesca medieval, Pescadores, Pescados, Peixe, Utensílios de pesca, Embarcações.

Resumo

Apesar de já terem vindo à lume diversos estudos direcionados à investigação da atividade piscatória na época medieval, a região costeira do Norte de Portugal carecia de uma análise focalizada nesse setor, mormente no que respeita à pesca marítima. O tema desta dissertação de mestrado, defendida na Faculdade de Letras da Universidade do Porto a 23 de Outubro de 2012, respeita precisamente ao estudo deste tema. Procurou-se essencialmente examinar a região compreendida entre o rio Minho e o rio Mondego, observando-se diplomas cuja cronologia se estende entre os anos de 1292 e 1493.

Desde o início, e a fim de evitar uma dispersão de esforços, estipulamos os temas que necessitavam duma nova abordagem sistematizadora das principais informações disponíveis. Trabalhámos fontes publicadas, pesquisando em coletâneas documentais onde achamos poder captar dados relativos à pesca. Começámos pela coleção *História Florestal Aquícola e Cinegética*⁷, precisamente por respeitar de forma direta ao nosso objetivo. Depois, debruçámo-nos sobre outras publicações documentais que contemplam aspetos marítimos: *Descobrimientos Portugueses: documentos para a sua História*⁸ e *Monumenta Henricina*⁹. Após a seleção e análise dos diplomas contidos nessas obras, e para que pudéssemos colmatar algumas lacunas de informação, pesquisámos a documentação régia que se encontra publicada para o período em estudo, designadamente dos reinados de D. Afonso IV, D. Pedro I, D. João I e D. Duarte¹⁰. Por último, decidimos ainda procurar informação em antologias documentais de âmbito mais regional e local.

Posto isto, expliquemos agora quais os principais conteúdos que nortearam o desenvolvimento da dissertação e quais as principais conclusões a que chegámos. Como já dissemos, numa primeira fase procuramos perceber quais os estudos que tínhamos ao nosso dispor, onde se discutisse a temática em apreço, procurando-se contextualizar

⁷ C. M. Baeta neves (Org.), *História Florestal, Aquícola e Cinegética — Colectânea de documentos da Torre do Tombo, Chancelarias Reais*. 7 Vols. (1208-1583), (Lisboa: Direcção-Geral das Florestas, 1980-1987).

⁸ João Martins da Silva Marques, *Descobrimientos Portugueses: documentos para a sua História*, 3 Vols. (1147-1500), [fac-símile da edição original de 1944], (Lisboa: INIC, 1988).

⁹ *Monumenta Henricina*, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique. 15 Vols. (Coimbra: Graf. Atlantida, 1960-1974).

¹⁰ A. H. Oliveira Marques (org.), *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*. 3 Vols. (1325-1344) (Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990-1992). A. H. Oliveira Marques (org.), *Chancelarias Portuguesas: D. Pedro I (1357-1367)*, (Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1984) João José Alves Dias (org.), *Chancelarias Portuguesas: D. João I*. 4 Vols. (1384-1433, (Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2004-2006). João José Alves Dias (org.); *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte*. 3 Vols. (1433-1435 e Livro da casa dos Contos), (Lisboa: Centro de Estudos Históricos Universidade Nova de Lisboa, 1998/2002).

historicamente a sua evolução. Logo se verificou que o assunto não tem sido suficientemente indagado. Se para os primeiros séculos da monarquia já existem investigações que se debruçam sobre o tema ou se abeiram do mesmo ao tratar de outras questões, para os séculos finais da Idade Média, esse panorama é mais desolador. *Grosso modo*, os autores concordam que a pesca foi uma importante atividade e que a região em consideração tinha, nas pescarias, uma importante fonte de rendimento económico, defendendo-se que um dos produtos essenciais da sua balança comercial era precisamente o pescado. Demonstra-se uma primeira fase em que a faina piscatória é complementar a outros labores, explorada segundo os direitos da época, estando portanto delimitada por apertada malha legislativa fomentada pela coroa, pelos concelhos e pelos senhorios. Não obstante termos concluído através das diferentes monografias revisitadas a existência de um desenvolvimento oscilante consoante a zona geográfica e a cronologia, especialmente durante o século XIV a pesca torna-se paulatinamente pujante ao ponto de uma significativa parte da população nela participar. Tecido o estado da arte, partimos para uma breve descrição das alterações geomorfológicas ocorridas na zona costeira em consideração. A necessidade da sua inclusão justifica-se se tivermos em conta as significativas mudanças ocorridas a Norte do rio Douro e as que modificaram radicalmente a região do baixo Vouga lagunar. O assoreamento estuarino e a alteração costeira, resultantes de diversos fatores de índole natural e antrópica, acarretaram variações diversas no *modus vivendi* das populações, influenciando naturalmente a *indústria* piscatória.

A partir dos dois capítulos introdutórios e de contextualização, passamos à interpretação dos dados que recolhemos nas fontes. Iniciámos com o arrolamento das espécies piscícolas presentes na documentação. Verificou-se a existência de 22 espécies características de diferentes habitats marítimos: espécies costeiras e provenientes de águas de média e grande profundidade. A captura do pescado só era possível recorrendo-se a diferentes aprestos ou instrumentos de pesca, bem como a diferentes tipos de embarcações. Partimos por isso para a recolha desses elementos, descrevendo-se em primeiro lugar a utensilagem utilizada pelos pescadores, tendo-se observado a aplicação de redes, canas e covões com pedras, utilizando-se ainda camboas em alguns locais costeiros e pesqueiras nas desembocaduras dos cursos fluviais. Também se verificou que havia aproveitamento por parte da população do pescado morto que dava à costa. Já as embarcações mais utilizadas na captura do peixe eram as barcas, não obstante, termos demonstrado algumas situações em que essa captura era feita através de naus e de outras embarcações. No entanto, ficou claro que estes barcos, acrescidos de caravelas e de baixéis, se encontravam mais relacionados com a comercialização do produto pescado.

No último ponto da dissertação examinou-se a atividade piscatória tendo em conta espaços geográfico bem delimitados. Num primeiro momento tratámos da região compreendida entre o Porto e o seu termo e Caminha. Revelaram-se proveitosas as atas de vereação, onde tomámos contacto com uma constante necessidade do concelho portuense em controlar a transação do pescado, que se efetuava por vezes de forma ilegal, pois a cidade necessitava do produto para que da sua venda adivessem outros mantimentos necessários como os cereais. Aferimos que o segundo quartel do século XIV, devido à pestilência que assolou a região, representou uma quebra produtiva na

pesca e um aumento do preço do produto devido à carência de mão-de-obra no setor. Resultou destes motivos a proibição régia de se exportar o peixe. O concelho pretendeu uma maior eficiência dos almotacés no controlo da venda de pescado, uma vez que os mesmos não cumpriam totalmente as suas obrigações. Assim, preparou mais posturas e ordenações em consonância com o aumento da fiscalização. Demonstrou-se o alargamento das proibições de retirar o pescado da cidade, a guarda das suas portas para o impedir e a ampliação das posturas e ordenações ao termo concelhio. Mais ainda, o município determinou um sítio único para a comercialização do produto, impôs um controlo mais apertado aos vendedores de pescado, procurando favorecer as denúncias sobre as ilegalidades cometidas, arrendando as coimas das mesmas e aumentando os seus valores. Resumindo, tudo fez para impedir a saída do pescado. O resultado de tais medidas foi frutífero pois começa a verificar-se que quem desejava exportar o produto requisitava na vereação a devida autorização para esse efeito. A comercialização do peixe, quando autorizada, fazia-se especialmente para o Levante, zonas peninsulares como a Biscaia e a Galiza e para França. Mas à cidade também chegava pescado importado, especialmente proveniente de outras zonas de Portugal e da Galiza. Na região a Norte do rio Ave os exemplos elencados na documentação foram mais diminutos, pese embora suficientes, para que se pudesse concluir que também aí a pesca era uma importante atividade. A ilegalidade na transação do produto foi igualmente notada. O destino desse comércio era principalmente o Levante, verificando-se que Viana da Foz do Lima era a principal potenciadora da *indústria* piscatória na região, não obstante Vila do Conde, Ponte de Lima e Caminha também se dedicarem à faina da pesca e comercialização do peixe.

A sul do termo do Porto a pesca realizava-se com maior intensidade na região de Aveiro e de Buarcos. Na primeira localidade vimos que a partir de finais do século XIII, a atividade começa a ganhar um maior relevo. A coroa controlava indiretamente o labor ao outorgar os direitos sobre o pescado real e as pescarias a elementos da família real ou destacadas personalidades da sociedade de então. Acrescem as isenções que continuamente foram concedidas aos pescadores aquando das dissidências entre estes e a confraria que os representava e o concelho. Essa agremiação também demonstra claramente a importância do setor piscatório e o elevado número de pescadores associados, apresentando-se como uma importante estrutura de ligação entre os seus membros e o poder régio ou o poder concelhio. A comercialização do produto também se revelou intensa. Demonstra-o a presença de galegos a pescar e comerciar na região, a chegada diária de embarcações para descarregamento de peixe, o fluxo de compradores provenientes da vila mas também de fora dela e de outras paragens, a chegada das embarcações com o produto durante a noite ou a deslocação noturna dos pescadores. Mais importante ainda, os sucessivos esforços do concelho em almotazar o produto e a tentativa de impor a venda como estipulado nas ordenações, revelam, por um lado, a importância económica do produto, e, por outro, as ilegalidades cometidas nas transações. Já relativamente a Buarcos, os dados coligidos, embora mais escassos, descobrem-nos também que a pesca foi ganhando uma acrescida importância. Tal como em Aveiro, a coroa outorga os direitos a pessoas de estado nobre. Os réditos resultantes das imposições fiscais seriam, certamente, bastante rentáveis para a coroa. Tal situação depreende-se pelo facto de o monarca desejar potencializar a *indústria*, concedendo privilégios a homens

que fossem habitar a vila e tivessem como principal atividade a pesca. Prova-se através disto o desejo da coroa em especializar a mão-de-obra no setor.

Do que ficou exposto resulta, tal como assinalámos na nossa dissertação, que muito mais haverá para investigar relativamente à atividade piscatória marítima medieval, bem como sobre os diferentes vetores que abrange.

Orientador: Luís Carlos Correia Ferreira do Amaral

Data de defesa: 23 de outubro de 2012

Curso de Mestrado em História e Património

Autor : **Bruno Tupper Gil**

Título: *A Influência cultural portuguesa na formação do samba do Rio de Janeiro: os silêncios na construção de uma memória (1889-1927)*

Palavras-chave: Memória, Identidade, Influência cultural, Portugal, Brasil.

Resumo

O trabalho realizado na dissertação intitulada: “A Influência cultural portuguesa na formação do samba do Rio de Janeiro: os silêncios na construção de uma memória (1889-1927)”, como parte do mestrado em História e Património –História Local e Regional-Ramo construção de memórias- teve como tema central a busca por elementos e argumentos que pudessem comprovar um rasto deixado pela cultura portuguesa na formação do samba do Rio de Janeiro. Este trabalho correspondeu a uma construção dessa memória, mas também à observação de como, na cultura carioca e brasileira, se processou a construção de uma memória.

Procurei perceber a supervalorização dos contributos africanos, paralelamente ao esquecimento da influência portuguesa neste processo. Como parte do trabalho, abordei transformações económicas, políticas e sociais da História do Brasil, e particularmente do Rio de Janeiro, que reforçaram esta minha tese. Utilizei como fontes que pudessem dar embasamento ao trabalho, além de vasta bibliografia sobre o assunto, os pareceres do Instituto do Património Histórico Artístico Nacional (IPHAN), que serviram como base para sustentação dos argumentos que levaram a reflexão dos processos de supervalorização e esquecimento, ou construção e desconstrução de uma memória, afro e portuguesa respetivamente.

No que diz respeito à parte teórica e metodológica do trabalho procurei abordar aspetos como cultura popular, representação, tradição e memória. Refletindo sobre estes conceitos e como eles podem ser incorporados, pude dar corpo às questões em debate. Sobre cultura popular, destaco as análises conceituais de Michel de Certeau. Quanto à representação de um *habitus*, o trabalho “ Campo do Poder, campo intelectual”(2002) de Pierre Bourdieu, . O conceito de tradição foi discutido a partir das análises realizadas por Eric Hobsbawn, fundamentando a questão das “tradições inventadas”. Sobre memória, os teóricos James Fentress e Chris Wickham, assim como Maurice Halbwachs, que foram importantes por trabalharem a questão da memória social como formas identitárias de grupos.

Ainda sobre fontes gostaria de ressaltar, além das já mencionadas, a utilização de imagens fotográficas que comprovaram alguns dos argumentos propostos no trabalho, como por exemplo, as transformações sociais e económicas ocorridas no país, e na cidade do Rio de Janeiro (então capital do Brasil), no período abordado. Sobre este período, destaco que o ano de 1889 foi cuidadosamente escolhido pois é o ano da proclamação da república brasileira, que contribui para um antilusitanismo, que pode ser visto como um dos fatores de esquecimento da memória portuguesa na formação do samba do Rio de

Janeiro. Assim como os anos que se seguem na viragem dos século XIX-XX, período em que há gradativa valorização da mestiçagem afro na população brasileira, contribuindo assim para a supervalorização da cultura africana.

Podemos ressaltar como principal resultado do processo desta pesquisa a questão do antilusitanismo republicano, aliado à valorização do processo de mestiçagem afro na formação cultural brasileira no decorrer do século XX, como os principais fatores responsáveis pela falta de reconhecimento de uma influência cultural portuguesa na formação no samba do Rio de Janeiro. O modo como aproveitei os estudos disponíveis sobre as condições de vida urbana, sobre o processo de afirmação de um novo regime, sobre o desenvolvimento económico permitiram revelar o ambiente em que “nasceu” e se afirmou o samba carioca nos seus enredos e desenlaces. Atento ainda para o facto de que o samba, representação tão simbólica no processo de identidade nacional brasileira e da cultura carioca, se questionado sobre sua origem e sobre as influências em sua formação, não perde seu valor simbólico por admitir outras influências externas, tais como a portuguesa.

Sendo assim, uma das tarefas deste trabalho foi a de revisão de determinados conceitos, verdades e tradições, elementos que constroem uma memória social, que se afirmam como “verdades históricas”, ou mais apropriadamente, como afirma Jacques Le Goff, “uma história tradicional falseada”. Cabe ao historiador, tornar a história uma forma de “esclarecer a memória e ajudá-la a retificar seus erros.” (Le Goff, 1984:166).

Orientadoras: Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva e Maria Helena Cardoso Osswald

Data de defesa: 27 de julho de 2012

Autora: **Carla de Jesus Torres Moreira**

Título: ***O Arquivo da Casa do Porto: o seu estudo e a sua representação – o modelo sistémico***

Palavras-chave: História, Ciência da Informação, Sistema de Informação Familiar, Arquivos de família, Arquivo da Casa do Porto.

Resumo

Os arquivos de família são importantes acervos documentais históricos, que permitem o reconstruir do passado e da sua memória, através dos documentos legados dos núcleos familiares, numa aceção atual de sistema de informação. O património documental destes repositórios acaba por ser possuidor de uma cumplicidade entre a História e a Ciência da Informação (na qual a Arquivística se encontra inscrita), que resulta na agregação destas duas disciplinas, porquanto se pretenda atingir os objetivos e as práticas das mesmas, e que se reúnem num objeto comum – informação gerada/acumulada por uma ou mais entidades.

Considerando o tema do projeto desenvolvido – o Arquivo de Família da Casa do Porto, no âmbito da conclusão do 2.º Ciclo de Estudos em História e Património – ramo Arquivos Históricos, pretendeu-se proceder ao desenvolvimento de um projeto com uma componente de investigação mas também com um caráter metodológico de procedimento científico de concretização do mesmo. Com esta temática desejou-se evidenciar a necessidade de pesquisar, tratar e preservar o património documental da Casa do Porto, considerando uma realidade mais ampla, ou seja, a estrutura e os agentes que geram, manipulam e controlam este sistema de informação, que até ao presente trabalho não foi alvo de estudo aprofundado.

O relatório de estágio resultou, não só de um estágio curricular efetuado no Arquivo Municipal de Penafiel tendo como objeto de estudo e trabalho o Arquivo da Casa do Porto, mas também de todo um percurso teórico que foi sendo construído de forma a auxiliar a componente prática.

A realização deste estágio pretendeu assegurar o devido acompanhamento do trabalho de estudo e ação arquivística, do Arquivo da Casa do Porto. A nossa estratégia de ação começou pela identificação da estrutura familiar, com o correspondente estudo e levantamento da documentação da Casa do Porto. Procurando-se desenvolver uma pesquisa contínua simultânea com o processo de recenseamento da documentação no espaço onde se encontrava a documentação, no próprio (assim designado) “escritório” da Casa do Porto. Tendo-se aferido que o espólio documental possuía grandes dimensões, não foi possível a concretização das tarefas inicialmente idealizadas, tendo-se apurado diversas sugestões, como a construção de desenvolvimento do processo, alicerçando com os trabalhos de preparação para o respetivo tratamento arquivístico e posterior divulgação, e que consideramos importantes para a continuidade de estudo deste arquivo. Daí a necessidade em desenhar um projeto que viesse a ser viável dentro do prazo previsto, mesmo que, num primeiro momento, ele pudesse ser ambicioso. Fica claro que ele teve que ser alvo de ajustes, sendo de salientar que também consideramos, ao nível de futuras ações a desenvolver, a possibilidade de uma dinamização e difusão cultural do arquivo, uma vez que consideramos que as valências do arquivo vão para além da

classificação, descrição e criação de pontos de acesso, sendo também necessárias ações de promoção cultural e de divulgação, numa aceção de dinamização e sensibilização à sociedade em geral. De qualquer modo, e após conclusão do ciclo de estudos, continuamos a desenvolver o seu estudo e respetivo tratamento arquivístico.

Considerando um melhor e aprofundado estudo sobre os elementos produtores ou que levaram à produção, criação e existência da documentação histórica existente na Casa do Porto, houve a necessidade de investigar e consolidar os estudos genealógicos da família a que se reporta este sistema de informação. Numa vertente mais prática, os objetivos do projeto passaram também pela aquisição de conhecimentos tanto sobre a documentação existente, como dos procedimentos técnicos aplicados à recolha, classificação, ordenação, transferência e difusão da informação geral e científica.

Considerando o percurso realizado, o projeto final centrou-se no levantamento inicial da documentação, no estudo do quadro orgânico-funcional a par de um estudo da orgânica familiar, com recurso a pesquisa em registos paroquiais e estudos genealógicos. Apesar de não atingir os objetivos a que nos tínhamos proposto inicialmente, dada a massa documental existente, conseguimos ter uma perceção do universo documental do Arquivo da Casa do Porto, tendo chegado a uma análise das características dos documentos e das suas tipologias, bem como à elaboração do já referido recenseamento, sendo também possível realizar um estudo prévio da documentação existente na Casa, o que nos permitiu realizar algumas observações na história de alguns elementos da família, e assim asseverar a representação da sua organicidade. Foi também possível realizar uma amostragem de documentos devidamente tratados ao nível da arquivística, estando-se atualmente a proceder, ainda que com tempo condicionado, a esse trabalho no Arquivo Municipal de Penafiel.

Apesar da conclusão do relatório e do respetivo ciclo de estudos, consideramos que o mesmo, pese embora a sua pertinência, anuncia o longo percurso que temos vindo a percorrer, de modo a concretizar o que, inicialmente, pretendíamos com a realização do estágio. De qualquer forma, confirma o traçado de um percurso em desenvolvimento, bem como a sua fundamentação científica e metodológica do processo de estudo e trabalho de identificação do Arquivo da Casa do Porto.

A adoção do modelo sistémico afigurou-se-nos como uma metodologia essencial para tentar corporizar e transmitir os fundamentos orgânicos e estruturais deste sistema de informação familiar, que se sustenta pela família e pelas ligações que se estabelecem entre os seus membros ao longo das gerações, ou até mesmo numa lógica de entendimento de redes sociais a que a família se associa, e que se corporizam na constituição de subsistemas de informação, que consideramos ser fulcral na definição do modelo sistémico.

Finalmente, perspetivaram-se aplicações informáticas que atestaram o processo de gestão e acesso à informação do Arquivo da Casa do Porto, bem como foram desenvolvidos instrumentos de acesso à informação, designadamente um catálogo. Considerando que as nossas pretensões se inserem numa lógica de divulgação de parte do espólio documental de relevância para a História Local, bem como de salvaguarda do mesmo, em que se pretende realizar a devida conservação e respetivo acondicionamento, então poderemos afirmar que o projeto se inseriu nesta ligação entre História e

Património, na dimensão de valia para os interesses específicos de uma comunidade e de preservação da sua memória.

Orientadoras: Cândida Fernanda Antunes Ribeiro e Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva

Data de defesa: 30 de novembro de 2012

Autor: **Isidro Miguel Tavares Gomes**

Título: ***O Processo de Caracterização do Património Imóvel no Concelho de Mirandela – análise e proposta de revisão***

Palavras-chave: Património imóvel, Inventário, Gestão de informação, Base de dados, Planeamento.

Resumo

O Processo de Caracterização do Património Imóvel no Concelho de Mirandela – análise e proposta de revisão, dissertação apresentada no âmbito do mestrado em História e Património, ramo Mediação Patrimonial, procurou analisar e avaliar os procedimentos de recolha, descrição, registo e organização da informação sobre património imóvel do concelho de Mirandela cuja a finalidade é contribuir para: a melhoria dos instrumentos de gestão, concretamente o PDM e o PU; a implementação soluções de governança, sobretudo na definição de procedimentos técnicos; a promoção e divulgação do património imóvel enquanto meio de atrair e fomentar o turismo, como o incutir da salvaguarda.

Alcançar as metas anteriores não passava apenas por expor os resultados conseguidos por arqueologia, arquitetura civil, etc, ou estado de conservação, porque neste caso seria uma apresentação de resultados. Passava por delimitar procedimentos de inventário e estruturação da informação, desde do trabalho de terreno ao trabalho de gabinete, com o intuito de balizar os passos num processo que caracteriza o património imóvel.

Em Portugal as soluções existentes apresentam-se, ainda, de forma singela, ao proporem uma ficha de inventário, mas não como proceder, como atuar, como organizar a informação; por isso Portugal é uma panóplia de soluções, nada normalizadas, muito menos justificadas, contrariamente ao que acontece noutros países europeus.

Perante esta debilidade procurou-se contribuir para o surgimento de um modelo de caracterização do património imóvel em Portugal. Para responder o referido atrás organizou-se a dissertação em duas partes. Na primeira parte do trabalho, refletiu-se sobre conceitos de património, modelos internacionais e nacionais, avaliando as potencialidades, sobretudo exemplos próximos, neste caso europeus. Como sejam, os inventários de cariz genérico, o *National Inventory of Architectural Heritage (NIAH)* da responsabilidade do Governo da Irlanda, o *core data index to historic buildings and monuments of the architectural heritage* e o *core data standard for archaeological sites and monuments* da alçada do Conselho da Europa, ou ainda o *Principles for the Recording of Monuments, Groups of Buildings and Sites* da responsabilidade do ICOMOS. Depois, inventários de cariz específico ou alargado, como o *MIDAS Heritage* da alçada do Governo da Inglaterra, o *Sistema de Información del Patrimonio Histórico de Andalucía (SIPHA)* da responsabilidade do Instituto Andaluz do Património Histórico (organismo de cariz regional) e o *Inventaire Général du Patrimoine Culurel* da responsabilidade do Governo Francês. Finalmente, inventários orientados, como e o caso da solução da UNESCO para o Património Mundial e do *National Roads Authority* da alçada do Governo Irlandês.

Em Portugal existem soluções em desenvolvimento, que também se analisou, como sejam: os *Kits Património* da responsabilidade do IHRU e IGESPAR; o *Inventário do Património Imóvel dos Açores* e o *Inventário dos Moinhos de Vento dos Açores* da responsabilidade do Governo Regional dos Açores; o *Sistema de Informação dos Bens Culturais de Cascais* da alçada do Município de Cascais; as soluções desenvolvidas pela Unidade de Arqueologia da Universidade de Braga, caso da *revisão do inventário arqueológico para o Concelho de Boticas* (FONTES, ANDRADE, 2010) e *Servator: Modelo Preditivo de Apoio à Prospeção Arqueológica* (BOTICA, 2004); as soluções informáticas privadas, desenvolvidas por *Index Rerum* – produção e direitos da empresa FCO; *Matriz* – direitos do Instituto de Museus e Conservação e produção da empresa BOND e *Inpatrimonium* – direitos e produção da empresa Sistema do Futuro, Lda.

Na segunda parte da dissertação desenvolveu-se uma proposta de definição dos processos de organização da informação patrimonial. Partiu-se da definição do percurso do Município de Mirandela para o reconhecimento do património, que decorreu entre 2004 e 2012. Estes 8 anos mostram como se atuou para conseguir implementar soluções e obter resultados, os empenhos tutelares e os recursos financeiros, estes oriundos de quadros comunitários. Igualmente refletiu-se sobre os pontos fracos a corrigir e os que caminhos a seguir para estabilizar a informação.

Para desenvolver uma proposta de definição invocaram-se quatro exigências de ordem procedimental, com relações de complementaridade. O primeiro é a identificação, depois o inventário, segue-se a organização, por fim o estudo. Gerir a informação produzida pelos quatro métodos do processo de caracterização requer uma ferramenta que tenha capacidade estruturar e articular informação, de forma que o seu manuseamento e pesquisa sejam fáceis e acessíveis. A introdução desta ferramenta permite cruzar vários contextos técnicos, interpretativos e avaliativos, em relação com outra informação caso de dados documentais, fotográficos, vídeos, entidades, etc.

Esta ferramenta altera o conceito de ficha de inventário com dados estanques e de texto corrido, para informação ordenada por critérios morfo-tipológicos, para ser pesquisável. Significa que por um campo podemos proceder a uma leitura do imóvel no geral ou nas suas partes, ou ter a percepção global de todos os imóveis. Por exemplo, no estado de conservação podemos saber no imóvel X se existe diferenças nos seus elementos específicos, ou saber, no quadro geral dos imóveis, quais estão em mau estado. Concretamente, resulta da definição de uma base de dados organizada em multi-níveis de informação. Isto é, um imóvel ao ser descrito, divide-se em sucessivos elementos que deverão ser agregados, como por exemplo, uma igreja comporta igualmente o adro, mas também as fachadas, no interior a nave e a capela-mor, e conforme a informação existente aprofunda-se na identificação dos sucessivos elementos arquitectónicos, móveis e imóveis, funcionais.

Esta organização da informação exige a cada campo uma descrição própria com termos e sinónimos estruturados, numa linguagem bem controlada, de forma a responder, eficazmente, às solicitações de pesquisa de qualquer interessado, académico ou não. Mas serve, e muito, uma autarquia, porque o acesso rápido à informação é fundamental, para auxiliar a tomada de decisões, para permitir um reconhecimento do seu património e este servir e desenvolver o território e a sua sociedade.

Por isso, compreende-se que o Município de Mirandela tenha criado o *Sistema de Gestão do Património Cultural do Concelho de Mirandela*, para o qual se contribuiu, e que comporta dois elementos: a definição da base de dados que congrega uma ferramenta multi-módulos denominada por *inpatrimonium® premium* (da Sistema do Futuro, Lda.) e uma ferramenta cartográfica *arcview 9.1®* (da ESRI); a adoção de procedimentos de atuação, de como procurar, o que registar, como descrever e os termos a utilizar. Assim, a base de dados é o repositório de informação, mas de natureza especial onde se insere e organiza informação, de modo a ser consultada e disponibilizada.

O processo de caracterização do património do Município de Mirandela é um trabalho que envolveu e envolve várias etapas de um percurso que ainda se quer calcorrear. Importou, no trabalho desenvolvido, avaliar o que de bom ou de mau ocorreu, o que se deve corrigir ou evitar, contribuindo para um esforço de comparabilidade com outras realidades, e para a uniformização de um modelo de caracterização do património imóvel em Portugal.

Para o Município de Mirandela, e concretamente para o trabalho em análise, este trabalho representa ainda um ponto de situação do trabalho desenvolvido até à atualidade, com a intenção de encontrar as debilidades e corrigi-las, assim como apontar possíveis soluções. Mais do que resultados insistiu-se nos processos, num contributo à mediação patrimonial.

Orientadora: Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva e Maria Alice Duarte Silva.

Data de defesa: 28 de novembro de 2012.

Autora: **Marta Paula Andrade Vieira**

Título: ***Vida e Morte na Comunidade Beneditina do Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa (1625-1826). Um projeto de mediação patrimonial***

Palavras-chave: Mediação Patrimonial; Turismo Cultural; Ordem de São Bento, Congregação de S. Bento; Mosteiro de Paço de Sousa.

Resumo

A Congregação dos Monges Negros de São Bento do Reino de Portugal, instituída em 1569, contou em Portugal com 22 mosteiros. Esta dissertação centra-se no Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa, uma das casas que integrou a congregação a 13 de maio de 1579, através do estudo da sua Comunidade Beneditina, do início do século XVII ao início do século XIX, procurando definir o perfil sociológico dos membros desta comunidade e os seus itinerários, e potenciar esta informação através de um projeto de interpretação do património, com recurso a meios e tecnologias colocados ao serviço de iniciativas de Turismo Cultural.

A partir da informação contida no Livro de Óbitos do Mosteiro de Paço de Sousa, no Fundo Monástico Conventual – os Estados do Mosteiro de Paço de Sousa e nas Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa, procurámos reconstituir o universo e o perfil biográfico dos monges que faleceram no Mosteiro do Salvador, entre 1625-1834.

Efetuamos o estudo desta comunidade em torno dos seguintes vetores de análise: 1) Dados biográficos dos monges (naturalidade, filiação, data do óbito); 2) Mobilidade dentro dos espaços monásticos da Congregação, desde o momento da tomada do hábito até ao seu óbito; 3) Perfil intelectual (níveis de formação académica); 4) Perfil social (aferido por relações familiares); 5) cargos exercidos e a sua relação com proveniência social e formação académica.

A nível metodológico realizamos uma investigação histórica e uma revisão bibliográfica sobre a Congregação Beneditina de Portugal, desde a reforma do século XVI até à sua extinção no século XIX, incidindo de um modo geral na Congregação dos Monges Negros do Reino de Portugal, com incidência e materialização no Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa, nomeadamente na sua comunidade monástica. Desenvolvemos uma base de dados de orientação prosopográfica, através da elaboração de fichas biográficas e desenvolvemos um interface informático, através da aplicação de um software de pesquisa multimédia para acesso às biografias construídas.

Estruturámos este trabalho em três partes. Na primeira parte procurámos apresentar os contextos em que se desenvolveu a atividade do Mosteiro, tendo em conta a evolução do Catolicismo e as suas reformas, a evolução interna da Ordem e a do próprio Mosteiro. Na segunda parte reconstituímos a Comunidade do Mosteiro, e na última parte elaboramos um projeto de mediação patrimonial, com base no desenvolvimento de um produto criativo, perspectivado na ótica do visitante, através da conceção de conteúdos e de um interface para colocar num quiosque multimédia, que designamos por QI – Quiosque de Interpretação (disponível em <http://comfrades.no-ip.org/beneditinos/>).

Pretendemos a partir de uma investigação histórica balizada em extensa bibliografia e fontes primárias, realizar um projeto de interpretação que servisse os fins da Mediação Patrimonial e do Turismo Cultural, partindo da consciência de que a sistematização de

dados para introdução em campos normalizados de uma base de dados é, em História, um processo de risco. Ainda assim, procurámos compatibilizar o saber histórico erudito com a sua divulgação, e cremos ter provado que é possível aliar à investigação histórica o uso de novas tecnologias, como os meios multimédia, e assim potenciar projetos de mediação fortemente alicerçados em percursos de investigação.

Para a prossecução futura deste tipo de projetos entende-se que é necessária uma formação multidisciplinar: existe a necessidade de buscar apoios e orientações técnicas na área da informática, da estatística, da cartografia, é fundamental constituir uma equipa que inclua técnicos de informática, historiadores, técnicos de turismo, e envolver entidades públicas e privadas ligadas ao património e ao turismo, para assim garantir a viabilidade económica e a sustentabilidade do projeto.

Aliar o espaço arquitetónico com o simbólico, o humano, o social e o religioso, foi um dos desafios que nos moveu. O outro foi o de tentar partilhar com um público tão alargado quanto possível, e do modo o mais atrativo possível, os resultados da nossa investigação.

A investigação histórica é sempre incompleta, no entanto a vantagem de projetos desta natureza é que eles facultam informação, ferramentas e suportes tecnológicos capazes de receber atualizações constantes.

Orientadoras: Amélia Polónia e José Amadeu Coelho Dias.

Data de defesa: 6 de dezembro de 2012.

Autor: **Patrícia Manchini Silva**

Título: ***Mediação Patrimonial no resgate da Memória Histórica. O processo de ensino-aprendizagem. Um estudo de caso: o Museu Frei Galvão e Arquivo Memória de Guaratinguetá***

Palavras-chave: Educação Patrimonial, Museu Frei Galvão e Arquivo Memória de Guaratinguetá, Memória, Identidade, História Social.

Resumo

A dissertação de mestrado apresentada buscou aplicar alguns dos pressupostos da educação patrimonial a um estudo de caso de aprendizagem não-formal: o do Museu Frei Galvão e Arquivo Memória de Guaratinguetá, localizado no Brasil. Além da conceituação acerca das formas variadas de patrimônio, analisou-se a importância da mediação patrimonial na divulgação da história local e averiguou-se como a identidade de um grupo se constrói a partir de sentimentos de pertença.

A pesquisa elegeu, como estudo de caso, o Museu Frei Galvão, um museu histórico, constituído por peças e objetos doados pela comunidade, destinado a ser um local em homenagem à vida e obra daquele que é considerado como o primeiro santo brasileiro, nascido em Guaratinguetá, mas que funciona, de fato, como centro de memória da comunidade em que se insere. O Museu e o Arquivo congregam não apenas a memória local, sendo também um importante centro de pesquisa científica no âmbito de sua curadoria, por meio do acervo da história da cidade e região. Seu acervo é composto por objetos, iconografia, livros e documentos de arquivo, que abrem perspectivas para pesquisas na área de História Social e Patrimônio Cultural. A escolha do Museu Frei Galvão como universo de observação dessa pesquisa está diretamente relacionada com o seu acervo expressivo e diversificado, que representa parte da história local, mas também da história brasileira.

O trabalho desenvolveu-se em duas componentes, não necessariamente sequenciais: realizámos uma conceituação acerca das formas variadas de patrimônio e de sua significância para o indivíduo, a comunidade e a sociedade. Procurámos testar, a partir de um estudo de caso, a aplicação do conceito de educação patrimonial na promoção e valorização do patrimônio, da memória cultural, da identidade de uma comunidade. Como metodologia, recorreremos, para além da pesquisa e análise de literatura secundária, a entrevistas e a trabalho de campo no Museu Frei Galvão e Arquivo Memória de Guaratinguetá.

Guiou-nos a hipótese de que a relação entre memória e patrimônio pode ser guiada por uma ativa educação patrimonial, assim como pode orientar uma educação para a cidadania, onde seja possível pensar outras formas de se trabalhar o patrimônio. Este pensamento pressupõe que a classificação, preservação e disseminação de patrimônio irá resultar da relação entre instituição, política de patrimônio, pensamento técnico-científico e a intervenção da comunidade social em que se insere, e revela-se fundamental para rever a própria concepção de patrimônio, que não se reduz ao histórico e ao artístico, mas faz parte do cotidiano, pelo viés cultural e social.

Orientadoras: Amélia Polónia.

Data de defesa: 6 de dezembro de 2012

Autor: **Paulo Fernando Pereira Caetano Moreira**

Título: ***A Batalha de Ponte Ferreira (Campo, Valongo, 1832): um processo memorialista e de valorização patrimonial***

Palavras-chave: Construção memorialista, Valorização patrimonial, Batalha de Ponte Ferreira, Exército permanente, Reivindicações militares.

Resumo

A batalha de Ponte Ferreira (Campo, Valongo) ocorreu a 23 de Julho de 1832, no âmbito das lutas liberais que tiveram lugar durante a guerra civil (1832-1834), opondo os exércitos dos irmãos desavindos D. Pedro IV e D. Miguel.

Um acontecimento, uma batalha, que ficou na memória e que se invoca, ainda hoje, no quotidiano do atual concelho de Valongo, pelo que a reconstituição da construção memorialista, em torno de Ponte Ferreira, é um percurso de investigação que se justifica no âmbito de um mestrado em História e Património – ramo Estudos Locais e Regionais: Construção de Memórias.

Escolhida a referida batalha como objeto a trabalhar, foram colocadas diversas questões e hipóteses de respostas, estabelecendo-se o modo como seria então investigada a batalha. Determinou-se que o estudo se dividia em dois momentos. Numa primeira parte a investigação dos factos do acontecimento e numa segunda as repercussões à época (até à viragem do século). No caso das repercussões, as mesmas deviam ter em conta as reivindicações e benefícios (divididos em dois níveis: locais e militares). Associamos ainda as repercussões subsequentes à batalha, com a reestruturação do exército, numa ligação dos oficiais superiores ao poder político (politização dos militares) durante o século XIX.

Teve início a nossa pesquisa em monografias locais e bibliografia específica da história militar acerca do objeto em estudo e seu enquadramento. A pesquisa consistiu na procura sistemática de fontes, criticamente avaliadas. A procura dirigiu-se, essencialmente, aos testemunhos de intervenientes na batalha, incluindo narrativas expedicionárias e memórias, bem como à documentação militar e da administração pública. Por, à partida, existir mais documentação produzida pela facção liberal e mesmo uma bibliografia que conta uma “versão liberal”, tentou-se guiar a procura de modo a obter fontes produzidas pelos miguelistas vencidos no final da guerra civil, embora, neste caso, o sucesso tenha sido limitado.

Numa procura da interpretação e reconstituição dos factos e das suas repercussões à época, um dos primeiros passos foi o de encontrar fontes primárias contemporâneas. Por isso a procura dos periódicos oficiais, publicados pelas duas facções intervenientes (liberal e absolutista), foi importante, na medida em que, entre outros dados, serviu para identificar, logo após o episódio bélico, um momento inicial no processo de construção memorialista da batalha. Foram também selecionados e analisados os testemunhos de intervenientes (em alguns casos extensos capítulos dedicados à Ponte Ferreira), sob a forma de memórias e de narrativas expedicionárias (neste caso de militares estrangeiros), a documentação da administração militar e ainda documentos panfletários dados à estampa na época. Com menor peso (mas sem menor importância) na investigação foi a

documentação produzida pelas entidades administrativas públicas (municipal e intermédia), com influência no território onde se deu a batalha.

Na redação do trabalho, num capítulo respeitante à interpretação do episódio bélico, com enfoque da investigação dirigida a um curto período, uns dias antes e uns dias depois da batalha, inicia-se o referido capítulo através de uma leitura histórica do espaço. Desta faz parte a caracterização da ponte (ponto fulcral na contenda), enquanto infraestrutura, a sua função e importância ao longo dos tempos, e o enquadramento administrativo e geográfico antes e depois da batalha. Segue-se o enquadramento histórico do episódio. Posteriormente é abordado e interpretado o episódio, numa tentativa de reconstituição histórica dos factos, no sentido de contribuir com uma resposta válida para a principal questão colocada no início da investigação: Qual a importância da batalha de Ponte Ferreira? Para se conseguir responder cabalmente esta questão seguiram-se e impuseram-se-lhe outras sub-questões, às quais tentamos responder com o desenvolvimento do trabalho.

No capítulo seguinte são tratadas as repercussões à época. Aqui, optou-se por uma divisão entre três partes: reivindicações e benefícios locais, reivindicações e benefícios político-militares imediatos e finalmente reivindicações e benefícios político-militares posteriores a longo prazo. Nas reivindicações e benefícios locais fez-se uma análise das mesmas ao nível municipal no concelho de Valongo durante o decorrer do século XIX, após a ocorrência dos factos. Quanto a reivindicações e benefícios político-militares, optou-se por uma divisão entre imediatas e posteriores, na medida em que se deram em grande número após o episódio, mas continuaram no decorrer do século. Tentámos, ainda, enquadrar o episódio que ocorre no seio de uma guerra civil, num contexto de reformulação da organização militar, com tendência para a instrução dos seus elementos e a criação de um exército permanente com base no recrutamento obrigatório.

Pudemos constatar e afirmar que o episódio foi a primeira grande batalha a ocorrer no início do cerco do Porto e da guerra civil de 1832 a 1834. E parece-nos que a batalha resulta da tentativa liberal de se expandir no território e de evitar um cerco (do Porto). Contudo os liberais (em número muito inferior), e apesar de se debateram à altura dos miguelistas (estes com uma quantidade de tropas muito superior) que debandam no final do confronto, deixando em aberto uma vitória liberal, que por si só parece pertencer-lhe dado o número muito inferior de tropas, não aproveitou a oportunidade, pois, não perseguiu os miguelistas nem pelo menos permaneceu no campo de batalha. Deixou o território conquistado à mercê do inimigo absolutista que o viria a ocupar novamente. Nenhuma das fações obteve um resultado francamente positivo, no entanto a vitória viria a ser reivindicada por ambas.

O trabalho procurou, assim, ao desconstruir um processo memorialista e de valorização patrimonial, a partir do estudo do episódio bélico, centrar-se na verificação de como o mesmo pôde servir de base a reivindicações e benefícios subsequentes. Demonstramos que a construção memorialista iniciou-se com a propaganda de parte a parte, logo depois acompanhada de reivindicação dos militares em serem reconhecida e recompensada a sua participação de um modo pessoalmente gratificante, em ambos os lados da contenda. A própria atribuição de condecorações é já em si uma reivindicação e uma construção memorialista. Serve obviamente para estimular e animar as fileiras, mas

serve por si só como instrumento de construção da memória, na medida em que os próprios condecorados, no futuro, usaram esta construção para valorização pessoal e até mesmo coletiva.

Apesar de se ter verificado que houve, logo em 1837, um benefício para Valongo, com base no episódio, a elevação à categoria de vila, não nos foi possível corroborar que a criação do concelho (1836) tenha sido reivindicada com base na batalha, embora não nos pareça uma simples coincidência. A justificação da representação de 1837 (solicitando a elevação de Valongo à categoria de vila), assim como do relatório e justificação de um primeiro brasão de Valongo, com base na batalha, são elementos reivindicativos ao serviço de um interesse local, circunscrito a uma camada social, em busca de prestígio e com ambições elitistas, mas também são parte integrante da construção de um edifício memorialista. Outros proveitos, os quais a historiografia não deteta, poderão ter sido reivindicados e concedidos.

Não podemos ainda deixar de associar a construção memorialista local, que se verificou na viragem do século, com a reivindicação e relançamento do liberalismo em finais de oitocentos. Pois parece que efetivamente essa associação se pode fazer dado que o ideal republicano ganhava cada vez mais força, adeptos e expressão, pelo que houve então necessidade de recordar os feitos gloriosos das lutas liberais.

Finalmente, ao estudar-se o episódio da batalha de Ponte Ferreira verificamos que estamos perante uma história, uma memória, uma identidade, um recurso e um património: história de um acontecimento de relevo, ao nível local e global; memória construída pelas populações e pelos intervenientes no episódio e por uma sociedade liberal; identidade prestigiante nos níveis local e político-militar, imediata e posteriormente; recurso local e político-militar, imediata e posteriormente; património que interessa valorizar (uma batalha e uma ponte). Percebemos, assim, como a batalha e o lugar da sua ocorrência – uma ponte – se transformaram em valores apropriados (em património) e com os quais a população local se identifica.

A batalha passou a ser um património recorrentemente usado em benefício de uma causa, quer fosse individual ou de um grupo mais ou menos restrito, quer fosse de uma causa política (pela qual aconteceu a batalha) de âmbito global a nível nacional, pelo que procuramos ainda perceber em que medida este episódio, inserido numa guerra civil mais vasta, contribuiu para o enquadramento na política nacional de uma preocupação crescente de formação e instrução militar, ao ponto de legitimar a tendencial organização de um exército permanente. Embora tenha sido um acontecimento de relevo enquanto parte de um evento mais alargado, a guerra civil, para comunidades bem mais alargadas, ele é identitário e recordado, sublinhe-se, hoje, amiúde, quer pelos habitantes da região, quer por entidades oficiais, com especial ênfase para as do concelho de Valongo.

Orientadoras: Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva e Maria Helena Cardoso Osswald.

Data de defesa: 10 de dezembro de 2012

Autor: **Pedro Joaquim da Cunha Magalhães**

Título: ***Propriedade e Proprietários da Terra na Freguesia de Nespereira (Lousada): Roturas ou continuidades – da Época Moderna ao Liberalismo***

Palavras-chave: Nespereira, Lousada, Enfiteuse, Comunidade rural, Desamortização.

Resumo

Tomámos como quadro cronológico a Época Moderna e início da Época Contemporânea para nos dedicarmos ao estudo particular de uma comunidade rural, a freguesia de Nespereira, concelho de Lousada. Este projeto pretendeu identificar toda a propriedade fundiária da freguesia, para assim poder estudar os seus senhorios diretos e, fundamentalmente, os indiretos na Época Moderna e entender o processo de desamortização a que esteve sujeito no início do século XIX. Ao invés de outros estudos que, habitualmente identificam uma estrutura senhorial, dissecando os processos de aquisição e administração da terra, neste caso partiu-se de uma unidade administrativa religiosa – a freguesia, que se manteve praticamente imutável ao longo do período referido- e transforma-se num observatório de avaliação dos donos eminentes da terra.

Metodologicamente, testou-se um percurso de identificação dos senhorios territoriais, laicos e/ou eclesiásticos, na Baixa Idade Média e na Época Moderna, verificando a existência ou não de continuidades. Esta via exigiu um recuo até às Inquirições medievais e o reconhecimento, nos fundos de cada instituição senhorial encontrada, a evolução do património fundiário. Cumprido este propósito, pretendíamos centrar-nos no estudo dos senhorios indiretos, procurando apurar quem eram os enfiteutas que contratavam a terra, como a exploravam (diretamente ou através da subenfiteuse) e como a transmitiam ao longo do período Moderno. Com o advento do Liberalismo, no contexto histórico desamortizador, quisemos saber quem beneficiou com a prolifera legislação desamortizadora, quem consolidou os domínios útil e eminente da propriedade. Saber se foram os antigos enfiteutas, saber se estávamos perante uma nova sociedade Liberal ou se estávamos perante a afirmação de uma sociedade de *senhores úteis* já existente.

Colocadas as questões, impôs-se a necessidade de identificar a malha fundiária da freguesia de modo a conseguirmos reconstituir diacronicamente esta comunidade rural. As opções tomadas possibilitaram a construção de um percurso coerente e sólido, constituindo, do nosso ponto de vista, uma novidade metodológica e um contributo positivo para a historiografia rural. Sabíamos que a reconstituição da propriedade fundiária desta comunidade rural não seria tarefa fácil. Mais difícil se tornaria quando essa reconstituição se fizesse na longa duração com a presença de várias entidades senhoriais. Assim, tomámos como ponto de partida as Inquirições Afonsinas de 1258. Considerámos que, numa fase inicial, seriam o melhor instrumento para averiguar o que procurar e onde procurar. Foi, então, possível identificar os senhorios medievais, nomeadamente os eclesiásticos, que dominavam a propriedade fundiária da freguesia. Ponderando a hipótese de serem senhorios de continuidade na Época Moderna, facto que confirmámos em parte, conseguimos chegar aos seus tombos e, indiretamente, à restante malha senhorial. Na verdade, à delimitação de um determinado espaço assistiam os representantes de outros senhorios confinantes que eram devidamente relatados nos documentos. Através do levantamento da descrição das parcelas rústicas e urbanas, de

cada unidade agrária, conseguimos apurar as respetivas confrontações e, com elas, os respetivos senhorios que compunham a rendilhado senhorial da freguesia. Só após traçar o quadro senhorial foi possível mergulhar na imensidão documental que compõem os cartórios senhoriais. Para além dos tombos, os livros de prazo, os livros de recibo, os livros de índice geral de prazos e os livros mostradores de prazos, permitiram-nos reconstituir passo a passo os casais, quebradas e outras partes de casais da freguesia. Concluímos mesmo, de modos de administração que apresentam algumas diversidades consoante o senhorio. A análise do registo, da tipologia documental, aproximou-nos de modelos de registo que consolidam processos de consolidação patrimonial, autênticas “bases de dados” que procuravam firmar a traiçoeira memória.

Através do percurso metodológico que adotámos, chegámos à conclusão que a malha senhorial da freguesia na Época Moderna era composta por vários senhorios: os mosteiros de Arouca, Bustelo, Paço de Sousa, Travanca e Vilela, a Confraria de Nossa Senhora do Presépio e Igreja de Nespereira. Este quadro, bem definido e estável para o período de estudo, resulta das continuidades e ruturas oriundas do período Medieval. O quadro senhorial revelado pelas Inquirições de 1258 estava muito arredado da composição que viria a ter na Época Moderna. Neste período, a propriedade fundiária da freguesia, à exceção dos baldios, estava maioritariamente amortizada a senhorios eclesiásticos.

Como a historiografia rural tem vindo a demonstrar, a distância que separava os senhorios dos seus bens conduziu à administração indireta do pecúlio de cada um. Os senhorios viram-se forçados a alienarem o domínio útil das terras a terceiros, mediante procedimentos já consolidados na Idade Média. A enfiteuse foi o regime jurídico de propriedade e de exploração da terra que, durante séculos, regulamentou as relações entre os senhorios diretos e os senhorios úteis em Nespereira. Aqui encontramos o desígnio da nossa investigação: *os proprietários da terra* na freguesia de Nespereira. Considerámos que, a par da dedicação à história das instituições senhoriais, era necessário indagar acerca dos indivíduos que diretamente se relacionam com elas. Verificámos que os senhores úteis da freguesia, com mais ou menos terras, tornaram-se os “proprietários” da freguesia com diferentes categorias sociais, mediante a dimensão das propriedades que detinham. Alguns possuíam apenas pequenas unidades fundiárias e, por isso, tinham de procurar o seu sustento, além do trabalho desenvolvido nas suas propriedades. Outros eram possuidores de áreas maiores, capazes de proverem ao sustento do agregado, não tendo necessidade de recorrer sistematicamente a outros trabalhos. Por último, havia aqueles que possuíam quantidade suficiente de propriedades capazes de lhes proverem rendimentos suficientes que concorriam para o seu capital socioeconómico. É entre os membros deste último grupo que equacionámos a hipótese da prática da subenfiteuse, até pelo facto de registarem ao seu serviço (como assinalámos através dos róis de crismados) trabalhadores. Pelos estudos sobre diversas instituições, sabemos que não era uma prática facilmente tolerada pelos senhorios, embora fosse comum a alguns locais. Tentámos, por isso, problematizar esta questão para Nespereira mas rapidamente concluímos que, dentro das informações disponíveis, não tínhamos indícios formais da sua existência na freguesia, ou seja, ela poderia (deveria existir), mas de forma mais informal, eventualmente “de palavra”, oral.

O estatuto que conferia a posse da propriedade e a sua importância económica para a sobrevivência do agregado, conduziu-nos à investigação acerca do modo como a propriedade podia ser transmitida, nomeadamente a herança e a compra. Sempre associados a intenções claras de todos os intervenientes (senhorios e enfiteutas – compradores e herdeiros), estas duas modalidades de transmissão da propriedade enfiteutica foram concomitantemente observados ao longo dos tempos. A maioria das informações apontam-nos para o processo hereditário como principal meio de acesso à propriedade enfiteutica, mas possuímos dados representativos que nos permitem observar um mercado de compra e venda interessante ao longo do período em estudo.

A relação estabelecida entre evolução da população, fragmentação dos casais e mesmo procura de novas terras, não agricultadas (os baldios) poderão explicar a evolução cartográfica da distribuição da propriedade. Parece que o avanço para os bens comuns do concelho de Lousada se fez nas franjas dos casais existentes, e em terras de transição, da planície para o relevo mais acidentado. Fica, contudo, a ideia de que já andariam nas mãos de usos individuais, camuflados nos bens que os indivíduos possuíam por emprazamento, a outros senhorios.

Se a historiografia tem dedicado bastas páginas ao estudo das temáticas relacionadas com o Regime Senhorial, o mesmo não se pode dizer com o estudo, em geral, da desamortização e menos ainda sobre as suas implicações no seio das comunidades rurais. Na verdade, com o advento do século XIX e da implantação do Liberalismo, constatámos a aplicação de um conjunto de medidas que vão conduzir a transformações ao nível do regime da propriedade com grandes implicações nas vivências das populações rurais. Foi-nos possível observar que o denominado processo de desamortização, pela via da remissão ou arrematação, vai permitir a consolidação dos domínios direto e indireto da propriedade enfiteutica, promovendo a afirmação de “velhas” e “novas” elites fundiárias detentoras de património totalmente livre e alodial. Apesar de consideramos a importância de estudar este tema, abordámo-lo de forma limitada, apenas identificando alguns casos de verdadeira consolidação patrimonial. No entanto, ficámos com a convicção clara que o tema da desamortização merece estudos aprofundados e que, futuramente, poderemos regressar a ele, nomeadamente para tentar perceber como é que os indivíduos desamortizadores se vão relacionar, explorar mesmo, com a propriedade a partir da consolidação dos domínios eminente e útil.

Se o percurso realizado procurou cumprir os objetivos a que nos propusemos inicialmente, fica-nos a certeza que esta temática não se esgota aqui e que existem outras perspetivas de investigação decorrentes deste trabalho. Por exemplo, a representatividade destas propriedades no conjunto patrimonial de cada instituição, ou o alargamento da área de observação poderia corresponder às circunscrições administrativas do concelho de Lousada na Época Moderna. Ou ainda, perseguir a evolução de cada propriedade e dos indivíduos que a dominavam, ao mesmo tempo que os procuraríamos relacionar com os espaços de representação local, nomeadamente os espaços político e militar.

Orientadoras: Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva e Maria Helena Cardoso Osswald.

Data de defesa: 13 de dezembro de 2012.

Autora: **Susana Isabel Lage de Carvalho**

Título: ***A indústria de calçado em S. João da Madeira (1881-1953): estudo e mediação***

Palavras-chave: Indústria de calçado, S. João da Madeira, Sociedades, História, Mediação

Resumo

Este trabalho de investigação consistiu num estudo e organização de conteúdos sobre a indústria de calçado (sapataria e tamancaria) em S. João da Madeira, no período entre 1881 e 1953, tendo em vista a sua mediação expositiva pelo Museu da Indústria de Chapelaria, situado na mesma localidade.

A metodologia utilizada foi a análise de documentação primária presente nos arquivos sanjoanenses e no Arquivo Distrital de Aveiro (nesta instituição, a documentação notarial relativa a S. João da Madeira, a Oliveira de Azeméis e a S. Maria da Feira, localidades circunvizinhas), bem como a consulta de numerosa documentação impressa, tal como estudos estatísticos governamentais e periódicos locais ou temáticos de cariz regional e nacional. Entre a documentação estatística, a relevância deu-se ao nível de uma revisão crítica de vários inquéritos (Inquérito Industrial de 1881, Resumo do Inquérito Industrial de 1881 e Documentos sobre o Inquérito Industrial de 1881, Inquérito Industrial de 1890, Boletim do Trabalho Industrial (1906-1939) e do Anuário Estatístico de Portugal, no intervalo temporal estudado. Por outro lado usaram-se periódicos *A Defeza Local*, publicado de 1915 a 1916, *A Grei Sanjoanense*, consultado de 1950 a 1953, *O Sanjoanense*, publicado apenas o primeiro volume, em 1951, *O Regional*, publicado desde 1922, *A sapataria portuguesa: jornal profissional interessando a industria do calçado*, publicado entre 1890 e 1894, *Boletim commercial e industrial*, com oito publicações referentes ao ano de 1909, *O Sapateiro: órgão dos operários sapateiros e defensor das classes trabalhadoras*, com a sua única publicação em 1916, *Boletim do Industrial: boletim mensal de informação e defeza dos industriais e comerciantes do país*, publicado entre 1936 e 1938, *Boletim do comércio e indústria*, com seis publicações no ano de 1948, *Boletim Municipal n.º 46 – S. João da Madeira: 80 anos – 1926-2006* (publicação comemorativa) do ano de 2006 e ainda *Curtumes e Calçado*, com uma publicação única em 1941.

A informação estatística presente nas fontes de cariz governamental permitiu cobrir os anos de 1881-1920, apreciando-se o significado da indústria de calçado no concelho de S. João da Madeira, entre as demais produções, bem como o seu posicionamento no quadro nacional e distrital.

Uma aproximação quantitativa às sociedades sanjoanenses de calçado permitiu perceber as características fundamentais que definem a evolução desta indústria, que mantém, pelo menos até inícios da década de 1950, alguns dos atributos tradicionais, entre os quais o fabrico manual. Esta análise dos dados recolhidos, complementada com informação obtida nas restantes fontes consultadas, teve como campos fundamentais, no que diz respeito a cada sociedade fundada, a década e data de constituição, o tipo de sociedade, os dados referentes aos outorgantes do contrato, o tipo e o ramo de atividade, o número de sócios fundadores, o volume e o tipo de capital social, bem como a sua distribuição entre os sócios, a localização da sede e/ou estabelecimento fabril, as funções dos sócios na sociedade, a divisão entre sócios dos lucros e das perdas da sociedade, a

remuneração ou mensalidade recebida por estes (se existente), a informação relativa à exclusividade profissional, os dados sobre as testemunhas, bem como os restantes dados considerados relevantes. Foram identificadas 81 sociedades sanjoanenses de calçado a laborar neste período, tendo sido analisada a informação referente a 50 destas (escassa no caso das restantes).

Conseguiu-se definir tendências produtivas. Percebemos que um dos momentos decisivos para esta indústria na localidade sanjoanense deu-se com a Primeira Guerra Mundial. O conflito bélico terá paralisado muita da produção industrial dos países beligerantes e, deste modo, a habitual concorrência exercida por estes terá diminuído drasticamente, criando oportunidades de negócio que alguns produtores locais souberam aproveitar. Até então, é provável que grande parte da *indústria* fosse sobretudo domiciliar., embora se identificassem três fábricas, a laborar no século XIX, com um número de trabalhadores superior a cinco (critério utilizado no *Inquérito Industrial de 1890* para distinguir a designada *pequena indústria* dos estabelecimentos fabris), desconhecendo-se, porém, se se encontravam em atividade no período analisado.

A década de 1920 abre um capítulo dinâmico na história da indústria de calçado em S. João da Madeira, constituindo-se parcerias entre produtores, fundando-se inúmeras sociedades industriais e comerciais, algumas já com existência informal, fenómeno que mantém a mesma intensidade nas duas décadas seguintes.

Um dos aspetos marcantes da indústria de calçado sanjoanense é a sua vertente comercial, que se prolonga, pelo menos, até inícios da década de 1950, conjugando o fabrico e o comércio deste produto. Este fenómeno poderá indicar dificuldades na articulação com os mercados exteriores à localidade, traduzindo-se em dificuldades de escoamento, expectável em sociedades com menor mobilidade. Verificamos ainda a grande diversidade de produção em que se envolveram estas empresas, articulando a comercialização de matérias primas, como as peles, ou a produção conjunta de vários artigos, como os de chapelaria.

É significativa também, se não mesmo dominante, a sua tendência para parcerias duplas, tendo muitas destas sociedades continuado com um único sócio e a mesma firma social perante o insucesso da mesma.

É também considerável a sua dispersão espacial. É provável que muitas delas tenham continuado a sua atividade nos espaços onde se exercia a laboração mais singular, de natureza sobretudo familiar. Contudo, com o desenvolvimento urbano de S. João da Madeira, muitas das sociedades identificadas deixam de referir a sua localização específica, feita anteriormente, na sua maioria, por lugar.

A dispersão é significativa também no que toca aos capitais sociais destas empresas. O facto de a grande maioria realizar o capital social integralmente em dinheiro poderá indicar, nomeadamente, que foram muitos os estreados no negócio, pelo menos a partir da década de 1920. Pensa-se que muitos desses não eram, contudo, desconhecedores dos meandros dos negócios do calçado. Seriam, certamente, comerciantes (como verificamos em alguns casos), estabelecendo uma espécie de sociedade de capital e indústria – mesmo que a sua designação social fosse, frequentemente, a de nome coletivo – em que o sócio capitalista entrava com o capital e o sócio produtor com o seu saber e produção. Com o

avançar do tempo constata-se que a tendência para a realização do capital social integralmente em dinheiro intensifica-se.

Diverso é também o período de atividade destas parcerias. Visto que não foi possível identificar a documentação referente à dissolução da generalidade das sociedades analisadas, ousamos inferir que grande parte delas terá sido bem-sucedida para lá da data de ruptura cronológica, imposta para esta dissertação. Quanto às sociedades sobre as quais detemos informação, estas apresentam uma grande diversidade de casos. Todavia, imperam as parcerias que não sobreviveram em média muito além dos quatro anos, mesmo que a empresa (e a sua designação social) tenha continuado com um dos sócios.

Apesar da limitação dos dados, estes parecem apontar para uma indústria quase exclusivamente manual, na sua grande maioria, pelo menos até inícios da década de 1950. Identificam-se ainda dois momentos que constituem, na nossa perspetiva, tentativas de organização e regulação da indústria. Falamos da constituição da sociedade *Cooperativa dos Fabricantes de Calçado do Distrito de Aveiro, Limitada*, que, em finais da década de 1940, envolveu um considerável número de sociedades de calçado e da constituição, em 1953, do *Grémio Nacional dos Industriais do Calçado*.

A continuação deste trabalho de compilação e análise de dados referentes às sociedades sanjoanenses de calçado exigiria, nomeadamente, a mesma detalhada pesquisa da documentação notarial, realizada em três fundos locais, nos documentos da mesma natureza referentes a Vale de Cambra. Porém, muita da informação complementar só poderá vir dos testemunhos orais da população trabalhadora e patronal desta indústria, estudo que deverá prosseguir.

Orientadora: Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva e Maria Alice Duarte Silva.

Data de defesa: 5 de dezembro de 2012.

Curso de Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação

Autora: **Ana Luísa da Rocha Almeida**

Título: *A posição dos partidos políticos portugueses face à guerra da Bósnia-Herzegovina (1992-1995)*

Palavras-chave: (ex-)Jugoslávia, Bósnia-Herzegovina, Portugal, Intervenções parlamentares, Imprensa partidária

Resumo

A presente Dissertação foca-se na posição dos partidos políticos portugueses com representação parlamentar, aquando da explosão da guerra na ex-Jugoslávia (1992-1995).

As questões que guiaram esta Dissertação foram: De que modo os partidos políticos portugueses demonstraram inquietação para com a situação na ex-Jugoslávia? Qual a posição dos partidos políticos com representação no Parlamento relativamente ao conflito na Bósnia-Herzegovina? De que forma o Parlamento encarou a posição do Governo face à guerra nos Balcãs?

De modo a responder a estas questões foram privilegiadas, essencialmente, as intervenções de parlamentares entre 1993 e 1995 relativamente à guerra da Bósnia-Herzegovina ou à ex-Jugoslávia bem como as publicações periódicas do Partido Socialista, Partido Social Democrata e Partido Comunista Português respetivamente: *Acção Socialista, Povo Livre e Avante!*.

Conclui-se que quanto ao debate político e à posição dos partidos políticos sobre o conflito na ex-Jugoslávia, destaca-se um consenso entre PS e PSD entre 1992 e 1995. De facto, no que diz respeito à política externa o PS e o PSD estiveram alinhados desde 1975. De referir, igualmente, que à época Mário Soares, do Partido Socialista, era o Presidente da República Portuguesa e Cavaco Silva, do Partido Social Democrata, era o Primeiro-ministro. Havia, portanto, a necessidade de encontrar alguma harmonia entre as duas forças políticas, sobretudo, numa fase durante a qual Portugal foi solicitado a chefiar as negociações para a paz do conflito nos Balcãs. Era importante transmitir uma imagem de um país politicamente unido, numa questão tão evidentemente complicada no contexto europeu. Assim, ainda que existam divergências entre os dois partidos a nível interno, no que diz respeito à Europa, à política externa, o PS e o PSD parecem estar em acordo.

Já a posição do CDS-PP não foi uma surpresa, pois sempre foi um partido conservador, preocupado com a realidade e soberania nacionais, segundo o “Programa Eleitoral e de Governo do Partido do Centro Democrático Social – Partido Popular” (1995). Em termos de política externa, o CDS-PP considerava a NATO necessária, constituindo o “fórum” no qual devem ser discutidas todas as questões relativas à segurança e à defesa. (PARTIDO DO CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL – PARTIDO POPULAR, 1991:2)

Dos quatro partidos com assento parlamentar o PCP foi o partido que mais reagiu relativamente ao conflito na Bósnia-Herzegovina, e o que mais informação produziu neste sentido, desde declarações, notas do Comité Central do partido e artigos de opinião.

De uma maneira geral, os direitos humanos foram, quer nas intervenções parlamentares, quer na imprensa partidária, um tema discutido pelos quatro partidos políticos, destacando-se a deputada Leonor Beleza, do PSD, pela insistência na tomada de posição face às violações contra mulheres e crianças na Bósnia-Herzegovina. Ao longo do conflito, foram enviados à Assembleia da República relatórios e declarações, informando o Governo português sobre a degradação das agressões. A destacar, ainda, o voto n. 63/VI, relativo às condenações das violações dos Direitos Humanos na ex-Jugoslávia, tendo sido elaborado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias. Este voto procurava denunciar as “deslocações forçadas de populações civis, a prática sistemática de torturas, homicídios e humilhações de toda a ordem.” Pela primeira vez no Parlamento, as violações são caracterizadas como arma de guerra, devendo, portanto, ser punidas. No entanto, este voto não contou com a aprovação por parte do PCP, pelo facto de fazer referência aos crimes cometidos contra mulheres e crianças de etnia muçulmana. O PCP solicitava que, independentemente da etnia ou religião, todos os crimes cometidos contra mulheres e crianças fossem julgados.

Naquilo que muitos observadores consideram, é com base na violação dos direitos humanos na ex-Jugoslávia que a ONU e a NATO decidiram intervir na Bósnia-Herzegovina, alegando a necessidade de intervir em nome de uma guerra humanitária¹¹, corrompendo, assim, a Carta das Nações Unidas.¹² Assim, para autores como Johnstone ou Chomsky, os acordos que foram planeados, não constituíam mais do que um grande disfarce para que a potência americana pudesse oficialmente dispor de autoridade militar para intervir.¹³ A verdade é que, segundo a investigadora Diane Johnstone¹⁴, dos objetivos que haviam sido estabelecidos formalmente em Dayton, nem um parece ter sido executado.

A este título, o PCP foi o partido que condenou formalmente a intervenção militar na ex-Jugoslávia, considerando que só através da persistência nas negociações se poderia alcançar a paz.

Já o PSD, o PSD e o CDS-PP afirmavam que Portugal, enquanto membro da NATO, teria de cumprir os seus deveres.

11 Alex DE WAAL, e, Rakiya OMAAR. "Can Military Intervention Be "Humanitarian"?". MER 1987 – Humanitarian Intervention and North-South politics in the 1990's. Volume 24. (Março/Abril) 1994. in <<http://www.merip.org/mer/mer187/can-military-intervention-be-humanitarian>> (Consultado a 26 de junho de 2012).

12 NATIONS UNIES. La charte des Nations Unies. Consultado a 20 de maio de 2012. in <<http://www.un.org/fr/documents/charter/index.shtml>>

13 Noam CHOMSKY, “L'Otan maître du monde”. Le Monde Diplomatique. (Maio) 1999. in <<http://www.monde-diplomatique.fr/1999/05/CHOMSKY/12019>> (Consultado a 01/04/2011).

14 Diane JOHNSTONE, "Humanitarian war: making the crime fit the punishment". Masters of the Universe: NATO's Balkan Crusade. (abril) 2000. pp. 147-170 in <http://books.google.pt/books?id=vAx_FCOwCsC&pg=PA345&lpg=PA345&dq=Masters+of+the+Universe:+NATO%27s+Balkan+Crusade&source=bl&ots=V6gLCCKREw&sig=4IxpaeV7JTMcael9QWiHWFcSq3o&hl=pt-PT&sa=X&ei=FTHQ76flsqR0AX95_h7&redir_esc=v#v=onepage&q=Masters%20of%20the%20Universe%3A%20NATO%27s%20Balkan%20Crusade&f=false>

De notar que Portugal havia entrado na Comunidade Europeia apenas em 1986, pela assinatura de Mário Soares, sendo que em 1992 festejou o 6º aniversário de adesão. Foi o último Estado-membro até 1995, juntamente com a Espanha, a aderir ao projeto europeu. Tendo em mente estes factos, dir-se-ia que o governo de Portugal não queria colocar problemas relativamente à questão jugoslava. Como seria de esperar, Portugal adotou uma posição em conformidade com a maioria dos Estados-membros, chefiados pela Alemanha, no que toca ao reconhecimento da independência das repúblicas jugoslavas por exemplo.

A este título, o PCP fez contínuos apelos para que Portugal não se deixasse conduzir pelos países europeus de maior influência, já que tinha discordado da adesão de Portugal à CEE em 1986. Com a queda do Muro de Berlim a 9 de novembro de 1989, e o fim da Guerra Fria, facilitou a ocorrência de novos conflitos em território europeu. O PCP parecia estar, ainda, influenciado por este contexto histórico, já que considerava os americanos os culpados pela escalada do conflito, dos bombardeamentos da NATO e da desintegração da federação jugoslava. Ainda que a um dado momento, os muçulmanos surjam também como os culpados, sobretudo, no atraso das negociações para a paz, os americanos são criticados nas notas emitidas pelo Comité Central do partido, contrariando a tendência internacional, que assentava na incriminação dos sérvios pela “purificação étnica”. O PCP considerou que o conflito na Bósnia-Herzegovina consistiu na “nativização [SIC] e americanização” de uma “nova ordem” na Europa.

Quanto à intervenção militar, Portugal foi solicitado a atuar na Bósnia-Herzegovina, a pedido da NATO, sem qualquer “estratégia intervencionista ou qualquer política de forçar a entrada”, como refere Nuno Severiano Teixeira, que acrescenta “o país ganhou com a presença na ex-Jugoslávia, sobretudo, a nível político-diplomático, mas também a nível militar”, tornando-se credível perante a comunidade internacional, apesar das críticas que se fizeram ouvir em 1995 por parte do PCP, que se mostrava desfavorável à intervenção militar, afirmando que Portugal deveria centrar-se nas regiões de real interesse: África. Ainda que Portugal não encarasse à época os Balcãs como uma área de interesse estratégico, atualmente, e tendo em consideração que o país é membro da NATO e da União Europeia e possui um estatuto definido, com uma “política externa ativa europeia e atlântica”, Portugal possui interesses de ordem estratégica e de segurança. Assim na opinião deste, “os Balcãs são nos dias de hoje uma área de interesse para Portugal”. Nesta matéria pode afirmar-se que houve um consenso político-partidário entre o PS e o PSD, convergindo na opinião de que a participação portuguesa na NATO confere positivamente ao país direitos, e como contrapartida, também obrigações subjacentes à adesão a esta organização internacional. Tal como estes dois partidos, a posição do CDS-PP consistia no apoio da intervenção militar portuguesa nas forças da NATO na Bósnia-Herzegovina.

A intervenção militar portuguesa foi apoiada pela opinião pública ao longo dos anos 90, com uma percentagem de 37,9% em 1991; em 1993, 54,3% da população portuguesa, e ainda que se tenha registado uma ligeira quebra em 1996 e aquando da partida das tropas portuguesas para a Bósnia-Herzegovina, a opinião pública portuguesa parecia estar de acordo com a participação portuguesa nas operações de paz na ex-Jugoslávia.

Em suma, esta Dissertação parece demonstrar que o conflito na Bósnia-Herzegovina ocupou efetivamente a agenda parlamentar, graças à Presidência Portuguesa das Comunidades Europeias (1992), e a imprensa partidária dos partidos políticos em análise, procurando revelar as posições das diferentes forças políticas.

Orientador: Manuel Vicente de Sousa Lima Loff

Data de defesa: 11 de setembro de 2012

Autora: **Éva Viktória Gyulai**

Título: *A Universidade de Eötvös Lóránd e a internacionalização à luz de dois estágios*

Palavras-chave: Cooperação internacional, Universidade ELTE, Ensino Superior na Hungria, Relações internacionais, Estudos Portugueses na Hungria.

Resumo

As características da educação estão estreitamente ligadas ao processo de globalização, mas é no sistema do ensino superior que se demonstra o maior efeito, porque a globalização pondera como um dos principais valores, o conhecimento. Ao mesmo tempo, o ensino superior nos países mais desenvolvidos do mundo é cada vez mais internacional. A relação entre a internacionalização da educação superior e a globalização é reconhecida e cada vez ganha mais importância.

Este relatório pretende demonstrar os aspetos da internacionalização através do estágio profissionalizante na Universidade Eötvös Lóránd. O presente relatório encontra-se dividido em duas partes, contudo, trata-se de dois estágios distintos na mesma instituição, cujos objetivos principais convergem num ponto comum – a internacionalização.

Quer no Departamento de Educação Internacional e de Mobilidade, quer no Departamento de Língua e Literatura Portuguesas da Faculdade de Letras da Universidade de Eötvös Lóránd, este princípio foi pensado como o caminho a seguir para unir e fortalecer os dois processos de estágio.

A internacionalização teve um grande impacto no ensino superior, estando relacionada com os processos estratégicos de globalização e de regionalização das sociedades. É bem conhecido que as características da educação estão intimamente ligadas ao processo de globalização, sobretudo aos valores do conhecimento, e é no subsistema de ensino superior que se verifica o seu maior impacto e visibilidade.

Uma das principais apostas na estratégia de internacionalização do ensino superior e um pilar fundamental no próprio desenvolvimento da universidade húngara, é a cooperação internacional. A cooperação internacional assume-se atualmente como um vector fundamental para a aproximação das culturas, dos povos ou dos sistemas educativos.

A escolha do ensino superior, dentro na área das relações internacionais, deveu-se ao facto de ser uma área que me interessa particularmente devido à minha primeira qualificação profissional, professora da língua portuguesa como língua estrangeira, estar ligada tanto à educação superior como às relações internacionais.

A Parte I descreve o estágio realizado na Reitoria da Universidade de Eötvös Lóránd, no Departamento de Educação Internacional e de Mobilidade, apresentando a universidade, o ensino superior húngaro, assim, como as atividades e os projetos decorridos durante o estágio. A Parte II trata do estágio, que teve lugar no Departamento de Língua e Literatura Portuguesa da Faculdade de Letras da ELTE.

Aqui, apresenta-se a faculdade e dá-se conta dos dois projetos, nomeadamente a lecionação e a iniciação da organização de um curso de mestrado conjunto, levadas a cabo no âmbito deste estágio. Paralelamente ao estágio de docência de Prática de Língua portuguesa, as tarefas desempenhadas no Departamento de Educação Internacional e de

Mobilidade foram múltiplas e abrangeram um grande leque de atividades, sendo que as suas principais ações se orientaram para a procura, o apoio ao estabelecimento de iniciativas de cooperação de caráter inovador e desenvolvimento de protocolos de cooperação com universidades de todo o mundo em geral, e o Brasil em particular.

A promoção e a divulgação nacional e internacional da ELTE foi, portanto, uma das grandes apostas do referido departamento. Aqui, o desempenho das minhas funções foi, em grande parte, baseado em trabalhos de tradução, atividades de pesquisa, elaboração e acompanhamento da redação de notas da investigação sobre sistemas da educação superior dos países americanos, elaboração de bases de dados e estudos sobre instituições estrangeiras e bolsas de estudos, trabalhos estes que me permitiram ganhar um conhecimento adicional sobre as matérias e países tratados.

As tarefas principais focaram-se no Brasil, sendo que praticamente durante todo o estágio elaborei diferentes trabalhos, cujos objetivos foram preparar o estabelecimento dos acordos entre a ELTE e as instituições de ensino superior daquele país lusófono.

A função principal do estágio que decorreu no Departamento de Língua e Literatura Portuguesa da Faculdade de Letras da ELTE, foi promover a cultura e a literatura portuguesas no âmbito das aulas lecionadas. A prática das minhas competências profissionalmente certificadas, permitiu-me ganhar experiência, adquirir conhecimento, ter uma noção mais clara sobre a realidade do ensino superior húngaro e reforçar as minhas capacidades em todos os níveis. A outra tarefa que decorreu nesta parte do estágio profissionalizante também esteve em ligação estreita com a cooperação internacional.

Ao mesmo tempo que combinava não apenas os conhecimentos adquiridos nos dois cursos de mestrado cursados na FLUP, pude ainda esboçar uma ponte entre as experiências vividas nas duas universidades (UP e ELTE).

Utilizando estas vantagens dei início à conceção de um curso do mestrado comum entre a ELTE e a Universidade do Porto, o Mestrado em Língua e Literatura Portuguesas. Infelizmente, por falta de tempo, não teve a oportunidade de acabar este projeto. Mas espero ter dado um contributo suficiente para que o curso seja realizado brevemente.

Estagiar na universidade mais prestigiada do meu país de origem foi para mim uma grande oportunidade, um enorme prazer e responsabilidade. As atividades e experiências que tive oportunidade de viver durante o período dos estágios foram muito atrativas, cativantes e enriquecedoras para mim. Senti um imenso prazer em trabalhar na área das relações internacionais e do ensino superior, pois enquadrei-me bem com este género de serviço.

Outro aspeto para mim relevante e desafiante, deveu-se ao facto de fazer os dois estágios em paralelo. Assim, os dias do trabalho foram muito diversificados e interessantes. As atividades que me eram propostas pelos meus orientadores eram quase sempre muito dinâmicas e implicavam contactos pessoais com vários e diferentes públicos. Esta característica foi de todas, talvez a que mais contribuiu para a minha realização pessoal e profissional durante os estágios.

Concluindo, devo dizer que os estágios curricular no Departamento de Educação Internacional e de Mobilidade e na Faculdade de Letras da ELTE foram muito importantes para a minha formação profissional na área das relações internacionais, pois foi a pri-

meira vez que tive oportunidade para colocar em prática os meus conhecimentos teóricos, adquiridos ao longo da minha carreira académica.

O enriquecimento profissional e pessoal que decorreu deste período poderá, espero eu, ajudar-me na minha vida profissional futura.

Orientador interno: Luís Antunes Grosso Correia

Orientadores externos: Ferenc Pál e Márton Belik (U. Eötvös Lóránd)

Data de defesa: 10 de dezembro de 2012

Autora: **Fara Diva de Jesus Caetano**

Título: ***A cooperação portuguesa para o desenvolvimento na área da educação da Guiné-Bissau: impacto dos projectos***

Palavras-chave: Portugal, Cooperação para o desenvolvimento, Educação, Guiné-Bissau

Resumo

Num mundo cada vez mais pautado pelos efeitos da globalização, o estabelecimento de relações de cooperação entre países é cada vez mais comum, fazendo parte integrante da dinâmica económica e social dos mesmos, com o objetivo de compensar o fosso cada vez maior entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. No contexto português, a cooperação para o desenvolvimento assume um lugar de relevo, uma vez que se caracteriza por ser uma vertente prioritária da política externa portuguesa, expressamente marcada por valores de solidariedade que promovem o estreitamento de relações, principalmente com os países com os quais existe um passado histórico comum, o mundo lusófono. O seu principal objetivo é o de promover o desenvolvimento dos países beneficiários da ajuda com o intuito de melhorar as condições de vida das suas populações e a concretização do direito ao desenvolvimento da pessoa humana.

O tema do presente estudo remete exatamente para a questão da atuação da cooperação portuguesa, de âmbito bilateral, tendo como foco de estudo a realidade guineense e como área de intervenção a educação. O principal objetivo é analisar o trabalho que tem vindo a ser realizado pela política externa portuguesa no que respeita à questão da cooperação para o desenvolvimento, na área da educação, tendo por principal foco os projetos recentes implementados pelo Estado português, representados pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), no território guineense: o Programa de Apoio ao Sistema Educativo Guineense (PASEG), a Fundação Fé e Cooperação (FEC), a Faculdade de Direito de Bissau (FDB) e o Instituto Camões (IC,IP). Esta análise visa perceber em que medida tais projetos promovem, ou não, o desenvolvimento desejado e se essa cooperação é pensada e posta em prática segundo a perspetiva africana, ou seja, tendo em conta a realidade com que se está a lidar – a realidade da Guiné-Bissau. A problemática direciona-se para a análise da eficácia dos meios que são utilizados para a realização de tal cooperação e a forma como esta é implantada, de modo a percebermos se os objetivos propostos conseguem ser atingidos, se promovem o que é estipulado e pretendido – o desejado desenvolvimento – e tentando detetar possíveis problemas adjacentes a todo este processo que implica uma adaptação e um reajustamento à realidade com que se está a interagir. No fundo problematiza-se se a cooperação é, de facto, eficaz e capaz de gerar o desenvolvimento através da educação, num território que apresenta inúmeras dificuldades e disparidades, tanto materiais como humanas nesta área de intervenção.

No que tange ao modelo de análise, procurou-se aliar dois procedimentos de abordagem metodológica: o dedutivo e o indutivo. A abordagem dedutiva deriva das leituras que foram sendo realizadas a nível bibliográfico, bem como a nível de investigações e estudos que foram produzidos anteriormente por outros autores e que nos permitiram ter noção do “estado da arte” relativamente à temática em causa. Foi um dos

procedimentos cruciais no nosso percurso de investigação já que nos apetrechou de bases teóricas e conceptuais fundamentais à sustentação de todo este projeto. Por outro lado, a abordagem indutiva também se revelou crucial e indispensável já que parte da observação no terreno. O contacto direto com a realidade que se pretende estudar oferece a possibilidade de se criarem novas pistas de investigação e interrogação, já que proporciona ao investigador o papel de explorador no universo que pretende intervir.

Em termos metodológicos, as nossas linhas de orientação basearam-se segundo o método de investigação em ciências sociais, visto que é aquele que nos permite “compreender melhor os significados de um acontecimento ou de uma conduta, a fazer inteligentemente o ponto de situação, a captar com maior perspicácia as lógicas de funcionamento de uma organização, a refletir acertadamente sobre as implicações de uma decisão política, ou ainda a compreender com mais nitidez como determinadas pessoas apreendem um problema e a tornar visíveis alguns dos fundamentos das suas representações.” Por outro lado, a adoção de uma perspetiva interdisciplinar revelou ser outro importante aspeto a ter em conta, e mesmo inevitável, considerando a natureza desta investigação, já que a sua análise nos obrigou a recorrer aos contributos de várias disciplinas como: a História, a Economia, a Estatística, a Demografia e a Sociologia, permitindo-nos obter uma visão mais rica e completa em torno da problemática nas suas mais diversas vertentes.

A bibliografia consultada e posteriormente analisada, constituiu um suporte de elevada importância na medida em que proporcionou a aquisição das bases teóricas que fundamentaram toda esta investigação. No entanto, não nos retemos unicamente a ela. Essenciais foram também os inúmeros relatórios, protocolos, memorandos, planos, programas, estratégias, entre outros, aos quais fomos tendo acesso durante o processo investigativo por parte de diferentes instituições ligadas à Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), em geral, e da cooperação portuguesa, em particular, produzidos pelo IPAD, nomeadamente no que à Guiné-Bissau diz respeito. Para o nosso projeto foram imprescindíveis diversos documentos estratégicos produzidos por este instituto e que servem de fontes para a nossa investigação como, entre outros: memorandos da cooperação portuguesa; estratégias para a cooperação portuguesa; planos e relatórios de atividades; planos de ação de Portugal para a Eficácia da Ajuda; documentos de trabalho; relatórios de execução – Agenda da cooperação para o desenvolvimento; relatórios sobre a contribuição de Portugal para os ODM; programas Indicativos de Cooperação (PIC) – Guiné-Bissau; programas orçamentais da cooperação para o desenvolvimento; protocolos de cooperação entre o IPAD e: o Ministério da Educação Nacional, Cultura, Ciência, Juventude e Desportos (MENCCJD) da RGB; o PASEG; a FEC e a FDB.

Consequentemente, houve a necessidade de definir os métodos de recolha de informação a adotar, pelo que optamos pela realização de inquéritos, por entrevista e por questionário. Estes apresentam-se aqui como importantes fontes de informação, principalmente para a apresentação de resultados. Os primeiros foram direcionados, essencialmente, para os coordenadores ou representantes dos projetos no terreno, enquanto que os segundos se destinaram aos beneficiários finais desses mesmos projetos (alunos e professores guineenses). Para além da aplicação destes dois principais métodos

de recolha de informação, podemos acrescentar, também, o método de observação direta que acabou, igualmente, por fazer parte da componente da investigação, já que foi possível participar na vida coletiva da sociedade guineense, nomeadamente no contexto escolar, devido à nossa deslocação (por um período de seis meses) à Guiné-Bissau. Posteriormente, os métodos utilizados para a análise das informações recolhidas basearam-se, numa análise estatística de dados (inquéritos por questionário) e numa análise de conteúdo (inquéritos por entrevista). No que concerne a estas últimas, trata-se de fazer aparecer o máximo possível de elementos de informação e de reflexão que servirão de materiais para uma análise sistemática do conteúdo.

Através da investigação realizada, foi possível concluir que os esforços da cooperação do Estado português, no que se refere ao sector da educação, no território guineense, têm sido significativos e têm contribuído para a melhoria da qualidade do sistema educativo guineense. No entanto, os resultados obtidos permitem constatar a permanência de muitas lacunas que têm colocado em causa o verdadeiro sucesso da cooperação. Essas lacunas relacionam-se, essencialmente, com os problemas existentes ao nível da própria situação interna do país, bem como com a forma como são desenvolvidos os projetos da cooperação portuguesa no terreno.

A verdade é que o sistema educativo guineense ainda se encontra muito debilitado, mesmo com o apoio dos projetos de cooperação postos em prática durante a última década. Muito tem sido feito no sentido de melhorar a sua qualidade, mas há, ainda, muito mais para fazer. A cooperação é uma área sensível que requer a acumulação de esforços tanto da parte dos doadores como dos beneficiários, com o objetivo de ambos poderem caminhar juntos no sentido do desenvolvimento.

Orientador: Luís Antunes Grosso Correia.

Data de defesa: 6 de novembro de 2012.

Autora: Joana Patrícia Macedo Fernandes

Título: *A Responsabilidade Social das Empresas – Uma alavanca para a sustentabilidade? Um estudo de caso: O Grupo Nestlé e as plantações de cacau na Costa do Marfim*

Palavras-chave: Responsabilidade Social das Empresas; *Cocoa Plan*; Costa do Marfim; Sustentabilidade; Organizações Internacionais.

Resumo

Apesar da temática da Responsabilidade Social das Empresas (RSE) não ser recente, foi na viragem para o século XX que se tornou alvo de atenção académica, social, mediática e empresarial em todo o mundo. Tornou-se num foco de atenção por parte de numerosas empresas e foi rodeada de controvérsias no mundo académico, em que diversas abordagens e teorias de modelos de Responsabilidade Social Empresarial foram e continuam a ser debatidos até aos dias de hoje. Isso leva inúmeras empresas a adotar numerosas ações e procedimentos, visíveis quer através da publicação de relatórios sociais e ambientais, que se encontram subordinados a critérios e normas internacionalmente validadas, quer através da submissão a auditorias sociais, ambientais e éticas, em ordem a obter certificações que atestem o seu comportamento como socialmente responsável.

Assim, perceber e analisar as medidas de RS que a Nestlé tem praticado, no contexto das plantações de cacau da Costa do Marfim foi o nosso principal objetivo, em ordem a testar o seu modelo de RS e a sua aplicação no terreno.

Atento às orientações bibliográficas e à problemática enunciada, o estudo desenvolveu-se numa dupla vertente, ao pretender cruzar o quadro teórico sobre a matéria, apurado na bibliografia consultada e vertido em orientações emanadas por organizações internacionais sobre o tema, com o estudo empírico de um caso: o da Nestlé. Pelo facto de a Nestlé ser uma multinacional atuante em todo o mundo, o universo de observação teve que ser delimitado, de modo a que a investigação fosse exequível. A decisão recaiu sobre o território da Costa do Marfim, mais concretamente as plantações de cacau que fornecem a Nestlé, uma vez que este espaço geográfico é um dos maiores produtores de cacau do mundo. Os programas/medidas de RS a estudar situaram-se num período que globalmente contempla os últimos dez anos. Inicia-se com a assinatura do Protocolo Harkin-Engel, no ano de 2001, e finaliza no ano de 2012, com o *Cocoa Plan*. O Protocolo Harkin-Engel, cuja finalidade era a erradicação do trabalho infantil das plantações de cacau até ao ano de 2005, contou com a assinatura das maiores empresas da indústria do chocolate, incluindo a Nestlé, ainda que não tenha obtido o sucesso ambicionado, o que levou a Nestlé a criar o *Cocoa Plan*, que foi objeto de análise na dissertação que aqui se sumaria.

A leitura e análise de bibliografia, tanto nacional como estrangeira, orientou a formulação de algumas questões de investigação, às quais nos procuramos aproximar. Questões que passamos a enunciar:

- Quais as práticas de RS adotadas pela Nestlé nas plantações de cacau da Costa do Marfim?
- Os programas realizados vão ao encontro dos problemas reais das populações?

- Aquando da implementação desses programas, a Nestlé tem em conta o contexto e a realidade social das comunidades com que interferem?

Para estas questões foram levantadas algumas hipóteses, as quais orientaram a investigação.

Hipótese A – A Nestlé desenvolve práticas de RS que ultrapassam as suas responsabilidades económicas e legais;

Hipótese B – As práticas de RS da Nestlé têm como principal objetivo a minimização dos possíveis danos que a atividade da empresa possa causar nas comunidades em que atua, seja de um modo direto, com o incremento do trabalho infantil, resultante de maiores estímulos à produção, que acarreta maior necessidade de mão de obra, seja de um modo indireto, como ocorre com o impacto ambiental.

Hipótese C – A Nestlé cultiva uma imagem de prestígio no mundo empresarial, a qual passa pela sua acreditação como empresa socialmente responsável;

Hipótese D – O facto de a Nestlé ser uma empresa multinacional confere-lhe uma maior sensibilidade na abordagem do impacto da sua atividade empresarial em comunidades locais diversas, e situadas em países em vias desenvolvimento;

Hipótese E – Os programas aplicados pela Nestlé nas comunidades das plantações de cacau da Costa do Marfim têm contribuído de forma positiva para um desenvolvimento sustentável das comunidades locais e para a resolução de problemas que envolvem o desrespeito pelos direitos humanos.

A bibliografia consultada e posteriormente analisada constituiu um suporte de elevada importância, na medida em que proporcionou a aquisição das bases teóricas que fundamentaram toda esta investigação e apontou modelos de análise a seguir.

Esses modelos de análise foram aplicados a fontes primárias que constituíram a base do trabalho empírico, como sejam relatórios, protocolos, códigos legais, documentos normativos, programas de ação, planos estratégicos, entre outros, aos quais fomos tendo acesso durante o processo investigativo. Essa documentação foi produzida por diferentes organismos, nomeadamente pela empresa em estudo, mas também por organizações internacionais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a Organização Internacional de Trabalho (OIT), a União Europeia (UE), o Pacto Global das Nações Unidas (PGNU), entre outros. Imprescindível foi também a análise e sistematização de diversos documentos estratégicos produzidos pela Nestlé e que servem de fontes para a nossa investigação como são, por exemplo: O Código de Conduta Empresarial da Nestlé; Os Princípios Corporativos Empresariais da Nestlé; Relatórios de Sustentabilidade; Relatórios Anuais, e Cocoa Plan.

De entre as fontes normativas produzidas por organismos internacionais, servimo-nos, com a mesma metodologia, de normas, códigos de conduta, protocolos, relatórios, como o Livro Verde; a Norma SA8000; Relatórios da OIT; Relatórios da UNICEF; Harkin-Engel Protocol.

A visualização de alguns documentários, como o do jornalista dinamarquês Miki Mistrati, “The Dark Side of Chocolate” e os produzidos pela BBC e a CNN, a par da leitura de notícias nos media acerca de um dos problemas com que nos confrontámos no decorrer do estudo, o do trabalho infantil, constituíram também fonte de informação para o estudo.

Os depoimentos resultantes de entrevistas realizadas a representantes de diversas organizações, tais como: elementos responsáveis pelo Cocoa Plan da Nestlé, e representantes de organismos como a Fair Labor Association (FLA), International Labor Rights (ILR) e a OIT, complementaram os dados que empiricamente se trabalharam nesse estudo.

A investigação seguiu, como método, a análise qualitativa dos dados coligidos, na medida em que se sustenta, fundamentalmente, na análise de conteúdo de documentos (escritos, audiovisuais, orais – entrevistas), cujo teor, analisado em termos das várias dimensões das práticas da RSE, foi confrontado com diretivas internacionais sobre essas matérias.

No que diz respeito ao modelo de análise, analisámos dimensões externas referentes ao funcionamento da empresa (comunidades locais; parceiros comerciais, fornecedores e consumidores; direitos humanos e preocupações ambientais globais) e os respetivos indicadores, contempladas no Livro Verde – Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas, como sendo os campos de análise a confrontar com os específicos desempenhos da Nestlé no desenvolvimento do seu Cocoa Plan, na Costa do Marfim. Procurou-se, quando possível, verificar a sua conformidade com as diretrizes da norma SA8000 (que trata de trabalho infantil; trabalho forçado; saúde e segurança dos trabalhadores; liberdade de associação e de negociação coletiva; discriminação; práticas disciplinares; horário de trabalho; remuneração; sistema de gestão).

Procurou-se ainda verificar se as dimensões da RS praticadas pela Nestlé iam de encontro aquilo que o Livro Verde apresenta como sendo as medidas mais adequadas para as questões a que se pretende dar resposta, e que assim se constituíram em indicadores de aferição.

No que concerne ao Plano do Cacau posto em prática na Costa do Marfim, pudemos verificar, através da análise das medidas nele contempladas e de alguns dos resultados passíveis de ser aferidos, que, apesar de o Plano integrar algumas das principais medidas previstas no Livro Verde no que se refere à relação com as comunidades locais, aos direitos humanos, à relação com fornecedores e parceiros e em relação a preocupações ambientais, o facto é que a sua eficácia não parece estar assegurada. Os indicadores apurados através de relatórios internacionais, nomeadamente da FLA, apontam para debilidades notórias nos resultados do Plano, quer no que se refere à taxa de trabalho infantil usado nas plantações, ao acesso a água potável e a infra-estruturas de saneamento; quer no que se refere ao acesso à escola e à escolaridade.

A instabilidade política que a Costa do Marfim vem vivendo nas últimas décadas, sendo o país assolado por conflitos militares e civis, que têm agravado a realidade social de um país que se apresenta com potencialidades naturais para ser uma potência económica na África Ocidental, como já o demonstrou no início da segunda metade do século passado, têm sido invocadas como razões para as margens de insucesso do Plano.

Os dados obtidos neste trabalho, quando confrontados com as hipóteses levantadas, devem conduzir-nos a discutir a sua validade. Os dados empíricos que nos foi possível compulsar parecem confirmar as hipóteses A, B, C, D.

Apesar de não ter sido possível validar a hipótese E, segundo a qual os programas aplicados pela Nestlé nas comunidades das plantações de cacau da Costa do Marfim têm contribuído de forma positiva para um desenvolvimento sustentável das comunidades locais e para a resolução de problemas que envolvem o desrespeito pelos direitos humanos, a tentativa de discutir acompanhou toda a dissertação. O seu debate constituía, desde o princípio, uma das mais relevantes preocupações da investigação. Perceber se o Cocoa Plan teve e tem um verdadeiro impacto nas comunidades e de que modo esse impacto é encarado pelas próprias comunidades, se o efeito é positivo ou negativo; saber se as multinacionais, como a Nestlé, foram primeiro ao terreno fazer um levantamento das necessidades, das dificuldades das populações constitui, a nosso ver, procedimento-chave para perceber se os programas existem efetivamente para o benefício das populações ou simplesmente para preencher páginas dos relatórios de sustentabilidade que a empresa apresenta anualmente.

A informação que (não) conseguimos coligir e a impossibilidade de ir ao terreno levantar indicadores pertinentes sobre esta matéria, através de entrevistas e recolha direta de dados, fez com que não tivesse sido possível discutir cabalmente esta hipótese.

Contudo, pelos dados fornecidos pelo relatório de avaliação da FLA, de 2011, podemos concluir que as plantações que participam no Plano do Cacau apresentam uma qualidade e organização superiores às que não cooperam com o Plano do Cacau. O mesmo não parece, porém, poder dizer-se em relação a um problema essencial que se pretendia minorar: o do trabalho infantil.

Espera-se que esta investigação se assuma como um estímulo para estudos posteriores sobre a problemática da Responsabilidade Social das Empresas, mas também que funcione como um alerta para a necessidade de as políticas de RSE necessariamente passarem a integrar as perceções e as orientações dimanadas das próprias comunidades locais, e para a necessidade de melhor compreenderem os contextos sociais, culturais e familiares dessas comunidades para, desse modo serem capazes de intervir de forma mais eficaz na erradicação de problemas sociais graves, como é o caso do trabalho infantil na Costa do Marfim, que emergiu deste trabalho como problema premente

Orientadora: Amélia Polónia

Data de defesa: 13 de novembro de 2012

Autora: **Mariana Alexandra do Couto Teixeira Santos**

Título: ***Eurocéticos vs. Eurotimistas: a luta pela europeização***

Palavras-chave: Tratado Constitucional Europeu, Euroceticismo, Eurotimismo, *Media*.

Resumo

A presente dissertação foca-se nos referendos ao Tratado Constitucional Europeu (TCE) realizados em Espanha e em França em 2005. Através da análise da cobertura mediática efetuada no dia do referendo e nos dias imediatamente anterior e posterior, englobando um total de 151 artigos informativos e de opinião, procura-se caracterizar este momento fraturante no seio do projeto de construção europeia. A escolha recaiu na análise da imprensa escrita, já que os cidadãos europeus demonstram ter nos *media* a sua principal fonte de informação no que se refere aos assuntos europeus¹⁵. Tendo em consideração que a experiência europeia continua a ser algo profundamente nacional, este trabalho surge com o intuito de confrontar e ressaltar os preconceitos nacionais que enformam a agenda europeia.

Fontes primárias por excelência, foram selecionados dois jornais italianos, *Il Giornale* e *La Repubblica*, e dois britânicos, *The Guardian* e *The Telegraph*. Focou-se assim a atenção em dois países “observadores” e que materializam um sentimento face ao projeto europeu diametralmente oposto. Os critérios para esta escolha recaíram no alinhamento ideológico dos jornais (esquerda-direita), na distribuição a nível nacional e na sua relevância na formação da opinião pública no país de pertença. Reino Unido e Itália correspondem, por seu lado, a protótipos distintos no que à relação com a União Europeia (UE) diz respeito. O euroceticismo da sociedade britânica parece reunir uma ampla consensualidade¹⁶, assim como o euroceticismo manifestado pelo seu corpo mediático. Neil T. Gavin (2001: 306) defende mesmo que “a maioria da imprensa britânica é eurocética”. Itália, por seu lado, sempre revelou o seu entusiasmo com o ideal europeu¹⁷. Fosse pela fraca coesão nacional, pelas vantagens obtidas enquanto estado-membro ou pela crença genuína que a Europa unida seria capaz de fomentar a prosperidade almejada no velho continente, o país transalpino sempre pugnou pelo compromisso europeu, tal como o confirmam os dados do Eurobarómetro nas vésperas dos referendos ao TCE¹⁸.

Partimos assim para esta investigação com uma questão basilar: em que medida a imprensa britânica/ italiana é capaz de influenciar a consciência europeia dos seus cidadãos? Analisaram-se 93 artigos noticiosos e 58 de opinião, assim como uma miríade de bibliografia e artigos científicos de publicações internacionalmente referenciadas como, por exemplo, *Comparative European Politics, Journalism, European Journal of*

¹⁵ Comissão Europeia (2012). *Standard Eurobarometer 76*. Acedido em setembro 17, 2012, em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb76/eb76_media_en.pdf.

¹⁶ Consultar George, S. (2000); Inthorn, S. (2006); Spiering, M. (2004); Sutcliffe, J.B. (2010); Trenz, H. (2003), (2004); Usherwood, S. (2003).

¹⁷ Consultar Conti, N. (2003); Lucarelli, S. e Radaelli, C.M. (2005); Mammarella, G. e Cacace, P. (2006); Martins, A.I. (2010); Peri, P. (2000).

¹⁸ Comissão Europeia (2012). *Standard Eurobarometer 62*. Acedido em maio, 20, 2013, em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb62/eb_62_en.pdf.

Communication, Journal of Political Marketing ou *International Journal of Public Opinion Research*, entre outras. Não foram, igualmente, esquecidos os profusos trabalhos desenvolvidos sob a chancela de instituições como a Amsterdam School of Communication Research, da Universidade de Amesterdão, o centro de estudos europeus – ARENA – da Universidade de Oslo, o Centre for European Political Communication, da Universidade de Leeds, o Sussex European Institute, o Centro di Studi Progetto Europeo em parceria com a Universidade de Bolonha ou o Osservatorio sulla Comunicazione Politica, radicado na Universidade de Turim, em Itália.

A partir do contributo agregador de Esser, Strömbäck e de Vreese (2012)¹⁹ efetuou-se uma análise de conteúdo dos artigos dos quatro jornais, identificando o índice de jornalismo interpretativo²⁰, a presença de conflito, o tom da notícia e os atores noticiosos em evidência.

No essencial, da análise dos artigos noticiosos ressalta o peso avassalador do referendo francês face ao espanhol. As 131 notícias analisadas relativas à consulta francesa correspondem a 86 por cento do universo de artigos. Apesar de valorizado pela sua novidade, já que foi o primeiro escrutínio ao TCE a decorrer na UE, o referendo em Espanha mereceu pouco destaque. Com um tom predominantemente positivo, o referendo ao TCE em Espanha encontrou no *La Repubblica* um fiel defensor, que fez o elogio à Espanha enquanto paladino do europeísmo²¹. Apesar de maioritariamente positivo, o *The Guardian* não deixa de criticar a apatia²² dos espanhóis face ao futuro do projeto europeu. *Il Giornale* e *The Telegraph* conferem ambos uma relevância noticiosa insignificante ao referendo espanhol. Enquanto no *The Telegraph* o tom das notícias caracteriza-se pela negatividade associada, no *Il Giornale* o tom neutro exibido explica-se pela ausência de notícias relevantes sobre o referendo, que se assumiu para este jornal como um “não-acontecimento”.

O cenário de apatia altera-se radicalmente no caso francês, tanto da parte dos votantes como dos quatro jornais em estudo²³. Durante os três dias em análise, o referendo francês deu origem a um número infindável de notícias, entrevistas e especulações em jeito informativo. Valorizado pelo imprevisto e pelo conflito inerente, o referendo gaulês

¹⁹ Esser, F., Strömbäck, J. e de Vreese, C.H. (2012). Reviewing key concepts in research in political news journalism: conceptualizations, operationalizations and propositions for future research. *Journalism*, 13, 139-143. Acedido março 20, 2012, em <http://jou.sagepub.com/content/13/2/139.extract>.

²⁰ Enquanto o jornalismo baseado nos factos tem a sua ênfase em cinco questões basilares (O quê? Onde? Quando? Quem? Como?), a perversão do modelo interpretativo começa exatamente pelo peso excessivo conferido ao *Como?* Denunciador de um aumento da negatividade e do cinismo relativamente aos políticos, a vertente interpretativa do jornalismo é ainda responsável, tal como é encarada por Barnhurst (1994, citado por Salgado e Strömbäck, 2011: 149), pelo facto de “as histórias dos jornais se tornarem notoriamente mais longas, da ênfase da reportagem mudar do foco no evento em si para uma análise interpretativa dos factos e do tom dos relatos se revelar mais negativo”.

²¹ Bonanni, A. (2005). A Zapatero a Palma de Ouro do europeísmo. *La Repubblica*, n.º 8 (ano 12), 21 de fevereiro de 2005, p.1.

²² O referendo espanhol ficou marcado pela elevada taxa de abstenção, sendo que só cerca de 42 por cento dos eleitores se dirigiram às urnas. O universo de votantes viria a aprovar o TCE com 77 por cento dos votos.

²³ Com 70 por cento dos franceses a marcar presença nas urnas, o referendo ao TCE em França ditou a vitória do “Não”, com 57 por cento dos votos, enquanto o “Sim” recolheu 44 por cento das preferências.

foi amplamente difundido retrospectiva e prospetivamente. A análise aos artigos noticiosos em causa identificou um tom altamente negativo no caso do *Il Giornale* e do *The Telegraph*. Só o *La Repubblica* apresentou um tom moderadamente positivo no global dos 131 artigos analisados. Do confronto dos quatro títulos ressaltam dois pontos de interesse crucial. *La Repubblica* e *The Guardian* justificam o resultado gaulês com a frágil situação interna da França da altura, enquanto *Il Giornale* e *The Telegraph* não hesitam em frisar que os franceses votaram unicamente com o objetivo de rejeitar o TCE. Por outro lado, enquanto os dois jornais italianos apresentam um debate eminentemente domesticado, transpondo para a realidade política italiana os efeitos do resultado francês, os títulos britânicos fazem desta rejeição o mote para discutir a difícil convivência entre a nova e velha Europa, numa oposição dialética entre o sistema britânico e o de tradição francesa.

Da análise encetada nas esferas mediáticas de Itália e do Reino Unido ressaltam características estruturantes das rotinas e vícios dos *media*, que afetam a forma com os seus leitores realizam a leitura do dia a dia da UE. Verificou-se uma cobertura ideológica em Itália, fazendo eco da politização que o fator Europa alcançou no país. Com o espetro da direita e centro-direita a abalar o consenso bipartidário quanto à UE, sobretudo após a chegada de Sílvio Berlusconi ao poder em 2001, a defesa da Europa foi prescrita ao centro-esquerda. O “euroceticismo ideológico”²⁴ que define o *Il Giornale* durante o período aos referendos em Espanha e França adequa-se assim a esta nova estratégia política do governo de centro-direita, que elege a Europa como fonte de suspeição. Com a Europa a servir de barómetro na luta partidária interna, o *La Repubblica* emerge como suporte ao projeto europeu, evidenciando a sua dupla modalidade de jornal de referência e meio de comunicação tradicionalmente ligado ao centro-esquerda italiano.

O Reino Unido, alicerçado num panorama mediático mais liberal e competitivo, une as suas clivagens ideológicas, abertamente assumidas pelos dois diários estudados, a uma luta pelas audiências. Representam, contudo, produtos diferenciados, com o *The Guardian*, de âmbito internacionalista e elitista, e opor-se a um *The Telegraph* radicado na política nacional e no apelo às massas. No essencial, observando a cobertura realizada pelo *The Telegraph*, ressalta a imagem de uma Europa dividida, entregue ao domínio das elites, altamente burocratizada e, mais importante, o verdadeiro anátema da soberania popular. O *The Telegraph* emerge assim como meio de comunicação eurocético, confirmando as conclusões de Gavin, N.T. (2001), Spiering, M. (2004), Trenz, H. (2004) e Sutcliffe, J.B. (2010), fazendo pleno uso dos seus espaços editoriais para se colocar ao lado do “Não”, com especial destaque para as suas páginas de opinião abertamente hostis ao modelo corporizado pela UE. O *The Guardian* apresenta-se como um jornal de vocação internacionalista e pró-Europa²⁵. No entanto, europeísmo não significa, no léxico do *The Guardian*, uma Europa isenta de críticas. O seu défice democrático e as elites que parecem ignorar os prognósticos populares são encarados como fatores de

²⁴ M. Marchi, La stampa italiana e l'Europa: alcune osservazioni sul ruolo degli editorialisti. In E. M. de Felici e C. Menè (a cura di). L'Europa scritta e parlata: come i media italiani raccontano l'unione europea (31-79) (Roma: Centro Nazionale di Informazione e Documentazione Europea, 2007).

²⁵ P. Statham, Making Europe news: how journalists view their role and media performance. *Journalism*, 9 (4), 2008, 398-422. Acedido março 19, 2012, em <http://jou.sagepub.com/content/9/4/398.short>.

enfraquecimento e perda de legitimação do projeto europeu. Durante o processo referendário, a nova Europa proposta pelo primeiro-ministro em exercício Tony Blair, identificando o liberalismo económico como o passo essencial para catapultar a saída do espetro de crise, é defendida pelo *The Guardian*.

No que se refere ao seu impacto na formação da opinião pública, é de notar que o tom das notícias afeta, de facto, a opinião do público²⁶ (Stöckel, 2009). Partilhámos da opinião de vários investigadores que defendem que os jornais de referência são motores do europeísmo, acreditando mesmo que nas atuais circunstâncias esta imprensa é responsável pela edificação de um renovado consenso permissivo quanto ao projeto de integração europeia. No entanto, europeísmo arreigado ou euroceticismo ideológico podem não garantir o “fabrico” de cidadãos eurotimistas ou sociedades eurocéticas. A corroborar a nossa conclusão de que as posturas defendidas pela imprensa constituem apenas uma das faces da questão, Spiering²⁷ salienta que não é razoável aceitar que se as pessoas leem jornais eurocéticos são eurocéticas, evidenciando assim que os leitores não concordam necessariamente com o conteúdo dos seus jornais.

Imersa num pernicioso jogo que une o funcionamento mediático, o comportamento das massas, preconceitos e favorecimentos, a Europa que emerge do complexo mediático é paradoxal, burocratizada, elitista, aglomerado de oportunidades, democrática, desigual, liberal, comunista, americanizada, velha e nova, desafiante, ameaçadora, xenófoba, agnóstica, cosmopolita e chauvinista. Misturem-se todos estes atributos e adicionem-se, a gosto, todos os outros que vos aprazem. Nacionalismo *q.b.* e temos uma Europa em polvorosa.

Orientador: Manuel Vicente de Sousa Lima Loff.

Data de defesa: 26 de novembro de 2012

²⁶ F. Stöckel, *The European public sphere, the media and support for European integration*. (Tese de Pós-graduação, Freie Universitaet Berlin, Alemanha, 2009).

²⁷ M. Spiering, *British euroscepticism*. *European Studies*, 20, 2004, 127-149. Acedido maio 10, 2012, em <http://www.ingentaconnect.com/content/rodopi/es/2004/00000020/00000001/art00007>.

Autor: **Rodrigo Sánchez de Sousa**

Título: ***A educação da Nova República brasileira segundo os relatórios nacionais apresentados às conferências internacionais do BIE/UNESCO (1986-2008)***

Palavras-chave: Educação, Brasil, História da Educação.

Resumo

A presente dissertação para o Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto trata da reconstrução histórica da política de educação brasileira durante os anos da Nova República, começando com a queda da Ditadura Militar em 1985 e a subsequente democratização política durante as duas décadas seguintes. Esta reconstrução será feita a partir dos relatórios nacionais de educação do Brasil apresentados nas Conferências de Educação do BIE/UNESCO (*Bureau International d'éducation/United Nations Education, Science and Culture Organization*) em Genebra entre 1986 e 2008.

A escolha do Brasil como objecto de estudo foi devida as elevadas mudanças recentes nos campos políticos e económicos do país: hoje, o Brasil é classificado como uma potência económica emergente – em 2010, face à actual crise financeira, o Brasil registou um crescimento anual de 7,5% do seu PIB e em 2011, tornou-se na sexta maior economia do mundo e o décimo maior accionista dentro do Fundo Monetário Internacional. Entretanto, esta ligação entre os conceitos de economia e política com a história e a política de educação brasileira provém da leitura do livro *Capitalismo, trabalho e educação*, em que os autores afirmam que, começando com as teorias de Karl Marx no século XIX, a história contemporânea é dominada pelo capital e que as transformações económicas (nomeadamente, as mudanças no mercado de trabalho) são suficientemente fortes para ter repercussões sobre quase todas as dimensões da educação (como, por exemplo, na sua política ou historiografia).

Através deste quadro de referência, o desenvolvimento brasileiro visto nos últimos anos pode ser visto através das mudanças na política de educação nacional – a relação entre a política e a educação, ao longo de quase toda a sua história brasileira foi muito frágil. Com a queda da Ditadura Militar em 1985, a subsequentemente democratização e liberalização política do país, revelou-se o verdadeiro estado precário da educação brasileira como, por exemplo, uma taxa muito alta de analfabetos e um índice preocupante de abandono escolar. A estabilização política no fim da década de 80 e início de 90, e a subsequente modernização económica do Brasil durante esta década, aumentou a pressão sobre o Estado para desenvolver uma política de educação que produzisse indivíduos altamente qualificados, profissionais e com uma vasta selecção de competências cognitivas, capazes de se enquadrarem no processo de modernização, nas radicais mudanças e novas exigências do mercado de trabalho nacional.

Por isso, o objectivo principal deste trabalho é analisar a política governamental da educação brasileira (as suas linhas gerais, os seus agentes principais, os resultados obtidos a partir de uma série de anos, entre outros) como parte da recente história de educação do Brasil, à luz dos relatórios apresentados a uma organização internacional. Outro objectivo é analisar até que ponto a política de educação foi uma reacção governamental para os graves problemas sociais (a falta de acesso ao ensino, por exemplo, por parte das classes

sociais desfavorecidas) do país. E ainda, analisar como as mudanças observadas na educação acompanharam os acontecimentos dentro dos campos políticos e económicos do Brasil durante a Nova República.

O primeiro relatório analisado neste estudo começa com a 40.^a Conferência de Educação do BIE/UNESCO em 1986 e estica-se até a última conferência realizada em 2008. Entretanto, para entender muitos dos acontecimentos que são apresentados neste relatório é preciso recuar um pouco para 1985, com a queda da Ditadura Militar e as mudanças políticas. Consequentemente, as barreiras cronológicas estabelecidas neste trabalho cobrem um período de vinte e três anos, desde 1985 à 2008.

Mesmo tratando de um espaço de tempo relativamente curto, estes vinte e três anos podem ser divididos em diferentes fases. Entretanto, estas fases variam as suas barreiras cronológicas entre si, dependendo do critério usado. Neste caso, achei necessário dividir este período usando como critério diferenciador os fenómenos económicos do país durante os últimos vinte anos, por acreditar que a compreensão deste trabalho (um outro objectivo muito importante) torna-se muito mais fácil através deste meio. Entendo que isto talvez seja visto como “peculiar” ou “estranho” num primeiro olhar (especialmente porque estamos a tratar da historiografia da educação e não da economia), mas uma visão diferente sobre o problema serve para enriquecer e dinamizar esta área.

A primeira fase cobre os anos de 1985 até 1993 e é caracterizada por turbulência política (a corrupção dentro do governo de Collor, por exemplo) e económicas (a hiperinflação). Começando na década de 90, o governo brasileiro lançou as sementes de vários planos ambiciosos que não só pretendiam mudar os indicadores educacionais do Brasil (o analfabetismo, as desistências, as reprovações, etc.) mas também a qualidade de ensino. Foram nestes anos que o Brasil assinou os Objectivos do Milénio (1991), que visava acabar com o analfabetismo até o ano 2000, e o Projeto Nordeste (1993), que pretendia aumentar a assistência e a distribuição de recursos dentro da área com os piores indicadores do Brasil, o Nordeste.

A presidência de Fernando Henrique Cardoso marca a segunda fase da história da educação brasileira, começando em 1994 e terminando em 2002 no final do seu segundo mandato. Esta segunda fase é dividida em duas partes, que coincidem com cada um dos seus mandatos presidenciais. No seu primeiro mandato (1994 – 1998), o sucesso do Plano Real e estabilização monetária trouxeram consigo um aumento directo do investimento em educação. Entretanto, no seu segundo mandato (1999 – 2002), a grave crise económica abrandou o ritmo de investimento, e pôs o fim a alguns projectos, como o Projeto Nordeste em 1999.

A terceira e última fase constatada nos relatórios em análise, são os “Anos Lula”, a partir de 2003. O protagonismo social da política Lula foi evidenciado através dos vários planos lançados logo no seu primeiro ano, como os programas Fome Zero e Bolsa-família, que davam uma assistência social as famílias com rendimentos baixos (em 2003, a Bolsa-escola, um programa lançado na década de 90 para estimular a frequência escolar, ajudando as famílias mais desfavorecidas do país, foi integrada como parte essencial da Bolsa-família). Chegamos em 2008, com um país já em crescimento económico, e também evidenciamos os frutos de duas décadas de política de educação, ou seja as duas primeiras gerações formadas durante os anos da Nova República.

Em termos metodológicos e a partir de uma pesquisa bibliográfica que permite criar um enquadramento sobre o assunto, defini como essencial a criação de indicadores educacionais que permitem responder ao tema pesquisado. Portanto, o acesso a estes indicadores será feito através de uma análise aos relatórios (a fonte primária deste trabalho) de educação do Brasil, publicados pelo MEC (Ministério de Educação) para as várias conferências de educação do BIE/UNESCO. Estes relatórios possuem uma vasta quantidade de informações sobre os planos de educação, as estatísticas, etc.

Através da análise dos relatórios, conseguimos esclarecer e retirar informações sobre o tema em questão. Sendo os relatórios uma informação oficial do ministério que detém a tutela sobre a educação, terei que submeter a fonte a uma crítica que me permita perceber e avaliar os objectivos identificados. Estes relatórios foram produzidos com a intenção de comparabilidade de, sobretudo, apresentar algo nacional perante o universo internacional – é importante notar que a UNESCO é uma instituição que aparentemente é composta por técnicos de educação, enquanto o Ministério faz parte da esfera política do Brasil.

Muito resumidamente, os principais resultados desta dissertação mostram que, estatisticamente, o desenvolvimento educativo no Brasil durante os últimos trinta anos foi relativamente positivo. Os níveis de analfabetismo (que sempre foi um problema crónico) mostram uma forte queda, sobretudo na faixa etária entre os dez aos trinta anos. Eventualmente, o analfabetismo pode se tornar extinto no Brasil. Paralelamente, vimos um crescimento quantitativo nos níveis de alunos inscritos no ensino médio e superior.

No entanto, esta dissertação revela que a qualidade do ensino público brasileiro ainda continua muito fraca e que não tem vindo a acompanhar esta expansão escolar. Podemos notar que as notas em matemática e português têm caído ligeiramente, mas consistentemente, durante esse período. Ou seja, embora as reformas educativas tenham sido bem-intencionadas e tenham tido algum sucesso, a maioria delas continua sendo insuficiente para causar qualquer tipo de mudança em grande escala no enorme défice educativo do Brasil.

Orientador: Luís Antunes Grosso Correia.

Data de defesa: 23 de novembro de 2012.

